



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ELIENE MARIA VIEIRA DE MOURA

NORMALIZAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES NO CONTEXTO DA
BIBLIOTECA DIGITAL

FORTALEZA

2009

ELIENE MARIA VIEIRA DE MOURA

NORMALIZAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES NO CONTEXTO DA
BIBLIOTECA DIGITAL

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elias Soares.

FORTALEZA

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M885n Moura, Eliene Maria Vieira de.
Normalização das teses e dissertações no contexto da biblioteca digital / Eliene Maria Vieira de Moura. – 2009.
139 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2009.
Orientação: Profa. Dra. Maria Elias Soares.

1. Normalização. 2. Comunicação científica. 3. Teses e dissertações – Normas. I. Título.
CDD 025.00218

ELIENE MARIA VIEIRA DE MOURA

NORMALIZAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES NO CONTEXTO DA
BIBLIOTECA DIGITAL

Dissertação apresentada à Coordenação do
Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas e Gestão da Educação Superior da
Universidade Federal do Ceará como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 09 / 05 / 2009.

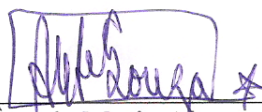
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Maria Elias Soares (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof.^a Dr.^a Virginia Bentes Pinto
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Alves e Souza
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu pai Geraldo Narciso e minha mãe
Gerarda.

Ao meu filho Iago, minha melhor inspiração.

Ao meu marido Jair, pela ajuda e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre me ilumina e guia.

À Prof.^a Dr.^a Maria Elias Soares, pela orientação precisa e objetiva, mesmo com tantas ocupações.

À Prof.^a Dr.^a Virgínia Bentes Pinto, componente da banca de qualificação e de defesa, pela contribuição efetiva para o referencial teórico.

À Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Alves e Souza, membro da banca de defesa, pelos constantes incentivos ao estudo e trabalhos científicos.

À Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Sousa, que, ao fazer parte da banca de qualificação, contribuiu com orientações atinentes à metodologia.

Ao Prof. Vianney Mesquita, pela presteza nas correções ortográficas e nos aconselhamentos.

Aos professores e autores que gentilmente colaboraram respondendo aos questionários, fornecendo subsídios para esta pesquisa.

Aos amigos Maria Josineide Silva Góis e José Lima Teixeira, pelas ajudas e companheirismo durante o curso.

Em especial, agradeço à amiga e diretora da Biblioteca de Ciências Humanas, Ana Elizabeth Albuquerque Maia, pela força, compreensão e disponibilidade para ajudar que sempre demonstrou.

“O que quer possa fazer ou sonhe em fazer,
comece-o. Existe algo de genialidade, de poder
e de magia na coragem.” (GOETHE, 2015).

RESUMO

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) proporcionou maior visibilidade e agilidade no processo de divulgação das teses e dissertações. Dessa forma, o caminho de divulgação das teses e dissertações requer uma série de cuidados por parte das instituições responsáveis, entre eles a qualidade da normalização científica. Este estudo tem como objetivo geral analisar o estado da normalização das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD da Universidade Federal do Ceará (UFC) para, em seguida, apontar possíveis soluções com o intuito de elevar a qualidade da normalização desses trabalhos. Para tanto, considerou-se também o uso dos serviços de normalização oferecidos pela UFC. Como embasamento teórico, foram utilizadas obras de estudiosos acerca de comunicação científica, bibliotecas digitais e normalização, pareceres, portarias e regulamentos da UFC, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), entre outros. Optou-se pela realização de pesquisa descritiva, dividida em duas etapas: a primeira, com abordagem quantitativa, tratou-se da análise da normalização de teses e dissertações publicadas na BDTD/UFC segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando um instrumento para avaliação composto por variáveis que representam as exigências dessas normas; a segunda etapa procurou descobrir, por meio da aplicação de um questionário aos autores e orientadores, os fatores que levaram as teses e dissertações ao nível de normalização apresentado na primeira etapa e aborda os dados quantitativa e qualitativamente. As conclusões mostraram que as teses e dissertações da BDTD/UFC apresentam falhas na normalização e sugerem que essas são motivadas pela indefinição das normas que devem ser utilizadas e pelo desconhecimento dos serviços de apoio à normalização do trabalho acadêmico. Restou claro que não há, por parte dos programas de pós-graduação da UFC, uma real consciência das implicações da visibilidade proporcionada pela BDTD aos trabalhos ali disponibilizados.

Palavras-chave: Normalização. Comunicação científica. Teses e dissertações – Normas.

ABSTRACT

The Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) has provided greater visibility and agility in the process of publishing thesis and dissertations. Thus, the way of publishing thesis and dissertations require a series of cautions from the responsible institutions, among which the scientific standardization quality. The general aim of this study was to analyze the standardization state of thesis and dissertations available at the Universidade Federal do Ceará (UFC) BDTD in order to suggest possible solutions aiming to improve the standardization quality of such works. For doing so, it was also considered the use of standardization services offered by UFC. As a theoretical basis we used reference books on scientific communication, digital libraries and standardization reports decrees of UFC, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), among others. We decided for accomplishing a descriptive research divided into two stages: the first one used the quantitative approach. It dealt with the standardization of thesis and dissertation analysis published in the DLTD/UFC according to the Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) and Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) standards, using an evaluation tool composed by variables which represent the demanding of such standards. On the second stage we tried to find out, through the use of a questionnaire, directed to the authors and advisors, the factors which took the thesis and dissertations to the level of standardization presented previously. This stage approaches the data quantitative as well as qualitatively. The conclusions show that the DLTD/UFC thesis and dissertations present standardization faults and suggest that such faults have been motivated by indefinición of standards that must be used and that it doesn't occur due to non-acquaintance with support service to academic work standardization. It remained clear that there is not, on behalf of the post graduation programs of UFC, a real consistence of visibility implications provided by the DLTD to the works they have available to the public.

Keywords: Standardization. Scientific communication. Thesis and dissertations – Standards.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Evolução da publicação de teses e dissertações na BDTD/UFC	34
Gráfico 2	– Índice de normalização da capa	64
Gráfico 3	– Índice de normalização da folha de rosto	67
Gráfico 4	– Índice de normalização da folha de aprovação	69
Gráfico 5	– Índice de normalização do resumo em língua vernácula	71
Gráfico 6	– Índice de normalização do resumo em língua estrangeira	74
Gráfico 7	– Índice de normalização do sumário	76
Gráfico 8	– Índice de normalização das referências	78
Gráfico 9	– Índice de normalização da apresentação gráfica	81
Gráfico 10	– Índice de normalização da paginação	83
Gráfico 11	– Índice de normalização da numeração progressiva	84
Gráfico 12	– Índice de normalização das citações	86
Gráfico 13	– Índice de normalização das ilustrações	88
Gráfico 14	– Índice de normalização das tabelas	91
Gráfico 15	– Normalização das teses e dissertações por elementos analisados	92
Gráfico 16	– Normalização das teses e das dissertações	93
Gráfico 17	– Normalização das teses e dissertações por programas de pós-graduação	93
Gráfico 18	– Índice de normalização das teses e dissertações disponibilizadas da BDTD/UFC	94
Gráfico 19	– Grau de importância atribuído à normalização do trabalho acadêmico pelos autores e orientadores	96
Gráfico 20	– Elementos das teses e dissertações que merecem maior atenção dos autores e orientadores	97
Gráfico 21	– Instrumentos utilizados pelos autores para normalização das suas teses ou dissertações e indicados pelos orientadores	98
Gráfico 22	– Recursos disponibilizados pela UFC utilizados pelos autores e recomendados pelos orientadores para a normalização das teses ou dissertações	99
Gráfico 23	– Posicionamento do orientador em relação à normalização, segundo os autores	100

Gráfico 24 – Posicionamento dos orientandos em relação à normalização, segundo os orientadores	101
Gráfico 25 – Posicionamento da banca examinadora em relação à normalização, segundo os autores	102
Gráfico 26 – Avaliação dos autores em relação à normalização das suas teses ou dissertações	103
Gráfico 27 – Dificuldades encontradas pelos autores para normalização de suas teses ou dissertações	104

LISTA DE GRÁFICOS

Quadro 1 – Evolução da publicação de teses e dissertações na BDTD/UFC	29
Quadro 2 – Índice de normalização da capa	46
Quadro 3 – Índice de normalização da folha de rosto	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos de mestrado e doutorado no Brasil (2008)	26
Tabela 2 – Características da amostra da pesquisa	56
Tabela 3 – Distribuição dos documentos analisados por programa de pós-graduação	61
Tabela 4 – Análise detalhada da normalização da capa	63
Tabela 5 – Análise detalhada da normalização detalhada da folha de rosto	66
Tabela 6 – Análise detalhada da normalização detalhada da folha de aprovação	68
Tabela 7 – Análise detalhada da normalização detalhada do resumo em língua vernáculo	70
Tabela 8 – Análise detalhada da normalização do resumo em língua estrangeira	73
Tabela 9 – Análise detalhada da normalização do sumário	75
Tabela 10 – Análise detalhada da normalização das referências	78
Tabela 11 – Análise detalhada da normalização da apresentação gráfica	80
Tabela 12 – Análise detalhada da normalização da paginação	82
Tabela 13 – Análise detalhada da normalização da numeração progressiva	84
Tabela 14 – Análise detalhada da normalização das citações	85
Tabela 15 – Análise detalhada da normalização das ilustrações	88
Tabela 16 – Análise detalhada da normalização das tabelas	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFNOR	Association Française de Normalisation
AMN	Associação Mercosul de Normalização
ANSI	American National Standards Institute
APA	American Psychology Association
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CB	Comitê Brasileiro
CEN	Comitê Europeu de Normalização
CERTI	Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras
CFE	Conselho Federal de Educação
CMN	Comitê MERCOSUL de Normalização
CONMETRO	Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial
COPANT	Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas
DIN	Deutsches Institut für Normung
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICMJE	International Committee of Medical Journal Editors
IEC	International Electrotechnical Commission
IES	Instituição de Ensino Superior
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial
ISO	International Organization for Standardization
JIS	Japanese Industrial Standards
MEC	Ministério da Educação
More	Mecanismo <i>on-line</i> para elaboração de referências bibliográficas
NB	Norma Brasileira
NBR	Norma Brasileira de Referência
NTIC	Novas tecnologias da informação e da comunicação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINMETRO	Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

TCC	Trabalho de conclusão de curso
TEDE	Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações
UCB	Universidade Católica de Brasília
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA NORMALIZAÇÃO CIENTÍFICA	22
2.1	A comunicação científica	22
2.1.1	<i>Canais de informação</i>	27
2.1.2	<i>Dissertações e teses</i>	30
2.2	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	33
2.3	Fundamentos da normalização	34
2.3.1	<i>Normalização no Brasil</i>	40
2.3.2	<i>Normalização dos trabalhos acadêmicos</i>	43
2.3.3	<i>Normalização no processo de internacionalização das universidades</i>	48
2.3.4	<i>O estabelecimento de padrões para uma efetiva qualidade da produção científica das instituições</i>	51
2.3.5	<i>Normalização de trabalhos acadêmicos na Universidade Federal do Ceará</i>	52
3	METODOLOGIA	55
3.1	Tipo de pesquisa	55
3.2	Universo e amostra da pesquisa	55
3.3	Procedimentos metodológicos	56
3.4	Aspectos éticos da pesquisa	60
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	61
4.1	Análise da normalização das teses e dissertações	61
4.1.1	<i>Capa</i>	63
4.1.2	<i>Folha de rosto</i>	65
4.1.3	<i>Folha de aprovação</i>	68
4.1.4	<i>Resumo em língua vernácula</i>	70
4.1.5	<i>Resumo em língua estrangeira</i>	72
4.1.6	<i>Sumário</i>	75
4.1.7	<i>Referências</i>	77
4.1.8	<i>Apresentação gráfica</i>	79
4.1.9	<i>Paginação</i>	81
4.1.10	<i>Numeração progressiva</i>	83
4.1.11	<i>Citações</i>	85

4.1.12	<i>Ilustrações</i>	87
4.1.13	<i>Tabelas</i>	89
4.1.14	<i>Síntese da análise da normalização</i>	91
4.2	Análise dos fatores que influenciam ou interferem na normalização das tese e dissertações da BDTD/UFC	95
5	CONCLUSÕES	108
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO	117
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AUTORES	120
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ORIENTADORES	121
	APÊNDICE D – TABELA GERAL DE NORMALIZAÇÃO	122
	APÊNDICE E – TABELAS DA ANÁLISE DOS ELEMENTOS	124
	ANEXO A – DECLARAÇÃO DE REVISÃO ESTILÍSTICA E GRAMATICAL	137

1 INTRODUÇÃO

No transcorrer das civilizações, o homem tenta de várias maneiras melhorar os meios de comunicação ao seu dispor. A cada dia presenciamos intensas transformações pela inclusão e utilização de informações tecnológicas que potencializam a difusão da informação por meio das redes de comunicação, fato que culmina com a chamada sociedade da informação.

As mudanças nas tecnologias sucedidas, principalmente na última metade do século XX, levaram à necessidade de reorganização das atividades associadas à informação. A chegada do suporte eletrônico modificou a sua delimitação de tempo e espaço. De forma acelerada, produtos da cultura humana são desenvolvidos e publicados diretamente em suporte digital, tornando cada vez mais imperativo promover a facilidade de recuperação dessas informações.

A informação é componente imprescindível em tudo o que uma organização produz, e daí a necessidade fundamental de convertê-la em conhecimento. De acordo com Fujino e Hyodo (2006), a conversão ocorre quando um indivíduo busca informações com propósito definido, na tentativa de encontrar algo que possibilite alterar o seu nível de conhecimento. Assim, ele seleciona e processa a informação e, neste ato, muda a capacidade de conferir sentido à experiência, criando significados. Aliada à informação, destaca-se também a comunicação, desde o modo mais simples até o processo de produzir e divulgar a informação científica.

A comunicação é um fenômeno próprio do homem, variando de acordo com as características dos grupos nos quais acontece. No caso da comunicação científica, reúne as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o pesquisador idealiza um projeto até a aceitação dos seus resultados pelos seus pares e como parte do acervo universal de conhecimentos.

Segundo Ramos (1994), a ciência, por sua natureza, constitui um conjunto de conhecimentos públicos. Caracteriza-se fundamentalmente por ser uma atividade coletiva, na qual cada pesquisador executa a sua parte, somando ao trabalho realizado pelos seus predecessores, numa contribuição competitiva com a dos contemporâneos.

A comunicação científica consiste na troca de informações entre os pares. Os trabalhos resultantes das pesquisas serão julgados e aprovados pela comunidade científica. Por essa razão, todo trabalho intelectual de estudiosos e pesquisadores depende de um complexo sistema, que compreende canais formais e informais utilizados pelos cientistas para

divulgar seus trabalhos ou para se informar sobre os resultados alcançados por outros. Uma pesquisa pode produzir várias publicações (relatórios, palestras, artigos de periódicos, livros, teses etc.). Dessa forma, toda pesquisa envolve várias atividades e produz pelo menos uma comunicação formal.

A comunicação científica precisa da confiabilidade de seus pesquisadores e estudiosos, portanto, é necessário equilibrar a qualidade do conteúdo à qualidade da apresentação formal (RODRIGUES; LIMA; GARCIA, 1998). A qualidade formal dos trabalhos científicos é obtida por meio da normalização, visto que os objetivos atuais das normas são a simplificação, “intercambialidade”, comunicação, adoção racional de símbolos e códigos, economia geral, segurança, defesa do consumidor e eliminação de barreiras comerciais.

O célere desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação e o consequente uso dos arquivos abertos no meio acadêmico propiciaram agilidade e dinâmica na divulgação dos resultados das pesquisas científicas, o que proporciona uma visibilidade nunca vista antes, seja fazendo uso dos chamados periódicos eletrônicos ou com o desenvolvimento das bibliotecas digitais.

O Brasil é signatário de vários movimentos mundiais em defesa dos chamados arquivos abertos. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), uma grande liderança brasileira na defesa dessa filosofia, planejou e construiu, em 2003, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com o objetivo de propagar os resultados das pesquisas desenvolvidas nas instituições de ensino superior (IES) e em algumas outras entidades, em conteúdo integral.

Em 2006, a CAPES publicou a Portaria nº 13/06, tornando obrigatória a publicação das teses e dissertações desenvolvidas nas instituições públicas de ensino e pesquisa mantenedoras de programas de pós-graduação, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), em arquivos digitais acessíveis ao público por meio da Internet. Essa portaria veio reconhecer que a produção científica discente é um relevante indicador de qualidade dos programas de mestrado e doutorado (FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2006), a qual deixa de ser aferível apenas por meio da publicação em periódicos especializados.

Assim, a BDTD e a portaria da CAPES asseguram o acesso às teses e dissertações, importantes fontes primárias de informações que, por muito tempo, ficaram limitadas às bibliotecas, às bases de dados de referências ou à comutação bibliográfica que, para muitos, se torna inacessível, em razão do custo.

A velocidade com que as informações atualmente são difundidas privilegia os canais informais da comunicação, criando condições adequadas para o crescimento vertiginoso dos documentos apresentados sob as formas não convencionais.

Vale ressaltar que o instrumento de avaliação da instituição produzido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2007) não considera teses e dissertações como produção científica, já que orienta considerar como produção científica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada e produções técnicas relevantes.

Como entender esta observação do SINAES se, de acordo com Población, Noronha e Currás (1995), no Brasil, cerca de 90% das informações de artigos de periódicos e livros são provenientes da chamada literatura cinzenta, na qual se enquadram as teses e dissertações? Esse fato leva a crer que elas são realmente resultados de pesquisa científica.

Os pesquisadores geralmente utilizam e recomendam referências bibliográficas extraídas de trabalhos publicados em periódicos científicos, anais de congressos ou livros, por serem publicações cujos critérios de aceitação garantem um aval quanto aos conceitos emitidos ou metodologia utilizada (CÔRTEZ, 2006). O autor exprime, no entanto, que há um crescimento do uso de referências não convencionais, como relatórios de pesquisas, teses, dissertações, publicações governamentais, entre outras, o que era de se esperar, uma vez que é nesse tipo de documento onde pode ser encontrado o que há de mais novo sobre os temas estudados.

Com efeito, as teses e dissertações são importantes fontes de informação e merecedoras de mais atenção por parte dos autores, orientadores e instituições patrocinadoras, no tocante ao conteúdo, formato, armazenamento e divulgação.

Para garantir reconhecimento dos trabalhos acadêmicos, um dos requisitos básicos é a normalização. Para tal, os autores devem obedecer às normas de apresentação, que, no caso do Brasil, são desenvolvidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as quais são adotadas pelas instituições ou utilizadas como base para criação de manuais próprios.

Independentemente do meio utilizado para divulgação, o desenvolvimento de um trabalho acadêmico induz a sistematização e padronização dos processos de apresentação, divulgação e armazenamento da informação. A normalização busca exatamente orientar a

estrutura formal dos trabalhos acadêmicos no sentido de atribuir um padrão que permita sua disseminação e recuperação.

Com relação ao suporte eletrônico, para ser devidamente registrada, a informação, está condicionada a padrões que facilitem sua inclusão num sistema, seu armazenamento, circulação e disseminação. No caso da BDTD, que possui caráter internacional, faz-se necessária a utilização de padrões no mesmo nível para que se eliminem as barreiras e alcance a simplificação, enfim, seja concretizada a comunicação.

As normas internacionais fornecem um estado completo de referência, ou uma linguagem tecnológica comum, entre os produtores e seus clientes. Isto facilita o comércio e a transferência de tecnologia. No que se refere às teses e dissertações publicadas na BDTD, a normalização não só fornece a qualidade como também promove a transferência da informação, diminuindo as barreiras linguísticas, culturais e socioeconômicas. Além do mais, elas também promovem a universidade, o pesquisador e o País, em termos de *ranking* da ciência e tecnologia.

Vários estudos, que, inclusive, fundamentam esta dissertação, apresentam a importância da normalização do trabalho científico, no entanto, observou-se uma lacuna no que se refere aos trabalhos acadêmicos em bibliotecas virtuais, em especial a BDTD, visto que este é um meio eficaz para a divulgar e disseminar desse tipo de informação. Isto pode ser decorrente do fato de a BDTD ser, ainda, uma novidade.

Considerando o esforço que as universidades dispõem para vislumbrar a internacionalização e a importância que a pesquisa e, conseqüentemente, sua divulgação têm para tão almejado fim, há de se concluir que se preocupar com a qualidade da normalização dos trabalhos publicados na BDTD faz parte desse processo.

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e a conseqüente exposição das teses e dissertações tornaram mais visíveis as falhas na normalização, pois revelaram inconsistências no uso de padrões internacionais que interferem no nível da qualidade da apresentação da produção científica das instituições. Ao observar a produção dos diversos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará disponibilizadas na BDTD, é de fácil percepção a ausência de normalização dos trabalhos publicados.

A UFC indica, por meio de suas orientações de normalização e do Sistema de Bibliotecas, o uso das normas da ABNT para a padronização de suas teses e dissertações.

Dispõe do *Guia de Normalização da UFC*¹, fundamentado nessas normas, e ainda de serviços especializados de apoio à elaboração do trabalho acadêmico oferecidos pelas bibliotecas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2008a). O uso dessas normas e serviços, seguramente, pode contribuir para elevar a qualidade da normalização na BDTD/UFC não apenas no quesito ciência e tecnologia, mas também na questão estética demandada pela comunidade do ciberespaço.

Com base nesta realidade, propõe-se por meio deste estudo responder às seguintes questões: Por que as teses e dissertações desenvolvidas nos programas de pós-graduação da UFC não se encontram de acordo com as orientações de normalização de trabalhos acadêmicos da instituição? Quais os fatores que influenciam ou interferem na normalização das teses e dissertações no âmbito da UFC?

O estudo tem como objetivo geral analisar as causas do estado da normalização das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD da Universidade Federal do Ceará, para apontar possíveis soluções com o intuito de elevar a qualidade da normalização desses trabalhos, considerando a sua importância para a comunicação científica.

Como objetivos específicos, este estudo busca:

- a) avaliar o estado atual da normalização das teses e dissertações disponibilizadas na biblioteca digital da UFC;
- b) identificar os fatores que influenciam a normalização das teses e dissertações na UFC; e
- c) verificar se os serviços de normalização do trabalho acadêmico oferecidos pela UFC são utilizados pela comunidade acadêmica.

Para atingir tais objetivos, foi adotado o método indutivo. Optou-se pela realização de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa, considerando que na pesquisa descritiva procura-se descobrir a constância com que um fato ocorre, sua natureza, características, causas e relações com outros fatos, como ensinam Marconi e Lakatos (2005).

A pesquisa desenvolveu-se em duas etapas, a primeira com abordagem quantitativa, trata da análise da normalização das teses e dissertações publicadas na BDTD/UFC até 2 de agosto de 2008, com defesas nos meses de janeiro a julho do mesmo ano. A segunda etapa procura investigar os fatores que levaram as teses e dissertações ao

¹ O *Guia para normalização de trabalhos acadêmicos de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)* é conhecido como *Guia de normalização da UFC* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2008b).

nível de normalização apresentado. Os dados foram abordados quantitativa e qualitativamente.

Como embasamento teórico, foram utilizados trabalhos de estudiosos acerca de comunicação científica, bibliotecas digitais e normalização, pareceres, portarias e regulamentos da UFC, CAPES, IBICT, entre outros organismos relacionados com a as normas e a educação superior. Com o intuito de proceder à análise da normalização das teses e dissertações, foram utilizadas as normas da ABNT e do IBGE.

Considerou-se o desenvolvimento desta pesquisa relevante para as áreas de Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior e Intercâmbio Institucional, por facilitar a comunidade científica o acesso ao conhecimento produzido no âmbito das universidades brasileiras e do mundo. O acesso a estas pesquisas auxilia na continuação do conhecimento científico, evita publicação de trabalhos duplicados e possibilita aos pesquisadores refutá-los, confirmá-los ou continuá-los.

O estudo encontra-se dividido em cinco capítulos, o primeiro sendo destinado a esta introdução, problematizando o objeto de estudo, os objetivos específicos e as bases da pesquisa empírica.

O segundo capítulo refere-se à fundamentação teórica que contextualiza a normalização de trabalhos acadêmicos, iniciando pela comunicação científica, que é seu desiderato principal. Aborda a divulgação da produção científica por meio dos canais de informação e os tipos de publicações. Conceitua as bibliotecas digitais e apresenta classificação, conceitos e objetivos das normas e a sua importância para o trabalho acadêmico, especialmente teses e dissertações.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos para análise das teses e dissertações da BDTD/UFC, tais como seleção da amostra, coleta de dados, procedimentos metodológicos, etapas da pesquisa, tratamento dos dados e aspectos éticos.

O quarto capítulo aborda a análise e discussão dos resultados que tratam e examinam os dados com base em gráficos e tabelas de frequência simples. São examinados inicialmente os resultados da análise das teses e dissertações, para, posteriormente proceder à análise dos fatores que as levaram ao nível de normalização encontrado, ao mesmo tempo em que se estabelecem relações entre os resultados.

O quinto capítulo expõe as conclusões, seguido da lista de referências dos autores que embasam, sob o ponto de vista teórico, o presente relatório de pesquisa e, finalmente, dos apêndices.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA NORMALIZAÇÃO CIENTÍFICA

A normalização, em linhas gerais, tem como objetivo a simplificação, a segurança, a proteção ao consumidor, a eliminação das barreiras comerciais, a comunicação e a economia. Em relação à normalização do trabalho acadêmico está relacionada à produção e divulgação científica, por isso e se faz necessário contextualizar também a comunicação científica.

2.1 A comunicação científica

A investigação e o desenvolvimento das ciências e das tecnologias cada vez mais exercem influência no modo de vida e trabalho das pessoas, em suas concepções de espaço e tempo, nas capacidades de intercâmbio e de comunicação de todo o Planeta (VOGT, 2006).

A comunicação situa-se no “coração” da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a ciência não é legitimada enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso determina, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é oneroso, enquanto os recursos financeiros que lhes são reservados serão desperdiçados, a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual se observe, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial da investigação científica (MEADOWS, 1999).

A comunicação científica pode ser definida como a troca de informações entre membros da comunidade científica, incluindo atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação e sua publicação (DIAS, 1999).

É por meio da comunicação científica que os membros das comunidades se mantêm informados sobre as tendências da área, dos estudos realizados e de seus resultados. Arrimados na crítica e nas citações de outros autores acerca de um trabalho científico, os pesquisadores têm mais condições de verificar a confiabilidade das informações nele contidas. Ao percorrer esse caminho, o ato de publicar assume outras funções, como a de estabelecer prioridade da descoberta científica, reconhecer e promover o cientista de acordo com a qualidade e importância de suas descobertas (DIAS, 1999).

Quando o homem sentiu a inconsistência do saber baseado na *communis opinio*, logo desenvolveu a intenção de ter disponível o conhecimento elaborado metodicamente. Surge assim, o saber científico, fundamentado em fatos, como anota Bunge (1980): a ciência respeita os fatos até certo ponto e sempre retorna a eles.

Dar continuidade ao conhecimento científico é a principal função da comunicação científica que, nesse sentido, é uma forma de transferência de informação que se inicia na necessidade de conhecer os avanços do saber e transmitir à comunidade os achados e resultados de pesquisas e/ou estudos dos vários temas que a ciência abraça.

Conforme Garvey e Griffith (1979 *apud* TARGINO, 2000), a comunicação científica agrupa as atividades associadas a produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o operador da ciência organiza uma ideia para pesquisar até que os resultados sejam aceitos como parte integrante do acervo universal de conhecimentos.

O conhecimento não era transmitido eficientemente até que mecanismos de comunicação apropriados se tornaram disponíveis. Os povos pré-históricos podiam comunicar-se oralmente, mas cada nova geração começava praticamente da mesma linha basilar, porque, sem registro escrito, a informação rapidamente se esvaía (DAY, 2001).

As origens da comunicação científica estão nos gregos antigos que comunicavam seus estudos por meio das discussões filosóficas, nos séculos V e IV a.C., que ocorriam na “Academia” de Platão, nos arredores de Atenas e dos manuscritos dos seus debates, que influenciaram a cultura árabe e depois a Europa Ocidental (RUSSO; SANTOS; SANTOS, 2001).

A Europa viu nascer na Idade Média uma das mais antigas instituições, o que foi decisivo para o progresso social, econômico e tecnológico da humanidade – a universidade. Ela foi o refúgio da atividade intelectual, o lugar de confronto de culturas e de experiências que favoreceu a mobilidade dos homens, das opiniões, descobertas, inovações. Já na sua constituição, a universidade possuía caráter internacional, pois estudantes e professores deslocavam-se de nações diferentes para tratar das questões do conhecimento (STALLIVIERI, 2004).

Da Idade Média à Moderna (1453-1789), o mundo conheceu 94 universidades. Nesse período, a comunicação científica possuía caráter informal, não havia um veículo de comunicação que permitisse a circulação internacional da informação científica. As ideias e o conhecimento provenientes do meio acadêmico circulavam dentro de fronteiras com pouco impacto direto para a sociedade (STALLIVIERI, 2004).

Em determinado momento histórico, a comunidade científica passou a sentir necessidade de fazer o registro formal do conhecimento ordenado. A informalidade das reuniões e dos debates sobre as questões da ciência já não satisfazia os pesquisadores. Era

necessário coletar dados, sistematizar as informações, dar um formato, analisar e criar um canal que fosse aceito pelos pares e viabilizasse o intercâmbio do conhecimento.

Conforme Meadows (1999), nos séculos XVI e XVII, a comunicação entre os cientistas passou a ser facilitada pelos sistemas postais e pelos jornais, à época, os meios mais seletivos da informação científica, inicialmente restrita a pequenos grupos de amigos, os chamados “colégios invisíveis”, que a avaliavam para depois divulgá-la a um público maior. São essas práticas que fundamentam a criação dos primeiros periódicos científicos, na metade do século XVII, e que passam a ser, até os dias de hoje, o principal meio de comunicação formal.

Assim, de 1665 até meados 1980, ou seja, por mais de três séculos, os periódicos científicos auferiram estabilidade como sistema de comunicação científica mundial. Na década de 1980, estoura a chamada crise dos periódicos, que alcança o ápice quando atinge as universidades dos Estados Unidos, que se viram impossibilitadas de continuar a manter as coleções de periódicos de suas bibliotecas em decorrência do valor elevado da conta apresentada pelas editoras, cada ano mais alta, superando a inflação e outros índices que medem a economia (MUELLER, 2006).

Os altos custos, o monopólio dos editores, os problemas de armazenagem, os atrasos nas publicações, o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, além da exigência das universidades de se adequarem à nova ordem mundial, provocaram reviravolta na comunicação científica e, conseqüentemente, no periódico, somando-se a isso, segundo Santos e Passos (2002), a rigidez do formato impresso em papel, a dificuldade na localização de assuntos pertinentes ao pesquisador e a dificuldade de acesso.

Surgiu, então, um movimento nas universidades em busca de novas opções para os periódicos científicos, reforçado pelo estado de desenvolvimento da tecnologia de informação que permitia antever muitas possibilidades, quase sempre suprimindo as editoras do processo. Uma das mais bem-sucedidas dessas iniciativas foi o arquivo em *pré-prints* montado no *Los Alamos National Laboratory*, em 1991, o qual permitiu que pesquisadores da área de Física e de outros setores de estudo relacionados, localizados em qualquer parte do mundo, enviassem seus trabalhos para um repositório central, de onde poderiam ser recuperados por outros pesquisadores interessados (MUELLER, 2006).

Com os resultados positivos, o empreendimento ganhou respaldo da comunidade científica internacional, desencadeando o debate sobre os arquivos abertos (*open archives*), cuja filosofia é uma idéia baseada na democratização do acesso à informação. Tal noção é reforçada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO) (1999), ao assinalar que as rápidas inovações por meio das tecnologias de informação e comunicação mudaram o modo como o conhecimento é desenvolvido, adquirido e transmitido.

Nesse contexto, a publicação eletrônica passou a ser obrigatória e generalizada, surgindo a nova etapa da comunicação científica, com o advento do periódico eletrônico. Café (2007) destaca as vantagens do uso da publicação em espaços digitais: a) a velocidade entre a produção do documento e sua disponibilidade para consulta, b) o baixo custo quando se utiliza um sistema gratuito de propagação, conduzindo a uma igualdade de acesso pelas comunidades científicas, c) a possibilidade de interação dos pares e d) a agilidade na formulação do conhecimento científico.

Estudos de Lemos (2005) apontam que, no mundo subdesenvolvido, a proposta seduzia principalmente pelo atrativo do baixo custo de produção. Era uma proposta que tinha tudo para dar certo. Finalmente a produção científica dos países da periferia poderia se valer de um veículo para divulgação universal, principalmente naquele momento, em que essa produção vinha redigida numa linguagem planetária.

Corroborando, Russell (2000) argumenta que a comunicação mediada por computadores não apenas oferece alternativa às formas mais tradicionais de comunicação, mas também descortina um horizonte inteiramente novo para o discurso interativo e com valor agregado.

A maneira como o cientista transmite a informação depende do veículo empregado, da natureza das informações e do público-alvo. Os veículos adotados pelos programas de pós-graduação, no Brasil, são a tese, para o doutorado, e a dissertação para o mestrado. A divulgação desse material apresentou, durante a história, características complexas. O suporte eletrônico veio facilitar sua divulgação e armazenamento.

A produção científica deve ser repassada à comunidade com o objetivo de produzir novos impulsos ao crescimento por meio de descobertas científicas e tecnológicas. A comunidade irá beneficiar-se com a aplicação dos achados do pesquisador, proporcionando bem-estar e melhoria em sua qualidade de vida e da sociedade em geral.

Day (2001), assinala que uma experiência científica, por mais espetaculares que sejam os seus resultados, não termina até que eles sejam publicados. Dessa forma, o texto científico é essencial para a pesquisa, porquanto só passará a existir desde o momento em que for publicada em algum meio de comunicação.

O candidato a cientista está sujeito à avaliação pelos pares, um tipo de ritual de passagem, que permite sua inclusão no grupo e lhe confere o direito de receber as

recompensas e benefícios reservados à promoção do progresso científico. Sua aceitação traz anexa a promoção, na escala social, da comunidade científica. Assim sendo,

[...] a produção científica passa a ser considerada uma efetiva contribuição à ciência se atender a pelo menos quatro requisitos básicos: julgamento e aprovação pela comunidade científica, publicação em veículo amplamente aceito, inserção nos estoques de informação, e apropriação por um receptor. (RIBEIRO; SANTOS, 2006, p. 104).

Oliveira e Noronha (2005) consideram que a comunicação científica está envolvida tanto nas atividades de produção, quanto da disseminação e uso da informação, constituindo um processo que se inicia na concepção de uma ideia a ser pesquisada até o momento em que os resultados dessa pesquisa sejam aceitos pela comunidade científica, ou seja, da produção à divulgação do conhecimento.

Mendes e Maziale (2002) acrescentam que tanto o produto quanto o processo da atividade científica são dependentes de comunicação eficaz. A comunicação do produto científico atende às particularidades de cada área do conhecimento e é feita de acordo com os interesses envolvidos. A maneira como o cientista transmite a informação depende do veículo empregado, da natureza das informações e do público-alvo (MEADOWS, 1999).

A divulgação da produção científica dos programas de pós-graduação no Brasil apresentou, durante a história, características complexas. O suporte eletrônico veio facilitar sua divulgação e armazenamento. Atualmente a CAPES avalia e fomenta 3.854 cursos de pós-graduação em diferentes áreas, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Cursos de Mestrado e Doutorado no Brasil (2008)

Região	Cursos de Pós-Graduação			
	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Total
Centro-Oeste	164	74	17	255
Nordeste	404	169	38	611
Norte	102	36	6	144
Sudeste	1.175	795	121	2.091
Sul	474	235	44	753
Brasil	2.319	1.309	226	3.854

Fonte: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2008).

Os pesquisadores brasileiros produziram, em 2005, 1,8% do conhecimento científico do mundo (FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2008). Os indicadores de impactos das publicações, medidas pelas citações de artigos em periódicos internacionais, demonstram que o Brasil continua

ampliando sua participação na produção científica no cenário mundial, resultado de uma série de políticas de fomento apoiadas por agências governamentais como a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2008). Vale lembrar aqui que a maior parte da produção científica brasileira nasce dentro das universidades.

Os resultados das pesquisas geralmente são divulgados por meio de recursos tradicionais aceitos pela comunidade científica, podendo ser a comunicação informal ou formal. A divulgação varia de instituição para instituição, e entre pesquisadores e outros agentes sociais. A publicação nos canais formais, como os periódicos, é o meio mais reconhecido, especialmente pelas instituições que avaliam qualitativa e quantitativamente a produção científica de uma área do conhecimento (RIBEIRO; SANTOS, 2006).

2.1.1 Canais de informação

Entre os cientistas e seu público existem os canais informais e os formais de informação pelos quais eles se comunicam. Deve-se considerar que, apesar de a comunicação científica se iniciar pelos canais informais de comunicação, efetiva-se com a publicação de seus resultados em canais formais (OLIVEIRA; NORONHA, 2005).

Os canais informais são contatos estabelecidos nos eventos das áreas ou por meio dos colégios invisíveis que reúnem pessoas com interesses comuns, geralmente membros de uma comunidade científica. São mais utilizados na parte inicial da pesquisa e caracterizam-se por serem efêmeros, postos à disposição de um público limitado, que faz uso de suportes eletrônicos, cartas, telefonemas, visitas interinstitucionais, reuniões científicas, relatórios de pesquisa, entre outros (RIBEIRO, 2006).

Conforme Meadows (1999, 2001), os cientistas consideram a discussão pessoal como a essência da comunicação científica. As principais vantagens da comunicação informal são a rapidez na divulgação das informações e o contato com os pesquisadores.

Os canais formais são os meios mais comuns para divulgação, utilizados pelos geradores de conhecimento. São publicações disponíveis e acessíveis a qualquer pessoa, cujo conteúdo pode ser coletado, armazenado e disseminado pelas instituições de pesquisa, editoras e meios de comunicação. Caracterizam-se por permanecerem disponíveis por longo período e para um público extenso. As informações transmitidas por meio desse canal seguem regras e padrões de documentos. Sua principal vantagem é a permanência da publicação, o que facilita sua recuperação e localização (RIBEIRO, 2006).

Em se tratando de comunicação científica formal, esta ocorre por intermédio de vários meios de comunicação impressa, com destaque para livros, periódicos, obras de referência em geral, relatórios técnicos, revisões de literatura, entre outros (TARGINO, 2000). A aquisição nos meios formais não requer, normalmente, contato com o autor, enquanto que, nos meios informais, acontece o oposto (RIBEIRO, 2006). Por outro lado, Meadows (2000) considera que a distinção entre comunicação formal e informal com uso do suporte eletrônico parece agora menos importante, e significa que algumas idéias, como, por exemplo, o que constitui a publicação de um trabalho científico, pode precisar de reconsideração.

Meadows (1999) considera os periódicos e os livros os principais exemplos de comunicações formais. O autor entende que os canais existentes no século XVII, especialmente a comunicação oral, a correspondência pessoal e os livros foram complementados, ampliados e, em certa medida, substituídos pelos periódicos.

De acordo com Oliveira e Noronha (2005), a comunicação impressa evoluiu continuamente. O aparecimento e o desenvolvimento de novas tecnologias modificam o processo de comunicação, tanto formal como informal, estabelecendo nova categoria: a forma eletrônica.

Do ponto de vista da comunicação informal, o suporte eletrônico se torna imprescindível. Com relação aos aspectos formais, especialmente no que concerne ao produto final, é um complemento que gradualmente substitui o documento impresso, principalmente depois do advento dos arquivos abertos em defesa do acesso livre ao conhecimento científico, que pode ser considerado o fato mais interessante e talvez o mais importante da época atual, no que se refere à comunicação científica (MUELLER, 2000, 2006, p. 27).

As mudanças provocadas pelas tecnologias de informação e de comunicação mediadas por computador estão presentes nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, inclusive na produção e divulgação das publicações científicas. Os modelos tradicionais de criação, arbitragem, edição e disseminação do conhecimento em ciência e tecnologia também são estruturalmente modificados (BERTO, 2003).

As distinções entre os canais formais e informais, bem como as vantagens dos canais eletrônicos, são demonstradas no Quadro 1.

Quadro 1 – Diferenças entre os canais formais, informais e eletrônicos de comunicação

Canais formais	Canais informais	Canais eletrônicos
Público potencialmente grande	Privada, público restrito	Público potencialmente grande
Informação armazenada e recuperável	Informação não armazenada e não recuperável	Armazenamento e recuperação complexos
Informação relativamente antiga	Informação recente e atualizada	Informação recente
Direção do fluxo escolhida pelo usuário	Direção do fluxo escolhida pelo produtor	Direção do fluxo orientado pelo usuário
Redundância moderada	Redundância às vezes muito importante	Redundância às vezes significativa
Avaliação prévia	Sem avaliação prévia	Sem avaliação prévia, em geral
Pouco <i>feedback</i> para o autor, a interação é indireta	<i>Feedback</i> significativo para o autor, a interação é direta	<i>Feedback</i> significativo para o autor

Fonte: Adaptado de Targino (2000, p. 19).

O trabalho científico é um elemento universal de relevância vital para o avanço da ciência, a qual acontece validando ou invalidando o que existe. Cabe ao cientista explorar a literatura e conhecer as conquistas alcançadas, para dar continuidade ao desenvolvimento do objeto de sua área. A esse quadro de necessidade de exploração da literatura científica por parte dos pesquisadores soma-se o objetivo de atender à sociedade. É a comunicação científica que interliga os diversos elementos desse processo (MUGNAINI, 2006).

Os trabalhos intelectuais são classificados, geralmente, de acordo com a informação que contêm e o lugar que ocupam no fluxo da informação, que se inicia na geração e passa pela divulgação – as chamadas fontes de informação.

Os canais formais de comunicação é que originam as fontes primárias, secundárias e terciárias de comunicação. De acordo com Mueller (2007), assim classificam-se os diversos tipos de documentos ou fontes ao longo da pesquisa, com base nas funções da informação contida:

- a) *fontes primárias* – aquelas que contêm informações originais ou novas interpretações de fatos ou ideias conhecidos. Aparecem nas mais variadas formas – artigos de periódicos, teses e dissertações, trabalhos apresentados em congressos, relatórios técnicos, patentes, normas técnicas, literatura comercial, entre outras;
- b) *fontes secundárias* – criadas para facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias. São as enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões

de literatura, monografias, livros-textos, entre outros. Elas apresentam a informação filtrada e organizada de acordo com um arranjo definido; e

- c) *fontes terciárias* – têm a função de guiar o usuário para as fontes primárias e secundárias. São as bibliografias, catálogos, guias de literatura, diretórios, entre outros.

A maioria das fontes primárias é largamente dispersa e desorganizada do ponto de vista da produção, divulgação e controle. Embora de suma importância, algumas dessas fontes são difíceis de localizar e empregar (MUELLER, 2007).

As teses e dissertações enquadram-se nessas características. Apesar de serem documentos importantes para os pesquisadores, por muitos anos ficaram nas prateleiras das bibliotecas com acesso restrito. O próximo tópico aborda as peculiaridades destas fontes primárias de informação.

2.1.2 Dissertações e teses

As teses e dissertações são trabalhos científicos desenvolvidos em função das exigências acadêmicas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, cujo objetivo é a divulgação dos dados técnicos e analisados, e seu registro em caráter permanente, proporcionando a outros pesquisadores fontes de pesquisas fiéis, capazes de nortear futuros trabalhos de pesquisa e facilitando sua recuperação nos diversos sistemas de informação utilizados (FRANÇA; VASCONCELLOS, 2007; SEVERINO, 2007).

Abordam tema único, exigindo investigações próprias à área de especialização e métodos específicos e devem ser escritas na língua do país onde serão defendidas (FRANÇA; VASCONCELLOS, 2007).

As teses e dissertações são assim definidas pela ABNT:

Dissertação: documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de um tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando à obtenção do título de mestre. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 2).

Tese: documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa à obtenção do título de doutor, ou similar. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 3).

No livro “Princípios para a redação de uma dissertação ou tese”, Villaça (2004) acrescenta que a diferença entre a tese e a dissertação reside na natureza. A tese deve conter uma descoberta ou uma demonstração, a revelação de algo, e exige uma hipótese. Já numa dissertação, pode até haver pressupostos, mas não há necessidade de hipótese pelo simples fato de não haver tese, pois o objeto de estudo é dissecado descritivamente. França e Vasconcellos (2007) asseguram que a diferença entre as teses e as dissertações refere-se ao grau de profundidade e originalidade, exigido na tese.

Esses trabalhos são defendidos perante uma Comissão Julgadora e, depois de aprovados, geralmente são reestruturados e transformados em artigos, capítulos de livros ou mesmo em livros. Para atender às exigências desse tipo de publicação, as teses e dissertações são alvo de adaptações ou compactações e algumas informações importantes da pesquisa podem se perder (RIBEIRO; SANTOS, 2006).

Normalmente na apresentação à Comissão Examinadora, os programas de pós-graduação determinam a composição dos membros da banca e o tempo para a exposição do trabalho. Para o mestrado, são exigidos três docentes, com título de doutor ou equivalente, sendo que, no mínimo, um dos membros deverá ser de outra IES. No caso de doutorado, são cinco docentes, também com título de doutor ou equivalente, dos quais dois membros são de outra instituição (FUJINO; HYODO, 2006).

De acordo com Rodrigues, Lima e Garcia (1998), o trabalho científico pode ser avaliado sob as perspectivas de seu conteúdo e de sua forma, o que Demo (2007) considera qualidade política e qualidade formal. A qualidade política expressa a questão dos fins, dos conteúdos, da prática histórica. Aponta para a dimensão do cientista social, da sua contribuição para determinada ciência e para a sociedade. Já a qualidade formal é entendida como

[...] a propriedade lógica, tecnicamente instrumentada, dentro dos ritos acadêmicos usuais: domínio de técnica de coleta, manuseio e uso de dados; capacidade de manipular bibliografia; versatilidade na manipulação teórica; conhecimento de teorias, de autores; feitura de passos consagrados, como percurso da graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado etc. (DEMO, 2007, p. 25).

O autor considera a qualidade formal tão importante quanto a qualidade política, uma não substitui nem é maior do que a outra. É, também, tarefa do pesquisador equilibrar a qualidade do conteúdo à da apresentação formal, pois um dos elementos que norteiam a qualidade de um trabalho científico é a sua normalização técnica.

Conforme assentam Ramalho *et al.* (2002), as dissertações ocupam papel relevante na produção científica por suas contribuições criativas e inovadoras e, portanto, devem ser divulgadas, em seus diversos aspectos, para que se efetive o uso desse tipo de literatura. A produção das dissertações e teses em determinada área da ciência permite refletir sobre a evolução da comunidade e a contribuição que os pesquisadores envolvidos estão oferecendo para o crescimento da ciência, motivo que estimula sua difusão.

Os trabalhos publicados pelos canais formais, ou seja, os periódicos científicos, anais de congressos ou livros, representam a literatura branca. Enquanto isso, a literatura cinzenta, se ampara nos canais informais e é representada pelas publicações não convencionais, como relatos de pesquisa, relatórios técnicos, teses, dissertações, documentos governamentais, dentre outros tipos (CÔRTES, 2006; POBLACIÓN; NORONHA, 2002).

As teses e dissertações consistem em material não convencional e não possuem sistema de publicação formal e comercial, com distribuição restrita, portanto, são classificadas como literatura cinzenta (CAMPELLO; CENDÓN; KREMER, 2007; CÔRTES, 2006). Essas características levam a crer que estas publicações não possuem a mesma importância ou peso das que pertencem à chamada literatura branca, entretanto, estes trabalhos, tradicionalmente disponibilizados de forma impressa, encontram espaço respeitável nos canais de propagação eletrônicos.

A literatura cinzenta é objeto de preocupação de estudiosos, motivando a realização de fóruns internacionais e nacionais, como, por exemplo, a realização do evento *The Second International Conference on Grey Literature*, com o tema *Grey Exploitations in the 21st Century* (POBLACIÓN; NORONHA; CURRÁS, 1995).

A divulgação eletrônica das teses e dissertações torna fácil o acesso aos resultados das pesquisas e proporciona a estes documentos um espaço privilegiado nas instituições acadêmicas e governamentais (CÔRTES, 2006). Ribeiro e Santos (2006) acrescentam que a produção de uma tese ou dissertação é considerada irrelevante se não produzir o retorno dos investimentos feitos pelas agências de fomento à pesquisa.

Objetivando esse retorno, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2006) publicou a Portaria nº 13, para fins de acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento dos programas de mestrado e doutorado, que deverão instalar e manter arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso. São ponderados o volume e a qualidade das publicações, além de dados confiáveis sobre a acessibilidade e possibilidade de *download* desses documentos.

As instituições que não possuíam bibliotecas digitais particulares passaram a atender às exigências da portarias por meio da BDTD.

2.2 Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é uma iniciativa do IBICT, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, que possibilita à comunidade brasileira de C&T a publicação de suas teses e dissertações, produzidas no País e no Exterior. Tem como objetivo a disseminação da produção científica, a ampliação do acesso à informação e a promoção da equidade social. Suas principais vantagens são: a qualidade na descrição das teses e dissertações, a visibilidade e o baixo custo no investimento de infraestrutura (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2006).

O IBICT proporciona a integração local, nacional e internacional dos sistemas de informação de teses e dissertações no País em apenas um portal. Também disponibiliza o catálogo nacional em texto integral para o mundo todo via *Networked Digital Library of Theses and Dissertation* (NDLTD)² (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2006; KURAMOTO, 2006).

Cunha e Mccarthy (2006) consideram que a implantação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações permitiu ao IBICT recuperar o tempo perdido, fazendo com que o País possa ser mais bem servido por meio de um sistema coordenado para controle e acesso a esse tipo de material.

A Universidade Federal do Ceará é uma das instituições de ensino e pesquisa brasileiras que integram a BDTD nacional. A gerência da BDTD/UFC está a cargo do Sistema do Bibliotecas e atualmente se encontram cadastradas dez bibliotecas setoriais, que funcionam como unidades catalogadoras e 53 programas de pós-graduação.

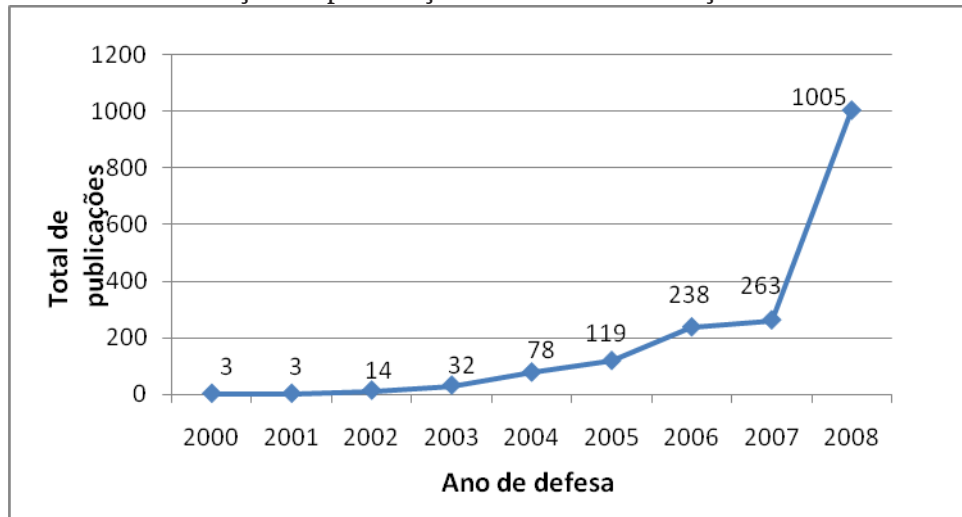
Para publicar sua produção, a UFC faz uso do *software* Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE), versão modular, desenvolvido pelo IBICT, que requer a participação dos programas de pós-graduação, do autor e da biblioteca.

A publicação da portaria da CAPES aumentou a adesão dos programas de pós-graduação da UFC na BDTD, fazendo com que a produção saltasse de um total de 238 teses e

² *Networked Digital Library of Theses and Dissertation* (NDLTD) é uma organização internacional dedicada à promover a adoção, criação, uso, disseminação e preservação das cópias eletrônicas de teses e dissertações publicadas (KURAMOTO, 2006).

dissertações publicadas, em fevereiro de 2006, para 1005, em agosto de 2008, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da publicação de teses e dissertações na BDTD/UFC



Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2006).

A publicação das teses e dissertações deverá ocorrer quando a versão final do documento estiver concluída, não existindo qualquer orientação a respeito da normalização dos trabalhos por parte da BDTD, pois tais orientações ficam a critério das instituições. A UFC orienta no sentido de que o aluno deve “[...] procurar auxílio do bibliotecário ou acessar o Guia de Normalização da UFC.” (GÓIS, 2007, p. 3).

A chegada da BDTD proporcionou às teses e dissertações amplo reconhecimento por parte dos pesquisadores em razão de sua importância para a pesquisa e tecnologia, pois oferecem informações específicas, atualizadas, pormenorizadas e de fácil acesso.

A visibilidade proporcionada pela BDTD induz à reflexão quanto ao emprego das normas de apresentação de trabalhos acadêmicos, pois, de acordo com a portaria da CAPES, as teses e dissertações serão alvo de avaliação quantitativa e qualitativa.

O item que vem na sequência apresenta uma revisão de literatura acerca de normalização, introduzindo os conceitos, importância, benefícios, níveis, classificações das normas e do seu uso nos trabalhos acadêmicos.

2.3 Fundamentos da normalização

Inicialmente, não eram necessários processos padronizados, pois os indivíduos aprendiam observando e gravando na memória, mas logo se percebeu que estes recursos não eram suficientes para garantir a sobrevivência o conhecimento. Isto os levou a fazer os registros de suas experiências para que fosse possível reproduzi-las. Assim, a humanidade depende da padronização há milhares de anos. É impossível imaginar como seriam os calçados, o tráfego terrestre, aéreo e marítimo, materiais de construção, equipamentos – como chaves, trenas e outros medidores –, sem os padrões registrados ao longo do tempo (VIEIRA, 2008).

A normalização contribui para a maioria dos aspectos na vidas de cada pessoa, embora frequentemente, de forma invisível. É quando as normas estão ausentes que sua importância é sentida. Consumidores ou usuários perceberiam quando os produtos não servissem por serem de baixa qualidade, não caberem ou serem incompatíveis com equipamentos que se usa, por não serem confiáveis ou serem perigosos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

Os procedimentos documentados em suporte de papel ou eletronicamente é que fazem, hoje, a memória e, para isso, se conta com organismos, governamentais ou não, que auxiliam na elaboração de procedimentos documentados, mediados por normas técnicas. São exemplos a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no contexto nacional e a International Organization for Standardization (ISO), no plano internacional.

Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2006, p. 4), normalização é a “[...] atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto.”

A normalização está vinculada aos procedimentos adotados para o estabelecimento de padrões que viabilizem o uso comum de um produto ou serviço por diferentes usuários. De acordo com Dantas Filho (1995, p. 20), é o

[...] processo de formulação e aplicação de regras para um tratamento ordenado de uma atividade repetitiva específica, para o benefício e com a cooperação de todos os interessados e em particular para a promoção da economia global, ótima, levando na devida conta condições funcionais e requisitos de segurança.

As instituições devem enxergar a padronização como ferramenta que trará benefícios de custo, prazos, satisfação do cliente e, principalmente, qualidade nos serviços e produtos oferecidos. Deve-se lembrar, porém, que a adoção de normas para padronizar

documentos não garante seu uso por si só, convindo que as organizações estimulem a implantação e o emprego dessas regras.

A padronização existe quando a maioria dos produtos ou serviços de determinada empresa ou setor industrial está em conformidade com as normas internacionais e os agentes econômicos interessados concordam com as especificações e critérios a serem aplicados na classificação dos materiais, na fabricação e fornecimento de produtos, na realização de ensaios e análises, na terminologia e na prestação de serviços (FUNDAÇÃO CERTI, 2004).

A normalização pressupõe o uso de normas. Para Dantas Filho (1995, p. 26), norma é um

[...] documento disponível para o público (especificação técnica, código de prática, etc.), derivado de um determinado esforço de normalização, estabelecido com a cooperação e o consenso ou aprovação geral de todas as partes com interesses afetados, baseado nos resultados consolidados da ciência, tecnologia e experiência, visando à promoção do benefício ótimo para a comunidade e aprovado por um organismo reconhecido.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2006, p. 4), norma é um “[...] documento, estabelecido por consenso e aprovado por organismo reconhecido, que fornece, para uso comum e repetitivo, regras diretrizes ou características para atividades ou seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto.”

A norma é um documento que representa o consenso nacional do estado da arte de determinada tecnologia e tem base em resultados consolidados da ciência, tecnologia e da experiência acumulada, visando a obtenção de benefícios para a comunidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006).

No Brasil, a ABNT é representante da ISO e também responsável pela gestão do processo de elaboração de normas brasileiras, sendo, portanto, um organismo que desenvolve normas técnicas voluntárias. Promove a elaboração de normas que tenham demanda da sociedade.

O trabalho é conduzido por especialistas cedidos pelos diversos setores interessados em harmonizar e difundir padrões técnicos para seus produtos e serviços. Os especialistas trabalham em conjunto com representantes de outras áreas, com o conhecimento de igual importância, por exemplo, organização de consumidores, órgão do governo, entidades tecnológicas e laboratórios.

A normalização, dependendo do produto, processo ou serviço, pode ter um ou mais objetivos específicos, quais sejam: simplificação, segurança, proteção ao consumidor,

eliminação das barreiras comerciais, comunicação, economia. Estes objetivos são definidos a seguir, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2008a):

- a) Simplificação – evita a variedade dos produtos manufaturados e seus componentes e subentende a intercambialidade permitindo que os produtos possam substituir uns aos outros sem alteração no desempenho;
- b) Segurança – objetiva a fabricação dos produtos para que alcancem um alto grau de confiabilidade;
- c) Proteção ao consumidor – garante que foram utilizados, na fabricação dos produtos, matéria-prima e processos controlados e que o produto está de acordo com o desejo e necessidades do cliente;
- d) Eliminação de barreiras comerciais – evita a existência de regulamentos conflitantes sobre produtos e serviços em diferentes países, facilitando, assim, o intercâmbio comercial;
- e) Comunicação – fornece meios eficientes de comunicação entre o fabricante e o cliente, melhorando a confiabilidade das relações comerciais e de serviços;
- f) Economia – a sistematização e a ordenação das atividades produtivas reduzem os custos de produtos e serviços, com a consequente economia para clientes e fornecedores.

As normas tornam o comércio mais fácil e justo entre países, pois dotam os governos de embasamentos técnicos para a legislação relativa à saúde, segurança e meio ambiente. Auxiliam na transferência de tecnologia para o desenvolvimento do País, protegem consumidores e usuários em geral, de produtos e serviços e simplificam a vida (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

Conforme a Fundação CERTI (2004, p. 9), podem ser escalados alguns benefícios da normalização da seguinte forma:

- uniformização da produção;
- registro do conhecimento tecnológico;
- fornecimento de procedimentos para cálculos e projetos;
- aumento de produtividade;
- melhoria da qualidade;
- controle de processos.

Pode-se considerar, ainda, que o uso de normas é um excelente argumento para vendas no mercado internacional e para regular a importação de produtos que não estejam em conformidade com as normas do país importador. Se os produtos atendem às expectativas de cada um, tende-se a tomar isso como condição natural. Não sem tem conhecimento do papel

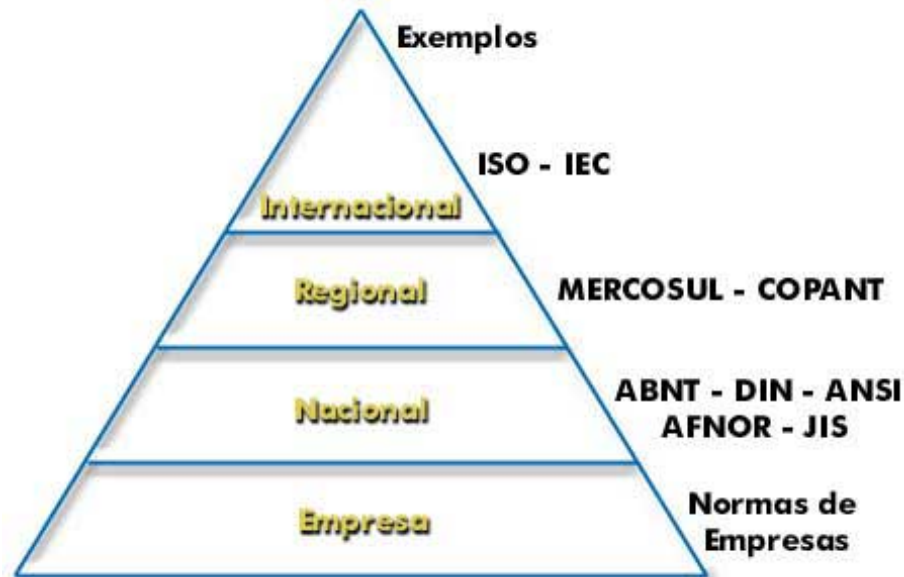
das normas, aumentando níveis de qualidade, segurança, confiabilidade, eficiência e intercambiabilidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

As principais classificações das normas trazem indicações quanto ao tipo e no que concerne ao nível. Com relação ao tipo, podem ser de: Procedimentos, Classificação, Especificação, de Terminologia, Padronização, Simbologia e Método de Ensaio:

- a) Procedimento – destinam-se a fixar rotinas e condições a seguir para a realização de algo como: execução de cálculos de projetos, obras, serviços e instalações; emprego de materiais e produtos industriais; rotinas administrativas; entre outros.
- b) Especificação – fixam as características de materiais, processos, componentes, equipamentos e elementos de construção, assim como as condições exigíveis para aceitação e/ou recebimento de matérias-primas, produtos semi-acabados e produtos acabados.
- c) Padronização – destinam-se a reduzir a variedade de tamanhos de produtos ou de opções de serviços.
- d) Método de Ensaio – destinam-se a prescrever a maneira de determinar ou verificar as características, condições ou requisitos exigidos de um material ou produto de uma obra ou instalação, de acordo com o respectivo projeto.
- e) Classificação – destinam-se a ordenar, designar, distribuir e/ou subdividir conceitos, materiais ou objetos, segundo uma determinada sistemática, ou seja, como agrupar ou dividir determinado campo de conhecimento em classes.
- f) Terminologia – têm a função de definir, relacionar e/ou dar equivalência, nas diversas línguas de termos técnicos empregados em um determinado setor de atividade, visando ao estabelecimento de uma linguagem uniforme.
- g) Simbologia – definem convenções gráficas para conceituar grandezas, sistemas ou partes de sistemas, com a finalidade de representar esquemas de montagem, circuitos, fluxogramas, entre outros (DANTAS FILHO, 1995).

Com pertinência ao nível, as normas classificam-se em internacionais, regionais, nacionais e de empresas, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Níveis de classificação das normas



Fonte: Fundação CERTI (2004).

a) Normas Internacionais

Resultam da cooperação e acordos entre grande número de nações independentes com interesses comuns, visando ao uso mundial, possibilitando o aumento da qualidade de bens e serviços. Facilitam o comércio, removem barreiras técnicas, transportam para novos mercados e provocam aumento da economia (DANTAS FILHO, 1995).

Como exemplos de benefícios que as normas internacionais preveem, existe a padronização de documentos que podem ser manuseados por pessoas que falam línguas diferentes. A ISO e a International Electrotechnical Commission (IEC) são exemplos de associações que desenvolvem normas nesse patamar:

b) Normas Regionais

São estabelecidas por limitado grupo de países de um mesmo continente, tendo por finalidade o benefício mútuo. Possibilitam o aumento da qualidade de bens e serviços peculiares à região e facilitam o intercâmbio comercial (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

São exemplos de organizações que desenvolvem normas regionais: CEN (Comitê Europeu de Normalização), Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas (COPANT) e Comitê MERCOSUL de Normalização (CMN).

c) Normas Nacionais

São as normas editadas por consenso dos interessados em determinado país, por uma organização nacional de normas reconhecida como autoridade. Possibilitam o aumento da qualidade de bens e serviços, o crescimento da produtividade e o desenvolvimento da tecnologia nacional.

O procedimento reconhecido na execução das normas nacionais é chegar a um acordo entre os vários interessados nos requisitos técnicos a serem incluídos. Geralmente, os interessados são: governo, fabricantes, usuários, organizações de profissionais e organização de distribuição (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a). São exemplos de associações que desenvolvem normas deste nível a ABNT, no Brasil; Association Française de Normalisation (AFNOR), na França; American National Standards Institute (ANSI), nos Estados Unidos; Deutsches Institut für Normung (DIN), na Alemanha; e Japanese Industrial Standards (JIS), no Japão.

d) Normas de Empresa

São as normas estabelecidas por empresas ou grupos empresariais, baseadas em normas nacionais ou internacionais para uso em suas atividades internas, com o objetivo de aperfeiçoar a mão-de-obra, reduzir custo operacional e de acidentes de trabalho, gerando benefícios econômicos. Podem ser normas administrativas ou técnicas. Como exemplo, mencionam-se as normas da Petrobras (FUNDAÇÃO CERTI, 2004).

2.3.1 Normalização no Brasil

O primeiro passo que o Governo Federal deu em direção ao estabelecimento da normalização foi pela lei 5.966, de 11 de dezembro de 1973, que criou o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), a fim de formular e executar a política nacional de metrologia, normalização e certificação de qualidade de produtos industriais (CAMPELLO; CENDÓN; KREMER, 2007).

O Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial é composto pelo Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (CONMETRO), que é o órgão normativo e deliberativo, e o Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade

Industrial (INMETRO), que é órgão executivo da política nacional de normalização estabelecida pelo CONMETRO (CAMPELLO; CENDÓN; KREMER, 2007).

Fundada em 1940, a ABNT é uma entidade privada, sem fins lucrativos, reconhecida como único Foro Nacional de Normalização por meio da Resolução n.º 07 do CONMETRO, de 24.08.1992. É membro fundador da ISO, da Comissão Panamericana de Normas Técnicas (COPANT) e da Associação MERCOSUL de Normalização (AMN), sendo a única e exclusiva representante dessas entidades internacionais no Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

A ABNT tem como missão:

Prover a sociedade brasileira de conhecimento sistematizado, por meio de documentos normativos, que permita a produção, a comercialização e uso de bens e serviços de forma competitiva e sustentável nos mercados interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, proteção do meio ambiente e defesa do consumidor. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a, p. 2).

Seus objetivos são:

- conscientizar a população de que as normas são um instrumento de qualidade de vida, segurança e progresso de uma nação, criar normas para a sociedade;
- promover a elaboração de normas técnicas e fomentar seu uso nos campos científico, técnico, industrial, comercial, agrícola, de serviços e correlatos, mantendo-as atualizadas;
- incentivar e promover a participação de membros voluntários de vários segmentos da sociedade, as comunidades técnicas na pesquisa, no desenvolvimento e difusão da normalização do País;
- representar o Brasil nas entidades internacionais de normalização técnica;
- colaborar com organizações similares estrangeiras, na troca de normas e informações técnicas;
- conceder, diretamente ou por meio de terceiros, Marca de Conformidade e outros certificados referentes à adoção setorial vigente;
- prestar serviços no campo da normalização técnica;
- intermediar, junto aos poderes públicos, os interesses da sociedade civil no tocante aos assuntos de normalização técnica. (FUNDAÇÃO CERTI, 2004, p.1).

As normas desenvolvidas pela ABNT são importantes para a sociedade como um todo, pois contribuem para o desenvolvimento, fabricação e fornecimento de produtos e serviços mais eficientes e seguros. São úteis para todos os tipos de organizações industriais e de negócios, para governos e outros órgãos reguladores, comércios, profissionais avaliadores da conformidade, fornecedores e clientes de produtos e serviços no setor público e privado, e, finalmente, para as pessoas em geral, como consumidores e usuários finais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

A Figura 2 mostra as fases da elaboração de uma norma brasileira.

Figura 2 – Processo de elaboração de uma norma brasileira



Fonte: Fundação CERTI (2004).

A demanda é a necessidade de normalização de determinado tema, manifestada à ABNT por qualquer interessado, seja ele representante do governo, setor produtivo, consumidor ou qualquer outra pessoa interessada.

O Programa de Normalização é a relação dos termos previstos a serem normalizados pelo Comitê Técnico, com respectivo cronograma de execução. Após consenso quanto à necessidade da normalização e sua prioridade, o tema é inserido no Programa de Normalização do Comitê Técnico relacionado (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

A Elaboração do Projeto de Norma é o processo em que é formada a Comissão de Estudo, composta de representantes de todas as partes interessadas, que possui a responsabilidade de desenvolver, por consenso, o texto a ser submetido à Consulta Nacional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

Na Consulta Nacional, o Projeto de Norma, elaborado pela Comissão de Estudo (CE), é submetido à apreciação da sociedade. Qualquer interessado pode se manifestar, sem qualquer ônus, a fim de se recomendar à Comissão de Estudo autora: sua aprovação como apresentado; sua aprovação com sugestões ao texto; ou sua não-aprovação, devendo, para tal, apresentar as objeções técnicas que justifiquem sua manifestação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

A análise do resultado da Consulta Nacional é a fase durante a qual a Comissão de Estudo se reúne, com a participação de todos os interessados que se manifestaram no decurso

da consulta, a fim de deliberarem, por consenso, se este projeto de norma deve ser aprovado como Norma Brasileira (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

Caso o projeto seja alterado tecnicamente, como resultado das sugestões ou objeções técnicas oriundas da Consulta Nacional, a Comissão de Estudo deve submetê-lo a nova Consulta Nacional como segundo Projeto de Norma. Se receber objeções técnicas justificando que o tema proposto ainda não possui o consenso necessário para sua aprovação como norma brasileira, a Comissão de Estudo poderá solicitar seu cancelamento à ABNT. Sendo aprovada como norma brasileira, é impressa ou disponibilizada eletronicamente e pode ser adquirida nos diversos postos de venda da ABNT nos Estados, no DF ou via internet (DIAS, 2007).

Há 55 comitês brasileiros de normalização (CB) e 4 organismos de normalização setorial. O CB-14 (Informação e Documentação) é responsável pela criação de normas referentes à padronização dos trabalhos acadêmicos.

2.3.2 Normalização dos trabalhos acadêmicos

No campo da informação científica e técnica, a normalização tem papel tão importante quanto em outros terrenos, sendo absolutamente indispensável à cooperação entre as unidades de informação, pois facilita as operações documentais e diminui o custo e o tempo necessários para realizá-las, viabilizando o intercâmbio e a recuperação de informações (CURTY; BOCCATO, 2005).

A normalização visa à padronização e à simplificação no ato de elaborar qualquer trabalho acadêmico. Facilita o processo de comunicação e o intercâmbio no âmbito da comunidade científica, possibilitando a transferência de informação. Ela não tem o propósito de cercear a criatividade e a liberdade dos autores, mas sim de facilitar aos diferentes leitores das variadas culturas, o acesso às ideias e concepções científicas.

A falta de informação sobre a disposição dos elementos produz trabalhos com formatos variados que, muitas vezes, comprometem sua compreensão. De acordo com Ribeiro e Santos (2006), nem mesmo os manuais em uso nas diversas unidades de ensino e pesquisa conseguem resolver todas as dúvidas dos pesquisadores no momento de concluir a apresentação formal de seu trabalho.

Os autores de trabalhos acadêmicos devem considerar os inúmeros benefícios que um texto (não importando o suporte – papel ou eletrônico) normalizado pode trazer. A

linguagem comum ou códigos estabelecidos facilitam a pesquisa, a organização de base de dados, instrumentalizando melhor aqueles que utilizarão a obra (BUFREM, 1992).

Campetti Sobrinho (2000) concluiu em seu trabalho “Normalização técnica e o acesso à informação” que um livro normalizado oferece um índice de facilidade de pesquisa cinco vezes maior do que o livro não normalizado.

A normalização, em linhas gerais, é uma atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto, objetivando proporcionar meios mais eficientes na troca de informações entre o produtor e o cliente, melhorando a qualidade nas relações de serviços (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008a).

Retoma-se aqui a discussão a respeito da visibilidade que os trabalhos acadêmicos alcançaram com o advento da biblioteca digital, o que expõe a necessidade de as instituições de ensino atentarem para a apresentação visual da sua produção científica, representada aqui pelas teses e dissertações.

Observando as publicações de algumas instituições de ensino disponibilizadas na biblioteca digital, é possível constatar lacunas na normalização. Este fato revela, da parte dos agentes principais envolvidos no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos, uma resistência causada pela falta do conhecimento da real utilidade da normalização, conforme é expresso nas idéias dos autores citados a seguir.

Cada dia mais, a necessidade de progredir nos estudos de graduação, para aprimorar o conhecimento ou concluir a formação educacional, leva os graduandos a iniciarem estudos de pós-graduação, o que, invariavelmente, os conduz à obrigação de elaborar um trabalho científico. Esse caminho leva aos autores muitas inquietações e dúvidas, uma vez que este período representa uma fase de muito desgaste, pois requer intenso desempenho intelectual e físico. Certamente isso poderia ser minimizado se observadas as normas e padrões para sua apresentação. O estabelecimento de uma estrutura a ser seguida, sem dúvida, facilita a produção intelectual acadêmica.

A elaboração de trabalhos monográficos constitui o produto de leituras, observações, investigações, reflexões e críticas desenvolvidas nos cursos de graduação e pós-graduação. Pressupõe-se que se tenha definido uma ideia sobre a qual será concentrada a pesquisa. A definição do problema é seguida do levantamento bibliográfico que situará o autor quanto ao assunto escolhido, por intermédio da revisão bibliográfica, o que lhe permitirá conhecer e analisar outras publicações na área (FRANÇA; VASCONCELLOS, 2007).

Na perspectiva de Cysne (2001), uma das principais dificuldades observadas no desenvolvimento de textos científicos recai na falta de conhecimento dos alunos no que se refere à transformação do conhecimento adquirido durante a pesquisa em um produto final escrito, que seja acessível a quem dele necessitar, fazendo justiça ao trabalho intelectual e metodológico desenvolvido no decurso da pesquisa.

Noronha (1998, p. 68), em uma análise de dissertações e teses em saúde pública, concluiu que

Preocupar-se com a normalização dos trabalhos e da apresentação das referências bibliográficas dos documentos utilizados é tido por muitos como perda de tempo. O pesquisador acha que não precisa ele próprio despender seu tempo com esse detalhe, outros podem fazer por ele.

Na qualidade de autores, no entanto, todos têm responsabilidade na produção normalizada de um documento, sendo também de sua alçada facilitar a identificação, o tratamento e o seu uso por todos quantos por ele possam se interessar, além da obrigação ética e também legal de indicar e citar corretamente as fontes bibliográficas, ressaltando os pensamentos originais e/ou suas interpretações.

A normalização envolve ordem, uniformidade, racionalização, segurança, além de redução de custos, cuja consequência direta é a qualidade de produtos e de serviços que é medida pela eficiência e eficácia da provisão de informação para satisfazer intenções e expectativas do usuário (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, 1997).

Vale destacar a importância da elaboração de um texto apresentado de forma bem estruturada, com suas citações e referências seguindo regras estabelecidas por uma norma, que, de acordo com Meadows (1999), confere caráter de cientificidade e confiabilidade fundamental para a seriedade do trabalho proposto.

Volpato (2002, p. 115) ratifica a importância da apresentação formal do trabalho científico quando acentua que “A qualidade de um texto científico depende da qualidade da ideia (objetivo do trabalho), metodologia, da análise dos dados, da argumentação, das conclusões, do veículo de publicação e de aspectos formais e estilísticos.”

A preocupação com a forma de apresentação e com a transferência da informação científica induziu o grupo de editores da área de ciências da saúde a estabelecer um conjunto de normas específicas para as revistas científicas da área biomédica. A coordenação desse movimento ficou a cargo do *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE) (2007), conhecido como o “Grupo de Vancouver”. Essas normas são instruções para os autores sobre o modo como preparar manuscritos, nas quais muitas revistas baseiam seus estilos de publicação.

Na mesma linha, surgem as “normas APA”, uma série de indicações para a publicação de artigos e obras científicas das ciências sociais recomendadas há vários anos pela American Psychology Association (APA).

As normas brasileiras relacionadas à normalização de trabalhos acadêmicos – em especial teses e dissertações – são de responsabilidade do Comitê Brasileiro (CB) 14, de Informação e Documentação da ABNT, que atua no campo da normalização da informação e documentação, compreendendo as práticas relativas a bibliotecas, centro de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos, ciência da informação e publicação.

A NBR 14724, elaborada com base na ISO7144, tem por objetivo “[...] especificar os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros), visando sua apresentação a instituição (banca, comissão examinadora de professores, especialistas designados e/ou outros).” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 1). Apresenta informações básicas sobre como organizar um trabalho, estruturar o texto e sua disposição, entre outros elementos complementares de um texto científico. Aborda a normalização da obra desde sua capa até a conclusão. Enfim, sistematiza todos os elementos que compõem o trabalho acadêmico.

De acordo com a NBR 14724, as dissertações e teses podem ser compostas das partes obrigatórias e opcionais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005) relacionadas no Quadro 2, levando-se em conta as particularidades de alguns textos em relação às divisões das seções dos elementos textuais.

Quadro 2 – Elementos componentes de uma tese ou dissertação

Elemento	Descrição
Pré-textuais	→ Capa (obrigatória) → Lombada (opcional) → Folha de rosto (obrigatória) → Errata (opcional) → Folha de aprovação (obrigatória) → Dedicatória(s) (opcional) (is) → Agradecimentos (opcional) (is) → Epígrafe (opcional) → Resumo (obrigatório) → Resumo em língua estrangeira (obrigatório) → Lista de ilustrações (opcional) → Lista de abreviaturas e siglas (opcional) → Lista de símbolos (opcional) → Sumário (obrigatório)
Textuais	→ Introdução (obrigatória) → Desenvolvimento (obrigatório) → Conclusão (obrigatória)
Pós-textuais	→ Referências (obrigatório)

	→ Glossário (opcional) → Apêndice(s) (opcional) (is) → Anexos(s) (opcional) (is) → Índice(s) (opcional) (is)
--	---

Fonte: Adaptado da NBR 14.724 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005).

A NBR 14724/2005 estabelece as regras para normalização de alguns elementos que constituem as teses e dissertações, remetendo para as normas específicas dos elementos que possuem normas específicas. Conta, assim, com as seguintes normas complementares (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005):

- a) ABNT NBR 6023/2002 – Informação e Documentação – Referências – Elaboração. Estabelece os elementos a serem incluídos em referências. Fixa a ordem dos elementos das referências e estabelece convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação. Destina-se a orientar a preparação e compilação de referências de material utilizado para a produção de documentos e para inclusão em bibliografias, resumos, resenhas, resenhas, resenhas e outros. Antiga NB66. 24 p.
- b) ABNT NBR 6024/2003 – Numeração progressiva das seções de um documento. Estabelece um sistema de numeração progressiva das seções de documentos escritos, de modo a expor numa sequência lógica o inter-relacionamento da matéria e a permitir sua localização. Aplica-se à redação de todos os tipos de documentos escritos, independentemente do seu suporte, com exceção daqueles que possuem sistematização própria (dicionários, vocabulários etc.) ou que não necessitam de sistematização (obras literárias em geral). Antiga NB69. 3 p.
- c) ABNT NBR 6027/2003 – Informação e Documentação – Sumário – Apresentação. Estabelece os requisitos para apresentação de sumário de documentos que exijam visão de conjunto e facilidade de localização das seções e outras partes. Antiga NB85. 2 p.
- d) ABNT NBR 6028/2003 – Informação e Documentação – Resumos – Apresentação. Estabelece os requisitos para redação e apresentação de resumos. Antiga NB88. 2 p.
- e) ABNT NBR 10520/2002 – Informação e Documentação – Citações – Apresentação. Especifica as características exigíveis para apresentação de citações em documentos. Antiga NB896. 7 p.

Para normalização das tabelas a NBR 14724 remete às:

- a) *Normas de apresentação tabular*, do IBGE – fixam conceitos e procedimentos aplicáveis à elaboração de tabelas de dados numéricos, de modo a garantir a clareza das informações apresentadas.

Apresentados os propósitos da NBR 14724/2005 da ABNT e suas normas complementares, retoma-se a discussão a respeito da normalização como fator de qualidade da produção científica das instituições de ensino superior, o que representa uma preocupação nas IES, em especial pela anunciada internacionalização das universidades.

2.3.3 Normalização no processo de internacionalização das universidades

As novas formas de comunicação, armazenagem e capacidade de recuperação do conhecimento são elementos essenciais proporcionados pela tecnologia da informação que vão transformar a educação superior. Segundo Miura (2006), no tocante aos professores, atualmente, existe uma sensível dependência dos recursos da internet para a realização de pesquisas e análises, além de auxiliar na disseminação dos trabalhos científicos. As bibliotecas deixam de ser simples depósitos de livros e jornais científicos e passam a se envolver com as novas formas de compartilhamento de informações, acesso a banco de dados e *websites*.

De acordo com Knight (2005), dentre as quatro razões para a internacionalização das IES se encontram a “pesquisa e produção do conhecimento”. Esta razão está relacionada com o aumento de interdependência entre as nações e o aumento das questões internacionais não resolvidas somente em âmbito nacional. A colaboração internacional e a interdisciplinaridade são uma resposta aos vários problemas relacionados ao meio ambiente, saúde, direitos humanos entre outros. Logo, esta talvez seja uma das principais razões que motivam as IES a incorporarem a dimensão internacional na pesquisa e na produção do conhecimento.

A literatura vislumbra várias mudanças para o processo de internacionalização do ensino superior em virtude do uso da tecnologia de informação. Os autores não chegam a conclusões precisas sobre as consequências e impactos para as diversas ações, tais como a mobilidade de estudantes e professores, projetos ou pesquisas conjuntas, entretanto, todos concordam no que se refere à ocorrência de fortes impactos nas futuras políticas de incentivo à internacionalização (MIURA, 2006).

Em outubro de 1998, a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior ensejou a Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI, cujo artigo 5º trata da

“Promoção do saber mediante a pesquisa na ciência, na arte e nas ciências humanas e a divulgação de seus resultados.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1999, p. 25).

No discurso de abertura da referida Conferência, Marco Antonio Rodrigues Dias, ex-diretor da Divisão de Educação Superior da UNESCO, ressalta que o projeto da Declaração apresenta elementos para uma nova visão do ensino superior, apresentando os seguintes conceitos:

- acesso com equidade;
- reforço da participação feminina;
- garantia do acesso a grupos especiais, como refugiados, deficientes e minorias diversas;
- **estímulo ao progresso do conhecimento através da pesquisa e da publicação de seus resultados;**
- pertinência e orientação a longo prazo, levando em conta demandas sociais, em particular no relacionamento com o mercado de trabalho;
- diversificação para aumentar a igualdade de oportunidades;
- pessoal e estudantes: os principais protagonistas da educação superior. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1999, p. 63, grifo nosso).

O Documento de Trabalho da Conferência, no seu capítulo 5 – Cooperação e o Ensino Superior, seção 196 –, sobre a chegada das novas tecnologias da informação e da comunicação, ressalta que a sociedade do século XXI será uma sociedade da comunicação, que se tornou possível pelos progressos em diversos campos como: digitalização da informação, potência de estocagem, tecnologia de transferência da informação (redes de satélites e sua cobertura), estruturação em redes internacionais, desenvolvimento em mundos virtuais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1999).

A chegada dessa sociedade da comunicação provoca inúmeras consequências no mundo. As novas tecnologias da informação e da comunicação permitem a consulta à distância de dados significativos. Os lugares de produção, distribuição e pesquisa estão cada vez mais separados espacialmente, mas interligados em rede (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1999).

As novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), ao mesmo tempo, são um vetor de internalização da cultura e um instrumento de defesa das identidades culturais, desafio maior ao qual o ensino superior não pode ficar insensível. Nas diferentes missões de ensino, pesquisa e extensão, as instituições de ensino superior não podem, sob pena de contradição, permanecer afastadas das NTIC. Elas devem participar do seu desenvolvimento e

prever o impacto de sua implantação nos diferentes setores e nelas próprias. Os impactos para o ensino superior são numerosos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1999, p. 173).

De acordo com Miura (2006), a discussão sobre a internacionalização das instituições do ensino superior (IES) ganhou importância a partir da década de 1980. A busca pelo desenvolvimento científico passou a ser uma discussão além das barreiras nacionais, incorporando tendências internacionais. São argumentos para explicar a importância da internacionalização de IES:

- a) exigências profissionais e acadêmicas para os graduados refletindo as demandas da economia, da sociedade e do mercado de trabalho globalizados;
- b) **esforços de colaboração e intensa cooperação internacional para potencializar o nível de especialização em pesquisa, compartilhar custos em investimentos que são indispensáveis na pesquisa e desenvolvimento de áreas específicas do conhecimento;**
- c) recrutamento de estudantes estrangeiros para contribuir com as receitas da instituição;
- d) **intensificação do uso de novas tecnologias de informação e comunicação facilitando a distribuição de programas educacionais via internet.** (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1999, p. 120, grifo nosso).

Foi no sentido de intensificar a comunicação e fazendo uso das novas tecnologias que surgiu a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, como já citado, um empreendimento de integração local, nacional e internacional, que tem por objetivo a disseminação da produção científica. De acordo com Vicentini (2006), um dos pontos relevantes da biblioteca digital é o acesso que, desde sua implantação, é universal e traz muitas vantagens em relação à organização, espaço físico, localização geográfica, preservação, dentre outras.

Esse caráter internacional da BDTD pressupõe o uso de normas internacionais que facilitem a comunicação científica. Os organismos internacionais de normalização manifestam-se com relação à importância de padrões.

A International Organization for Standardization (ISO) (2008), com relação às normas internacionais e educação, assevera que os padrões são o veículo para a partilha de conhecimentos, tecnologias e boas práticas, componentes essenciais do mundo industrial e pós-industrial com o objetivo de apoiar as atividades econômicas, sociais e necessidades mais equitativas de oportunidades, ou seja, o desenvolvimento sustentável. E acrescenta:

O papel das normas foi reconhecido, há muito tempo, na educação, no entanto, há um recente aumento da sensibilização das instituições de ensino em todo o mundo para a importância da padronização das atividades de um modo mais geral, para a contribuição que podem dar ao comércio de produtos e serviços, a promoção de

boas práticas empresariais e para fomentar a inovação tecnológica. (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2008, p. 1).

A International Organization for Standardization (2008) considera esta tendência importante e acredita na contribuição que a normalização pode dar à internacionalização do ensino e no que pode ser alcançado por meio dela. Está empenhada em apoiar estas instituições em seus esforços e incentivá-las a partilhar os seus conhecimentos, experiência e competência. Considerando que o ensino e a pesquisa estão frequentemente ligados, tencionam promover estudos relativos à normalização.

Esses indícios de preocupações por parte de organismos internacionais culminam com a visibilidade que os trabalhos acadêmicos desenvolvidos nas universidades brasileiras ganharam com o aparecimento da biblioteca digital, constituindo-se uma preocupação que já faz parte da rotina de várias instituições, algumas mais, outras menos.

2.3.4 O estabelecimento de padrões para uma efetiva qualidade da produção científica das instituições

Há mais de 30 anos já se defendia a necessidade do estabelecimento de padrões para uma efetiva qualidade para todas as fases da produção científica, desde a comunicação da ideia de um trabalho até a apresentação de um relatório final (CUNHA, 1973).

A padronização de textos científicos continua sendo discutida, pois a instituição que possui informação detém o poder, notadamente nos dias atuais. Esse poder tem como condicionantes a qualidade do conteúdo, da produção editorial, do preparo técnico, e a disponibilidade física ou virtual dessa informação para o usuário/consumidor institucional ou individual. De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1997), a chance de sucesso na coleta, organização, recuperação e localização da informação tencionada pelo usuário é provável de ocorrer se a fase de elaboração de documentos realizada pelo autor e as atividades inerentes aos procedimentos e processos técnicos executados pelos profissionais das áreas de editoração e de informação estiverem orientadas por normas técnicas que darão credibilidade e qualificarão os serviços prestados ao usuário.

A necessidade de conciliar a natureza criativa do trabalho com o rigor formal requerido pelos padrões impostos pela comunidade científica conduz as organizações a se voltarem cada vez mais para a melhoria contínua de seus produtos, a fim de obter padrões de qualidade mais elevados. Para tanto, nada mais propício do que se adaptar aos padrões nacionais e internacionais, constituindo um modelo que contenha as particularidades

necessárias para a caracterização da entidade geradora. Para Rodrigues, Lima e Garcia (1998), a normalização contribui para harmonizar as peculiaridades em cada área do conhecimento e em cada veículo de comunicação. Dessa forma, toda criação desenvolvida na universidade necessita de normalização.

Confirmando a importância da normalização do trabalho acadêmico, o MEC requer das IES, para efeito de avaliação, mecanismos efetivos de acompanhamento e cumprimento do trabalho de conclusão de curso, o que acontece quando existem nas IES mecanismos adequados e efetivos de acompanhamento e de cumprimento da tarefa, com todas as suas práticas institucionalizadas e implantadas, ou seja, uma adequada orientação do aluno para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC) (BRASIL, 2007).

Para preencher essa exigência, Rocha (2006) orienta que as IES ofereçam por meio de suas bibliotecas:

- a) programa de treinamento de usuário que ensine a normalização dos trabalhos monográficos;
- b) acesso ao conjunto de normas da ABNT para normalização de documentos; e
- c) manual contendo as exigências para apresentação da produção acadêmica, técnica e científica.

Nesse sentido, instituições de ensino superior estabelecem preceitos relativos à apresentação de trabalhos acadêmicos. Algumas instituições brasileiras possuem guias de normalização considerados excelentes instrumentos de orientação. Menciona-se o caso da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que mantém a série “Normas para apresentação de documentos científicos”, destinada à normalização de seus trabalhos, que se tornou consagrada, sendo comercializada e utilizada por muitos pesquisadores e por outras instituições.

2.3.5 Normalização de trabalhos acadêmicos na Universidade Federal do Ceará

Há registro relativo à normalização de trabalhos acadêmicos na UFC, em 1981, quando a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, com o propósito de evitar a diversificação verificada na forma de apresentação das publicações desenvolvidas nos cursos de pós-graduação, procurou estabelecer um padrão mínimo para a redação e apresentação dos citados trabalhos, com base nas normas nacionais e internacionais.

Para tanto, designou uma comissão constituída pelos professores doutores José Gerardo Beserra de Oliveira, José Albersio de Araújo Lima, já com bastante experiência em

orientar a elaboração de teses e dissertações, e a professora especialista Almerly Cordeiro Lima, da área de Biblioteconomia, a qual elaborou o *Manual de Normas para Redação e Apresentação de Tese, Dissertação e Monografia* (OLIVEIRA; LIMA; LIMA, 1981). O manual, desenvolvido segundo as normas da ABNT, foi utilizado por algum tempo, no entanto, como não houve esforços no sentido de proceder a sua atualização, caiu em desuso.

Outro momento relevante para a normalização foi o Fórum Nacional de Padronização e Divulgação da Produção Científica, realizado pela UFC, em 2001, que contou com patrocínio da CAPES e a presença de instituições de peso, como o IBICT, grandes editores e, principalmente, pesquisadores, estudantes e bibliotecários de várias outras universidades do País. O objetivo era desenvolver um documento padronizado para as publicações da UFC, tendo sido, na oportunidade apresentados modelos de outras universidades.

Em 2004, o Sistema de Bibliotecas da UFC constitui uma comissão para desenvolver um manual destinado à normalização da apresentação da produção científica. O manual, intitulado *Guia para normalização de trabalhos acadêmicos de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)*, foi publicado em CD-ROM e lançado oficialmente em parceria com Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O empreendimento não alcançou os objetivos propostos, em parte em função do suporte utilizado e por deficiência na divulgação do documento.

Em razão do crescimento dos programas de pós-graduação na Universidade, que hoje somam 69 cursos de especialização, 57 de mestrado e 26 de doutorado, distribuídos nas diversas áreas do conhecimento, e do fato de todos estes cursos, salvo raras exceções, exigirem a elaboração de um trabalho intelectual na forma de monografia, dissertação ou tese, além dos trabalhos monográficos de conclusão de curso, exigidos pelas graduações, sentiu-se a necessidade de atualizar este manual. Em 2007, o Sistema de Bibliotecas instituiu a Comissão de Normalização, que realizou estudos com intuito de proceder a essa atualização.

Além de manter o *Guia de normalização da UFC* atualizado e disponível *on-line*, o Sistema de Bibliotecas oferece aos usuários os recursos do *Mecanismo on-line para elaboração de referências bibliográficas* (More) desenvolvido pela bibliotecária Maria Bernadete Martins Alves e Guilherme Corrêa de Souza (ALVES; SOUZA, 2008), serviços de apoio ao usuário, como: os bibliotecários auxiliam os usuários na aplicação das normas da ABNT, realizam revisão e correção das referências, elaboram a ficha catalográfica, promovem visitas orientadas com o treinamento para a melhor utilização das bases de dados e coleção de periódicos da CAPES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2008a).

Mesmo com todas essas ações, ainda assim, o que se verifica na prática cotidiana é a existência de muitos trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) não normalizados e não obedientes às orientações institucionais.

As iniciativas do Sistema de Bibliotecas atendem as exigências do MEC, no entanto, ressalta-se que os serviços de apoio precisam ser solicitados pelos professores ou alunos. Assim sendo, não existe uma interferência direta na normalização dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos no âmbito da UFC.

3 METODOLOGIA

A metodologia foi delineada considerando o tipo de pesquisa, o universo e amostra, os procedimentos metodológicos e seus aspectos éticos, como descritos a seguir.

3.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno e ainda o estabelecimento de relações entre variáveis.

É o tipo mais adequado para este estudo, que visa a analisar a normalização das teses e dissertações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFC e, em seguida, identificar os fatores que interferiram na normalização, estabelecendo relações entre estes e o resultado da análise.

A abordagem quantitativa permitiu avaliar com precisão o nível da normalização das teses e dissertações por meio de um instrumento de avaliação (APÊNDICE A). A qualitativa possibilitou a identificação dos fatores que interferiram no processo de normalização desses trabalhos, utilizando-se o questionário como método de coleta de dados junto aos autores e orientadores.

3.2 Universo e amostra da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Ceará. Os dados foram coletados do sítio da BDTD/UFC. O universo populacional incluiu as teses e dissertações disponibilizadas até o dia 2 de agosto de 2008, perfazendo um total finito de 859 trabalhos.

A amostra intencional compreendeu as teses e dissertações cujas defesas tenham ocorrido nos meses de janeiro a julho de 2008. Esse critério teve como objetivo garantir não ter havido mudanças nas normas de trabalhos acadêmicos neste período, em especial na NBR 14724 da ABNT, cuja última atualização ocorreu em 2005, pelo menos dois anos antes da defesa dos trabalhos. Foram selecionados, então, 90 trabalhos, sendo 25 teses e 65 dissertações (TABELA 2), representando, 10,5% do total disponibilizado até o momento da coleta.

Em virtude do período estipulado, a amostra compreendeu teses e dissertações de 21 programas de pós-graduação da UFC, do total de 53 cadastrados na BDTD até a data da coleta (TABELA 2).

Tabela 2 – Características da amostra da pesquisa

Programa Pós-graduação	Curso	Teses	Dissertações	Total
Tecnologia de Alimentos	Mestrado	-	9	9
Microbiologia Médica	Mestrado	-	2	2
Agronomia / Fitotecnia	Mestrado	-	2	2
Bioquímica	Doutorado	-	1	1
Cirurgia	Doutorado e Mestrado	1	1	2
Desenvolvimento e Meio Ambiente	Mestrado	-	1	1
Economia CAEN	Mestrado	-	5	5
Economia Rural	Mestrado	-	6	6
Enfermagem	Doutorado e Mestrado	4	5	9
Engenharia Civil	Doutorado e Mestrado	2	8	10
Farmacologia	Doutorado e Mestrado	8	6	14
Física	Doutorado e Mestrado	3	6	9
Linguística	Doutorado	1	-	1
Odontologia	Mestrado	-	1	1
Psicologia	Mestrado	-	7	7
Química Inorgânica	Doutorado e Mestrado	4	1	5
Química Orgânica	Doutorado	2	-	2
Saúde Pública	Mestrado	-	1	1
Tocoginecologia	Mestrado	-	1	1
Zootecnia	Mestrado	-	1	1
Geologia Ambiental	Mestrado	-	1	1
Total	21 programas	25	65	90

Fonte: TEDE, Universidade Federal do Ceará (2008)c).

Para a identificação dos fatores que levaram as teses e dissertações da BDTD/UFC ao nível de normalização apresentado na análise, foram contatados todos os autores e orientadores para aplicação de um questionário (APÊNDICE B e C).

3.3 Procedimentos metodológicos

Para a realização da pesquisa, optou-se por dividi-la em duas etapas: na primeira procedeu-se à análise da normalização das teses e dissertações depositadas na BDTD/UFC, enquanto, na segunda etapa, procurou-se identificar os fatores que influenciam e/ou interferem na qualidade da normalização destes trabalhos. Os procedimentos metodológicos utilizados em cada etapa encontram-se detalhados individualmente a seguir.

Para realização da primeira etapa, foram estabelecidos 13 elementos da normalização das teses e dissertações para proceder à análise, quais sejam: capa, folha de rosto, folha de aprovação, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira, sumário, referências, apresentação gráfica, paginação, numeração progressiva, citações, ilustrações e tabelas.

Os elementos estabelecidos compreendem os considerados obrigatórios pela NBR 14724 da ABNT, conforme determina o Quadro 2, e alguns necessários à elaboração do trabalho acadêmico constituídos por esta e por outras normas complementares.

O suporte teórico da análise das teses e dissertações da BDTD/UFC compreende algumas das normas relativas à padronização de documentos, que são de responsabilidade do Comitê Brasileiro de Normalização CB-14, de Informação e Documentação da ABNT e a norma de apresentação de tabelas, do IBGE (QUADRO 3). São as seguintes:

Quadro 3 – Normas aplicadas na análise das teses e dissertações

Norma	Comitê Responsável	Especificações
NBR 6023/2002	Informação e Documentação	Referências – Elaboração.
NBR 6024/2003	Informação e Documentação	Numeração progressiva das seções de um documento.
NBR 6027/2003	Informação e Documentação	Sumário – Apresentação.
NBR 6028/2003	Informação e Documentação	Resumos – Apresentação.
NBR 6034/2004	Informação e Documentação	Índice – Apresentação.
NBR 10520/2002	Informação e Documentação	Citações – Apresentação.
NBR 14724/2005	Informação e Documentação	Trabalhos Acadêmicos – Apresentação
“Normas de apresentação tabular” do IBGE.	IBGE	Apresentação de tabelas

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1993).

Os elementos capa, folha de rosto, folha de aprovação, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira, sumário e referências são partes dos trabalhos acadêmicos havidas como elementos obrigatórios pela NBR 14724, das quais resumo, sumário e referências têm sua normalização estabelecida pelas NBR 6028/2003, NBR 6027/2003 e 6023/2002, respectivamente.

Por sua vez, apresentação gráfica, paginação, numeração progressiva, citações, tabelas e ilustrações constituem elementos de apoio exigidos pela NBR 14724, sendo a numeração progressiva estabelecida individualmente pela 6024/2003, as citações pela NBR

10520/2002 e as tabelas pelas *Normas de apresentação tabular* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1993).

Os elementos que possuem norma específica foram avaliados conforme suas respectivas normas de responsabilidade da ABNT, ou seja, resumo, sumário, referências, numeração progressiva, citações e tabelas. Os demais elementos foram avaliados conforme a NBR 14.724, ou ao que ela determina.

Os elementos foram analisados por meio de um instrumento para avaliação (APÊNDICE A) desenvolvido especificamente para este estudo. As variáveis que compõem o instrumento de avaliação foram constituídas das exigências que as normas especificam. Assim, cada elemento foi analisado consoante as normas da ABNT, com exceção das tabelas, cuja normalização a NBR 14724 orienta o uso das normas do IBGE (QUADRO 3).

O instrumento de avaliação considerou, por meio das variáveis, os seguintes itens:

- a) a existência ou não do elemento;
- b) a correta localização do elemento na estrutura do trabalho;
- c) o uso das informações necessárias à apresentação do elemento;
- d) a existência de informações desnecessárias;
- e) a correta disposição das informações no elemento; e
- f) as demais exigências específicas de cada elemento.

O índice da normalização do elemento foi estabelecido pelo atendimento a todas as variáveis estabelecidas no instrumento de avaliação. Assim, o índice de normalização das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC foi obtido pela média do índice de normalização dos elementos. Os resultados foram expostos por meio de tabelas e gráficos, com frequência simples, arredondados para uma casa decimal.

Na segunda etapa da pesquisa, aplicou-se um questionário aos autores e orientadores dos trabalhos analisados a fim de identificar os fatores que influenciam ou interferem na normalização das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC.

O questionário foi eleito como instrumento de coleta de dados por proporcionar condições de traduzir os objetivos da pesquisas e motivar os autores e orientadores a cooperar, fornecendo subsídios que justifiquem o índice de normalização das teses e dissertações e também por permitir conhecer as ações, por parte dos autores e orientadores, relacionadas à normalização de trabalhos acadêmicos.

Estruturou-se o questionário utilizando adaptações da escala de Likert (MARTINS; LINTZ, 2000), a fim de conhecer o posicionamento dos autores e orientadores

em relação à normalização. Optou-se por elaborar dois questionários, um para os autores e outro para os orientadores (APÊNDICE B e C).

O questionário aplicado aos autores foi composto de oito perguntas, sendo sete fechadas, com opções para comentários, e uma aberta, objetivando obter elucidações sobre:

- a) o grau de importância atribuído à normalização do trabalho acadêmico;
- b) relevância conferida aos elementos da normalização;
- c) instrumentos (normas, manuais, guias...) utilizados para a normalização de suas teses ou dissertações;
- d) utilização dos recursos de normalização disponibilizados pela UFC;
- e) percepção do posicionamento do orientador e da banca examinadora em relação à normalização;
- f) avaliação da normalização de seus trabalhos; e
- a) dificuldades encontradas (APÊNDICE A).

Em relação aos orientadores, foram propostas cinco perguntas fechadas, todas com opções para comentários, com o intuito de obter esclarecimentos a respeito de:

- a) grau de importância atribuído à normalização;
- b) relevância conferida aos elementos da normalização;
- c) instrumentos de normalização (normas, manuais, guias...) indicados aos orientandos;
- d) indicação dos recursos de normalização disponibilizados pelas bibliotecas da UFC; e
- e) percepção do posicionamento do orientando no tocante à normalização (APÊNDICE B).

O contato com os participantes da pesquisa, inicialmente, foi realizado por *e-mail*, obtidos na própria BDTD/UFC, no módulo usuário do *software* Pergamum³ e nas secretarias dos programas de pós-graduação. Não atingindo um número significativo de respostas aos questionários enviados por *e-mail* procurou-se contato pessoal para a aplicação do instrumento de pesquisa.

Os resultados dos dois questionários são analisados, simultaneamente, estabelecendo-se relações e comparações com os obtidos na análise da normalização das teses e dissertações. Os dados foram expostos por meio de gráficos, com frequência simples, arredondados para uma casa decimal.

³ *Software* de automação de bibliotecas utilizado na UFC.

3.4 Aspectos éticos da pesquisa

Os aspectos éticos da pesquisa fizeram referência à fidelidade com relação às referências dos autores citados e aos dados da pesquisa, o que implicou anonimato dos autores e respectivos orientadores, dos títulos dos trabalhos selecionados para análise e das opiniões dos autores e orientadores que responderam ao questionário. Foram evitados julgamentos de qualquer natureza ao conteúdo dos trabalhos. A apreciação considerou única e exclusivamente a normalização do trabalho sob a égide da ABNT, mais especificamente da NBR 14.724, que estabelece a apresentação de trabalhos acadêmicos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados das duas etapas foram analisados separadamente; inicialmente, a análise da normalização das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC, demonstrando os resultados de cada elemento de forma detalhada e depois o índice de normalização encontrado. Na segunda etapa, à medida que foram apresentados os resultados da identificação dos fatores que influenciam a qualidade da normalização, foram estabelecidas suas relações com o resultado da primeira etapa.

4.1 Análise da normalização das teses e dissertações

As teses e dissertações, objeto de estudo desta pesquisa, foram coletadas no sítio da BDTD/UFC, que, no dia 2 de agosto de 2008, contava com 859 trabalhos publicados. Por motivo já relatado na Metodologia, foram pinçadas as defendidas entre janeiro e julho de 2008, o que representou um total de 90 documentos. Desse quantitativo, somente 87 foram analisadas, pois três arquivos apresentaram problemas: um não abriu e em dois constava apenas parte da dissertação, sendo um com apenas três páginas e o outro com 45. De tal modo, a amostra final resultou em 87 trabalhos, sendo 25 teses e 62 dissertações (TABELA 3).

Tabela 3 – Distribuição dos documentos analisados por programa de pós-graduação

Programas de pós-graduação	Categoria		Total	%
	Teses	Dissertações		
Tecnologia de Alimentos	-	9	9	10,3
Microbiologia Médica	-	2	2	2,4
Agronomia / Fitotecnia	-	1	1	1,1
Bioquímica	-	1	1	1,1
Cirurgia	1	1	2	2,3
Desenvolvimento e Meio Ambiente	-	1	1	1,1
Economia CAEN	-	5	5	5,8
Economia Rural	-	6	6	6,9
Enfermagem	4	4	8	9,2
Engenharia Civil	2	8	10	11,6
Farmacologia	8	6	14	16,2
Física	3	6	9	10,3
Linguística	1	-	1	1,1
Odontologia	-	1	1	1,1
Psicologia	-	6	6	6,9
Química Inorgânica	4	1	5	5,8
Química Orgânica	2	-	2	2,4
Saúde Pública	-	1	1	1,1
Tocoginecologia	-	1	1	1,1
Zootecnia	-	1	1	1,1
Geologia Ambiental	-	1	1	1,1
Total	25	62	87	100,0

Fonte: TEDE, Universidade Federal do Ceará (2008c).

Em virtude de obedecer a um período estipulado, a amostra compreendeu teses e dissertações de apenas 21 programas de pós-graduação da UFC, do total de 53 cadastrados na BDTD, até a data da pesquisa.

A tomada do número de teses e dissertações de cada programa não foi intencional, por isso houve uma discrepância exagerada entre as amostras por programas de pós-graduação. A maior amostra correspondeu ao Programa de Pós-Graduação em Farmacologia, com 14 trabalhos, seguido de Engenharia Civil, com dez, e Física e Tecnologia de Alimentos, com nove cada um. Dos programas analisados, nove foram representados por apenas um trabalho (TABELA 3).

A análise das teses e dissertações encontra-se fundamentada nas normas da ABNT, especialmente na NBR 14724 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005), que estabelece os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos, visando a sua apresentação à instituição.

A NBR 14724 remete para normas complementares quando trata de elemento que possui norma específica, como é o caso da NBR10520 – citações, NBR12225 – lombada, NBR6023 – referências, NBR6024 – numeração progressiva, NBR6027 – sumário, NBR6028 – resumo, NBR6034 – índice (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005) e das *Normas de apresentação tabular* do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1993).

A NBR 12225, que fixa as condições exigíveis para apresentação de lombada em publicações, não foi utilizada na pesquisa em virtude de os trabalhos analisados serem apresentados em suporte eletrônico.

Como expresso na Metodologia, para proceder à análise foram selecionados os elementos principais que compõem o trabalho acadêmico, especificamente as teses e dissertações, o que resultou em 13, quais sejam: capa, folha de rosto, folha de aprovação, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira, sumário, referências, apresentação gráfica, paginação, numeração progressiva, citações, ilustrações e tabelas.

O objetivo da análise é verificar se as teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC se encontram em constância com as normas da ABNT relativas à apresentação de trabalhos acadêmicos, as quais são “indicadas” pela UFC para normalização da sua produção.

Os elementos foram analisados por meio de um roteiro denominado “instrumento de avaliação” (APÊNDICE A), composto por variáveis que representam as exigências das normas específicas de cada elemento, portanto, são capazes de auxiliar na mensuração do nível de normalização dos elementos estabelecidos.

Vale lembrar que o elemento é considerado normalizado quando **atende a todas as variáveis propostas**, pois as normas mencionadas fornecem regras ou diretrizes para auxiliar o pesquisador no desenvolvimento de suas atividades, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação do trabalho acadêmico. Assim sendo, o cumprimento parcial destas instruções não alcança o fim pretendido.

Os resultados das variáveis são representados em tabelas, expondo-se ao final o índice de normalização obtido em cada item avaliado. Com o intuito de facilitar a explanação da análise, expõem-se os resultados abrindo seções para cada um dos elementos.

4.1.1 Capa

O primeiro elemento proposto no “instrumento de avaliação” (APÊNDICE A) foi a capa, considerada obrigatória pela NBR 14724/2005, que estabelece as exigências relacionadas às informações contidas e sua disposição.

De acordo com essa norma, a capa é a proteção externa do trabalho e sobre a qual se imprimem as informações indispensáveis à identificação do documento. Na capa das teses e dissertações, devem constar as seguintes informações, na ordem apresentada:

- a) nome da instituição (opcional);
- b) nome do autor;
- c) título e, se houver, subtítulo;
- d) número de volumes (se houver mais de um);
- e) local (cidade da instituição onde deve ser apresentado); e
- f) ano de depósito (da entrega) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005).

As informações exigidas foram representadas por meio das seguintes variáveis: constatação da existência da capa, apresentação das informações exigidas, correta disposição das informações e a existência apenas das informações exigidas. A Tabela 4 apresenta o resultado detalhado da análise, exibindo no final o índice de normalização encontrado.

Tabela 4 – Análise detalhada da normalização da capa

Variáveis	Sim		Não		Total	
	F	%	f	%	f	%
Existe capa	85	97,7	2	2,3	87	100,0
Contém informações exigidas	85	97,7	2	2,3	87	100,0
Correta disposição das informações	61	70,1	26	29,9	87	100,0
Contém somente informações exigidas	63	72,4	24	27,6	87	100,0
Índice de normalização	53	60,9	34	39,1	87	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

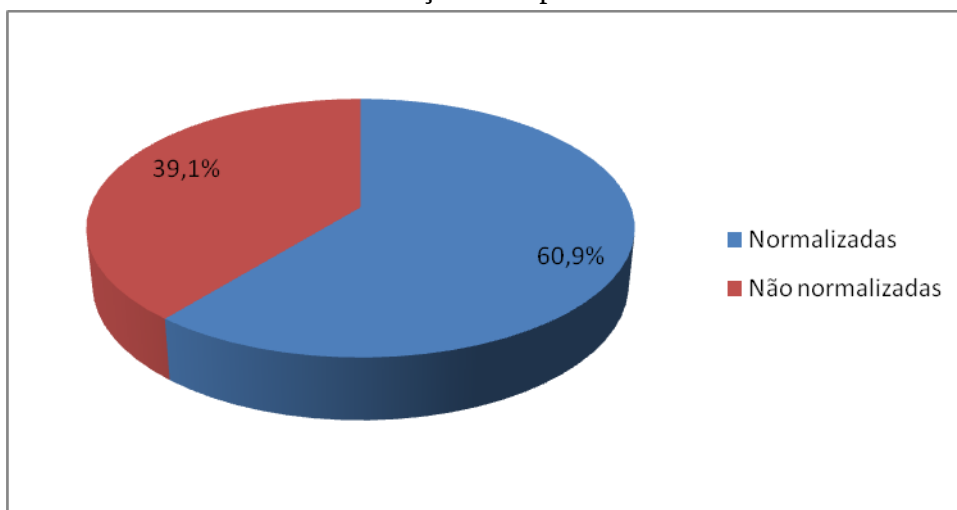
Constatou-se que 2,3% das teses e dissertações não apresentam capa, iniciando logo com a folha de rosto. Assim, passou-se a variável que requer a apresentação das informações exigidas, na qual constatou-se que o percentual de 97,7% atende às exigências da norma e apenas 2,3% não, ou seja, deixam de exibir alguma delas: nome do autor, título, local ou ano de depósito (da entrega).

Em relação à correta disposição das informações na capa, verificou-se que em 70,1% das teses e dissertações elas se encontram corretamente dispostas na capa, enquanto em 29,9%, não. O atendimento a essa variável possibilita a distinção das informações mesmo para quem não conhece o idioma do documento.

Da mesma forma ocorre com a última variável que diz respeito à inclusão de dados desnecessários na capa, ou não previstos pela NBR 14724/2005. Verificou-se que o percentual equivalente a 72,4% das teses e dissertações atende perfeitamente aos requisitos da norma. Por sua vez, 27,6% dos documentos trazem dados desnecessários, tais como o nome do orientador e objetivo do trabalho, os quais deveriam aparecer somente na folha de rosto.

As variáveis apresentaram resultados positivos, assim como o índice de normalização do elemento, conforme se encontra representado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Índice de normalização da capa



Fonte: elaborado pela autora.

Concluiu-se que as capas das teses e dissertações se encontram em 60,9% dos casos, normalizadas. Este foi o elemento que se apresentou mais normalizado, pelo fato de tratar-se da proteção do documento onde se imprimem as informações indispensáveis à sua identificação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005), portanto, merecedora de especial atenção por parte dos autores. Em virtude de constar poucos dados, também torna-se fácil preencher as exigências da norma.

Foram encontradas peculiaridades, tais como o registro da instituição, do programa de pós-graduação e do curso, na maioria das capas. Esta ação está respaldada pela NBR 14724, quando estabelece que a inclusão destes dados fica a critério do autor. No caso em tela, o *Guia de Normalização da UFC* traz orientações neste sentido.

A capa representa o cartão de visita do trabalho. A visibilidade proporcionada pela biblioteca digital vem tornar cada vez mais importante a função desse elemento. A sua omissão e a falta, excesso ou disposição errada das informações nela contidas são prejudiciais à identificação de autoria, título e até mesmo da instituição à qual o pesquisador está vinculado.

4.1.2 Folha de rosto

A folha de rosto encontra-se disposta logo após a capa e apresenta os dados necessários para identificação do trabalho acadêmico. É considerada elemento obrigatório pela NBR 14724/2005 e devem constar os seguintes dados, nesta sequência:

- a) nome do autor;
- b) título e, se houver, subtítulo, separado do título por dois pontos (:);
- c) número de volumes (se houver mais de um);
- d) natureza do trabalho (tese ou dissertação) e objetivo (grau pretendido); nome da instituição a que é submetido; área de concentração;
- e) nome do orientador e, se houver, do coorientador;
- f) local (cidade da instituição onde deve ser apresentado);
- g) ano de depósito (da entrega); e
- h) ficha catalográfica (no anverso) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005).

O instrumento de avaliação, com base nas exigências da NBR 14724/2005, apresentou as seguintes variáveis para análise deste elemento: existência da folha de rosto, localização correta, existência das informações exigidas, correta disposição das informações, existência somente das informações exigidas e apresentação da ficha catalográfica. A análise está demonstrada detalhadamente na Tabela 5, exibindo-se no final o índice de normalização obtido pela contemplação de todas as variáveis.

Tabela 5 – Análise da normalização detalhada da folha de rosto

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	f	%
Existe folha de rosto	87	100,0	0	0,0	87	100,0
Localização correta da folha de rosto	84	96,6	3	3,4	87	100,0
Contém informações exigidas	82	94,3	5	5,7	87	100,0
Correta disposição das informações	57	65,5	30	34,5	87	100,0
Contém somente informações exigidas	65	74,7	22	25,3	87	100,0
Existe ficha catalográfica	39	44,8	48	55,2	87	100,0
Índice de normalização	25	28,7	62	71,3	87	100,0

Fonte: elaborado pela autora.

Todas as teses e dissertações (100,0%) apresentam folha de rosto, atendendo assim aos preceitos da NBR 14724/2005. No que se refere à localização correta, 96,6% estão de acordo com as normas, ou seja, após a capa e anterior à folha de aprovação.

Em relação à existência de todas as informações exigidas, constata-se que 94,3% dos documentos atendem as reivindicações da norma e somente o percentual de 5,7% não atende.

Quanto à disposição das informações, 34,5% não estão corretas. A disposição dessas informações, de forma adequada, leva ao rápido reconhecimento dos elementos de identificação da tese ou dissertação, ou seja, autoria, título, tipo de publicação, instituição, orientador, local e data da defesa e da publicação.

Observado se constam somente as informações exigidas, percebeu-se que o percentual de 25,3% apresenta alguma informação não prevista pela NBR 14724/2005, como a inclusão do mês na data de apresentação e a numeração da página.

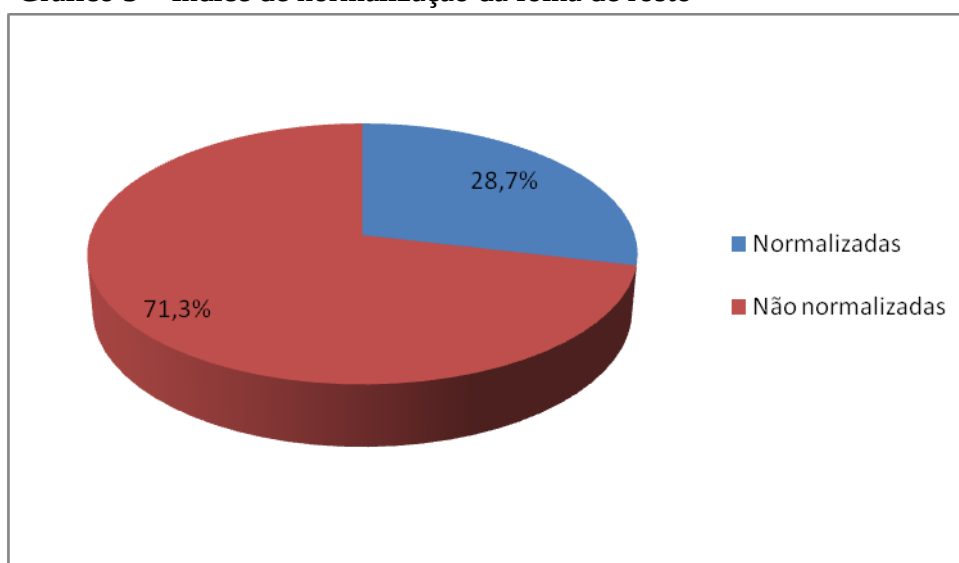
A última variável considerada foi a ficha catalográfica, que deve ser exposta no verso da folha de rosto e corresponde à catalogação descritiva das teses e dissertações. Sua elaboração exige o uso de códigos de classificação e catalogação, da tabela de autor, além do vocabulário controlado. Nesta variável, foi considerada apenas sua existência, independentemente de estar de acordo com as normas. A análise apontou que 55,2% das teses e dissertações não portam a ficha catalográfica.

A disponibilização de uma tese ou dissertação na BDTD/UFC ocorre após a defesa, momento em que a versão final do documento é considerada aprovada pela banca examinadora. Ao dirigir-se à biblioteca para fazer o depósito, os autores se recusam a fazer qualquer alteração, mesmo quando alertados da exigência de apresentação da ficha catalográfica. O bibliotecário não tem autoridade para exigir do autor a normalização do trabalho. De tal modo, pode-se considerar que o fato ocorre por falta de maiores exigências por parte dos programas de pós-graduação, no tocante à normalização.

O elevado percentual de trabalhos sem a ficha catalográfica torna evidente a falta de utilização dos serviços ofertados pelo Sistema de Bibliotecas da UFC, como a elaboração da ficha catalográfica e as demais orientações cujas informações são disponibilizadas *on-line*.

As informações que as normas exigem na folha de rosto são de fundamental importância para a identificação dos documentos. O baixo índice de normalização encontrado, como demonstra o Gráfico 3, ocasiona entre outros transtornos, perda de tempo para os pesquisadores e a omissão dos créditos devidos ao orientador e à instituição.

Gráfico 3 – Índice de normalização da folha de rosto



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 3 evidencia que 71,3% das folhas de rosto não se encontram conforme as exigências da norma. As falhas na normalização desse elemento acarretam prejuízos para a identificação do trabalho.

A literatura orienta que é, principalmente, da folha de rosto que devem ser retiradas as informações para referenciar, catalogar e indexar documentos. Ribeiro (2006) reitera a importância de sua normalização, garantindo que na catalogação de publicação, quando há divergência de informações nas diversas partes do documento, deve prevalecer a que consta na folha de rosto.

Quando a folha de rosto se encontra normalizada, parece que é um fato natural, entretanto, quando há necessidade de folhear todo o documento para encontrar uma informação, essas falhas são percebidas e consideradas graves.

4.1.3 Folha de aprovação

A folha de aprovação deve conter as informações necessárias para registro da aprovação da tese ou dissertação. A NBR 14724 a considera elemento obrigatório e estabelece sua normalização. Deve aparecer logo após a folha de rosto e apresentar os seguintes dados:

- a) nome do autor;
- b) título e, se houver, subtítulo;
- c) natureza do trabalho (tese ou dissertação) e objetivo (grau pretendido); nome da instituição a que é submetido; área de concentração;
- d) data de aprovação; e
- e) nome, titulação e assinatura dos componentes da banca examinadora, com as instituições a que pertencem (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005).

Assim sendo, a folha de aprovação foi analisada considerando-se as seguintes variáveis: existência da folha de aprovação, localização correta, existência das informações exigidas, correta disposição das informações e a existência somente das informações exigidas, as quais representam as diretrizes da norma. Vale salientar que o elemento é considerado normalizado quando todas as variáveis são respeitadas. A Tabela 6 apresenta a análise detalhada, exibindo no final o índice de normalização encontrado.

Tabela 6 – Análise da normalização detalhada da folha de aprovação

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	F	%
Existe folha de aprovação	80	92,0	7	8,0	87	100,0
Localização correta da folha de aprovação	80	92,0	7	8,0	87	100,0
Contém informações exigidas	57	65,5	30	34,5	87	100,0
Correta disposição das informações	27	31,0	60	69,0	87	100,0
Contém somente informações exigidas	57	65,5	30	34,5	87	100,0
Índice de normalização	23	26,6	64	73,6	87	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

De conformidade com a Tabela 6, constatou-se que 8,0% dos documentos não possuem folha de aprovação, por conseguinte, foram considerados não normalizados. Das teses e dissertações que apresentaram folha de aprovação, 92,0% estão localizadas corretamente, ou seja, após a folha de rosto.

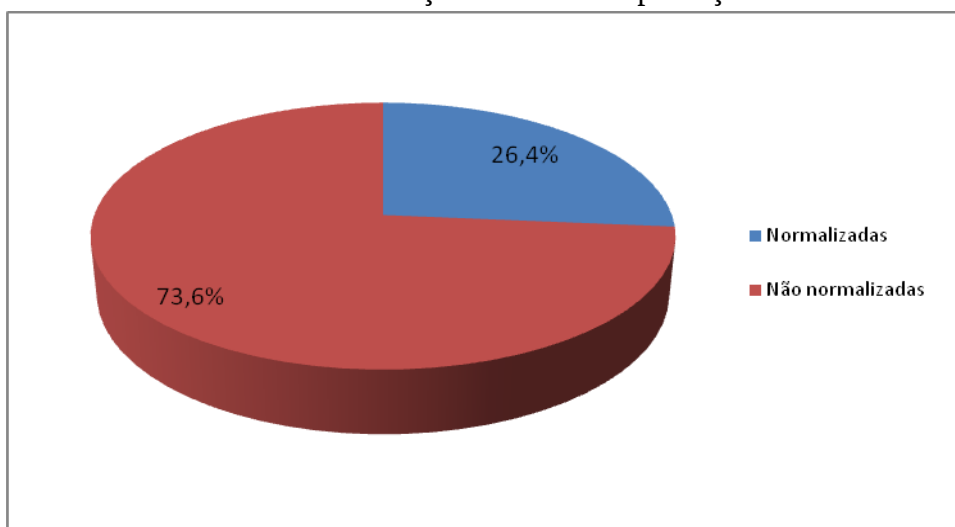
Verificou-se que 65,5% das folhas de aprovação contêm as informações exigidas, enquanto 34,5%, não as incluem. A supressão desse elemento traz, entre outros problemas, a incerteza da data de defesa, é uma informação necessária para a elaboração da referência deste

tipo de publicação, conforme exige a NBR 6023 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002b), que trata da normalização de referências. Destaca-se, também, o fato de que as informações contidas na folha de aprovação resultam necessárias para o preenchimento do formulário eletrônico do TEDE modular, versão adotada pela Universidade Federal do Ceará.

Em relação à correta disposição das informações na folha de aprovação, constatou-se que 69,0% não se encontram corretamente registradas. No que se refere à variável “contém somente informações exigidas”, 65,5% expõem-se exatamente da forma como estabelece a NBR 14724. Em 34,5% dos casos, aparecem ainda outras informações além das especificadas, causando confusão e poluição visual, visto que esse elemento acumula muitas informações.

A ausência da folha de aprovação, e o não-atendimento a qualquer uma das variáveis propostas acarretam prejuízos para o autor e, em especial, para os membros da banca que apresentam sua contribuição e não têm os créditos destacados. Constatou-se baixo índice de normalização da folha de aprovação, conforme representa o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Índice de normalização da folha de aprovação



Fonte: elaborado pela autora.

O percentual de 73,6% das folhas de aprovação apresenta algum equívoco e em apenas 26,4% dos trabalhos se apresentam normalizadas. Como destaque informa-se que em 8,0% (TABELA 6) dos trabalhos analisados este elemento nem existe.

A folha de aprovação é o documento que confirma a defesa e a aprovação do trabalho acadêmico. Toda tese ou dissertação, depois de aprovada e feitas as correções, porventura exigidas pela banca, deve trazer a folha de aprovação assinada pelos membros da banca, inserida logo após a folha de rosto.

4.1.4 Resumo em língua vernácula

A NBR 14724/2005 considera o resumo em língua vernácula elemento obrigatório nos trabalhos acadêmicos, no entanto, sua normalização é estabelecida pela NBR 6028 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003c). De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005, p. 2), o “Resumo é a apresentação concisa das partes relevantes do documento, fornecendo uma visão rápida e clara do conteúdo e das conclusões.” São diretrizes das normas:

- a) ser digitado em folha separada;
- b) apresentar a palavra RESUMO centralizada no início da página;
- c) informar finalidades, metodologia, resultados e conclusões;
- d) fazer uso de um só parágrafo;
- e) empregar de 150 a 500 palavras, no caso das teses e dissertações; e
- f) incluir as palavras-chave logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “Palavras-chave:” separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.

Os resumos foram analisados segundo as variáveis: existência do resumo, localização correta, informações exigidas, uso de 150 a 500 palavras, existência das palavras-chave, espaçamento correto e existência somente de informações exigidas, as quais traduzem as exigências da NBR 6028. A Tabela 7 apresenta o resultado detalhado e o índice de normalização encontrado.

Tabela 7 – Análise da normalização detalhada do resumo em língua vernácula

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	f	%	f
Existe resumo	87	100,0	0	0,0	87	100,0
Localização correta do resumo	71	81,6	16	18,4	87	100,0
Contém informações exigidas	73	83,9	14	16,1	87	100,0
Contém de 150 a 500 palavras	76	87,4	11	12,6	87	100,0
Contém palavras-chave	67	77,0	20	23,0	87	100,0
Espaçamento correto	36	41,4	51	58,6	87	100,0
Contém somente informações exigidas	70	80,5	17	19,5	87	100,0
Índice de normalização	20	23,0	67	77,0	87	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com a análise, todas as teses e dissertações apresentam resumo. O percentual de 81, 6% está com localização correta, ou seja, antecedendo as listas, ou, quando não há listas, o sumário. Em 18,4% dos casos, os resumos estão dispostos de forma diferente da exigida, na maioria das vezes, encontram-se como o último elemento pré-textual.

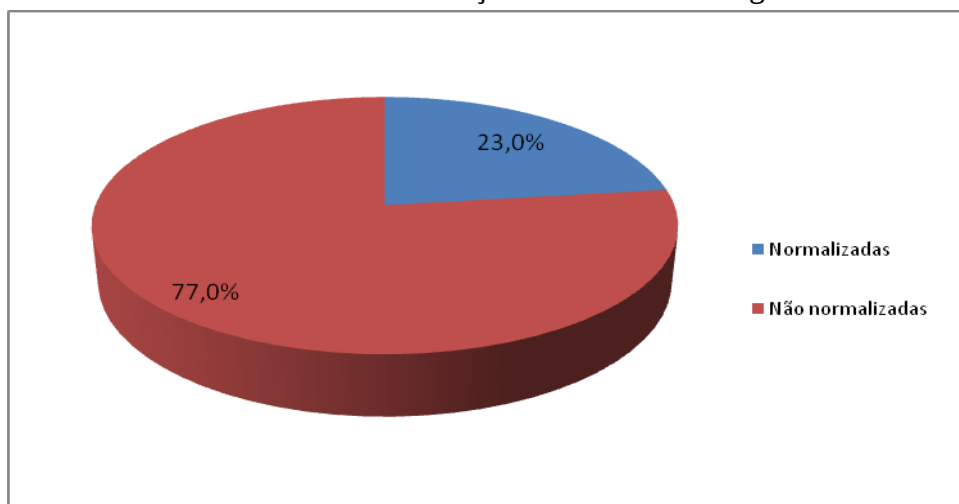
Em 83,9% dos resumos, foram encontradas todas as informações exigidas pela NBR 6028 e em 16,1% percebeu-se sua inexistência. No que se refere ao atendimento das orientações relativas à apresentação de 150 a 500 palavras, verificou-se que o percentual de 87,4 é fiel às determinações e somente 12,6 não atendem às normas.

Foram encontradas palavras-chave em 77,0% dos resumos e 23,0% não as trouxeram, o que incide em falha, pois, conforme a NBR 6028, as palavras-chave são os vocábulos representativos do documento e podem ser utilizadas para sua recuperação. Por se tratar de uma informação importante, a NBR 14724 especifica que palavras-chave devem ser extraídas de um vocabulário controlado específico da área de conhecimento do trabalho. Dessa forma, existem dificuldades no cumprimento das exigências desta variável, no entanto, o Sistema de Bibliotecas disponibiliza este serviço por meio da elaboração da ficha catalográfica, na qual constam as palavras-chave.

Em relação à variável que verifica o uso do espaçamento adequado (1,5), constatou-se que 41,4% dos resumos analisados estão corretos, enquanto 58,6% empregaram espaçamento em desobediência à referida norma. Percebe-se o uso intencional de um espaço menor para que o conteúdo do resumo, juntamente com as palavras-chave, ocupe somente uma folha, pois, se este trazer mais 150 palavras e estiver em espaço 1,5, dificilmente ocupará apenas uma folha.

Constatou-se, ainda, que o percentual de 80,5% dos resumos inclui informações não previstas na NBR 6028, como, por exemplo, o uso da referência da própria tese ou dissertação acima do resumo. Este é o procedimento correto, quando o resumo é publicado em alguma outra obra. Assim sendo, o resumo em língua vernácula ofereceu um índice baixo de normalização, como demonstra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Resultado da normalização do resumo em língua vernácula



Fonte: elaborado pela autora.

Concluiu-se da análise que somente 23,0% encontram-se normalizados e 77,0% mostram alguma variável sem atendimento à norma. Convém ressaltar que o resumo e as palavras-chave são relevantes para o acesso à publicação em suporte eletrônico, pois constituem itens da recuperação da informação.

No processo de publicação de uma tese ou dissertação na BDTD, alguns campos são obrigatoriamente preenchidos pelos autores, dentre eles o resumo e as palavras-chave, contudo, de forma inexplicável, de alguns trabalhos analisados, não constam essas palavras-chave (TABELA 7).

O resumo é importante, sobretudo para auxiliar os pesquisadores na seleção de material bibliográfico para o desenvolvimento de seus estudos. Ele proporciona uma visão geral do documento, que pode evitar a perda de tempo com leituras que não sejam pertinentes a sua pesquisa.

Outro aspecto que requer atenção é o fato de o resumo dos trabalhos acadêmicos poder ser publicado independentemente do texto, em bibliografias analíticas ou em periódicos de resumos.

4.1.5 Resumo em língua estrangeira

O resumo em língua estrangeira é a versão do resumo em língua vernácula, incluindo as palavras-chave, para idioma de propagação internacional – em inglês *Abstract*, em espanhol *Resumen*, em francês *Résumé*, em italiano *Riassunto*, em alemão *Zusammenfassung* (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2007).

A normalização do resumo em língua estrangeira é estabelecida pela NBR 14724/2005, que o considera elemento obrigatório e especifica que deve apresentar as mesmas características do resumo em língua vernácula (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005). Dessa forma, deve:

- a) ser digitado em folha separada;
- b) apresentar a palavra RESUMO, no idioma escolhido, centralizada no início da página;
- c) informar finalidades, metodologia, resultados e conclusões;
- d) fazer uso de um só parágrafo;
- e) empregar de 150 a 500 palavras, no caso das teses e dissertações;
- f) ser digitado em espaço 1,5; e

- a) incluir as palavras-chave logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “Palavras-chave:” no idioma escolhido, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.

O resumo em língua estrangeira foi analisado segundo as mesmas variáveis do resumo em língua vernácula, ou seja: existência do resumo, localização correta, existência das informações exigidas, emprego de 150 a 500 palavras, existência das palavras-chave, espaçamento e existência apenas de informações exigidas. O índice de normalização do elemento foi obtido pela contemplação de todas as variáveis. A Tabela 8 apresenta a análise detalhada do resumo em língua estrangeira, exibindo no final o índice de normalização encontrado.

Tabela 8 – Análise detalhada da normalização do resumo em língua estrangeira

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	f	%
Existe resumo em língua estrangeira	87	100,0	0	0,0	87	100,0
Localização correta do resumo	71	81,6	16	18,4	87	100,0
Contém informações exigidas	73	83,9	14	16,1	87	100,0
Contém de 150 a 500 palavras	76	87,4	11	12,6	87	100,0
Contém palavras-chave	66	75,9	21	24,1	87	100,0
Espaçamento correto	36	41,4	51	58,6	87	100,0
Contém somente informações exigidas	70	80,5	17	19,5	87	100,0
Índice de normalização	19	21,8	68	78,2	87	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

A ABNT estabelece a necessidade da apresentação do resumo em um idioma de propagação internacional. Em todas as teses e dissertações, constatou-se a presença deste elemento, prevalecendo, o uso do *Abstract*.

Restou certificado o fato de que, no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem as teses e dissertações apresentam o resumo em inglês (*Abstract*) e em espanhol (*Resumen*), seguindo o modelo de alguns periódicos. Dessa forma, a estratégia adotada, conquanto agregue valor ao documento não constitui orientação da NBR 14724.

Igualmente ao resumo em língua vernácula, as variáveis localização correta, existência das informações exigidas e uso de 150 a 500 palavras encontram-se normalizadas em 81,6, 83,9 e 87,4%, respectivamente.

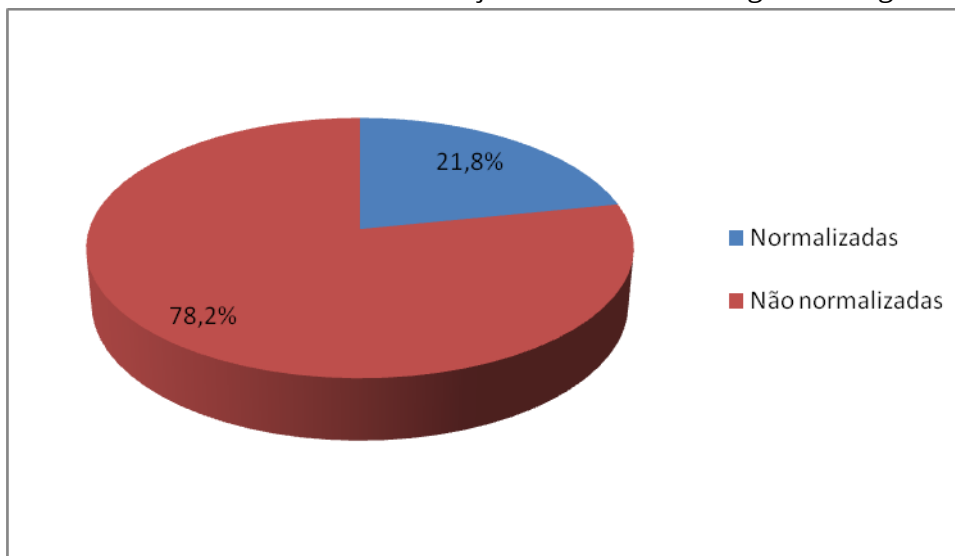
Todas as variáveis propostas deveriam apresentar resultados idênticos aos percentuais obtidos na análise do resumo em língua vernácula, pois se trata de sua versão. Os resultados, entretanto, revelaram um percentual diferente. Alguns resumos em língua

estrangeira deixaram de incluir as palavras-chaves, uma vez que 75,9% trazem essa informação (TABELA 8), enquanto no resumo em língua vernácula o percentual foi de 77,0% (TABELA 6).

O resumo em língua estrangeira é indispensável à BDTD, que disponibiliza internacionalmente, via internet, as teses e dissertações do País. Por este mesmo motivo, as palavras-chave em idioma de propagação internacional também se tornam imprescindíveis para a recuperação desses documentos.

O espaçamento está correto em apenas 41,4% dos resumos em língua estrangeira, pois se encontram em espaço 1,5. No referente à existência apenas das informações exigidas, 19,5% não atendem às orientações da norma. Ambas as variáveis apresentaram resultado exatamente igual aos do resumo em língua vernácula. O índice de normalização do resumo em língua estrangeira está demonstrado no Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Resultado da normalização do resumo em língua estrangeira



Fonte: elaborado pela autora.

Em conclusão, é válido assegurar que o resumo em língua estrangeira se encontra de acordo com a NBR 6028 em apenas 21,8% dos casos. A falta de normalização do resumo em língua estrangeira pressupõe os mesmos prejuízos da sua inexistência no resumo em língua vernácula, porém dificultando a recuperação do documento em dimensão internacional.

O resumo em língua estrangeira e as palavras-chave também são exigidos no processo de publicação na BDTD/UFC. A ausência dessas informações em um outro idioma pode restringir a acessibilidade ao documento, tornando-o irrelevante e invisível para grande parte dos pesquisadores e a sociedade globalizada e interconectada.

4.1.6 Sumário

O sumário é considerado elemento obrigatório pela NBR 14724/2005, a qual o define como a “enumeração das divisões, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia que se encontram no texto, acompanhadas dos respectivos números das páginas”. É a NBR 6027 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003b), contudo, norma de apresentação de sumário, que estabelece os requisitos necessários para a sua apresentação, que deve obedecer às seguintes orientações:

- a) estar localizado como último elemento pré-textual;
- b) apresentar a palavra SUMÁRIO centralizada e com a mesma tipologia das seções primárias;
- c) a subordinação dos itens (seções primárias, secundária...) deve ser destacada pela mesma tipologia utilizada no texto;
- d) não devem constar os elementos pré-textuais;
- e) os indicativos de seção (numeração progressiva) alinhados à esquerda;
- f) os títulos sucedem os indicativos das seções (quando houver) e devem ser alinhados pela margem do título do indicativo mais extenso.

Com base nestas orientações, para avaliar a normalização dos sumários, foram elaboradas as seguintes variáveis: existência do sumário, localização correta do sumário, existência das informações exigidas, disposição correta destas e existência somente daquelas que são exigidas. O resultado da análise está detalhadamente demonstrado na Tabela 9, exibindo no final o índice de normalização encontrado pela contemplação de todas as variáveis, como já expresseo.

Tabela 9 – Análise detalhada da normalização do sumário

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	f	%
Existe sumário	81	93,1	6	6,9	87	100,0
Localização correta do sumário	60	69,0	27	31,0	87	100,0
Contém informações exigidas	77	88,5	10	11,5	87	100,0
Disposição correta das informações	9	10,3	78	89,7	87	100,0
Contém somente informações exigidas	48	55,2	39	44,8	87	100,0
Índice de normalização	5	5,7	82	94,3	87	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

Constatou-se que o sumário não está presente em 6,9% das teses e dissertações analisadas, embora seja considerado um elemento obrigatório pela NBR 14724. Em dois dos documentos analisados, percebeu-se a inclusão da palavra índice em substituição a sumário,

configurando-se indícios do uso de trabalhos de terceiros como instrumentos orientadores de normalização. Apesar deste equívoco, como apresentavam as informações exigidas, a variável “existe sumário” foi considerada contemplada.

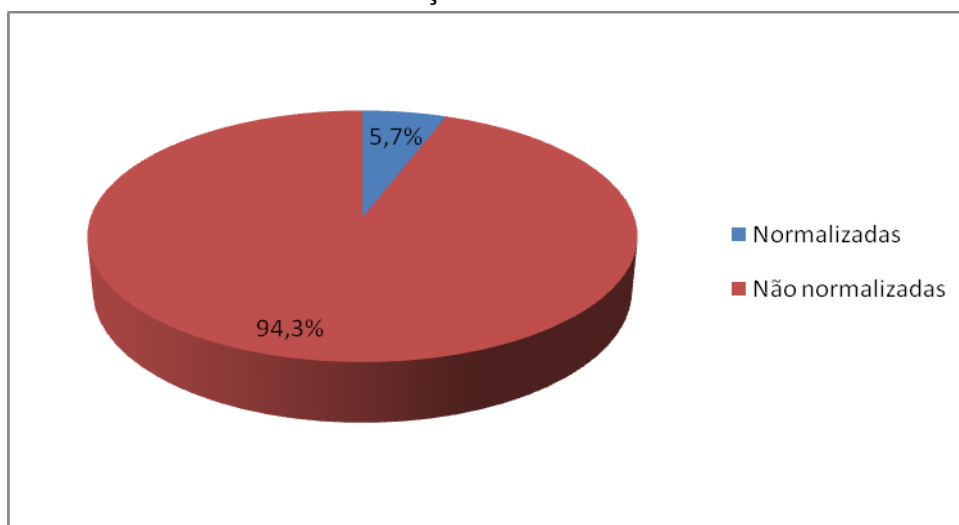
Em 69,0% das teses e dissertações, a localização do sumário apresenta-se corretamente, ou seja, antecedendo a primeira folha dos elementos textuais e em 31,0% dos casos estão discordantes com relação ao que estabelece a NBR 6027/2003.

O percentual de 88,5% dos sumários das teses e dissertações contém todas as informações exigidas, atendendo, pois, às orientações da norma de apresentação de sumário, entretanto, a análise da variável “correta disposição das informações” revelou que somente em 10,3% destas as informações estão dispostas de forma correta, o que tornou esta variável responsável pelo baixo índice de normalização do sumário.

No que se refere à variável que avalia a existência apenas de informações necessárias, verificou-se que 55,2% dos casos atendem as orientações da NBR 6027/2003, ao passo que o percentual de 44,8% faz constar informações não previstas pela referida norma, como, por exemplo, a inclusão das listas e do resumo.

A ausência de sumário e as falhas no emprego das normas são prejudiciais à consulta de um documento, pois impossibilitam uma visão de conjunto e dificultam a localização das seções e de outras partes. No Gráfico 7, pode-se observar o baixo índice de normalização obtido pela análise deste elemento.

Gráfico 7 – Índice de normalização do sumário



Fonte: elaborado pela autora.

A análise das teses e dissertações demonstrou que somente 5,7% dos sumários se encontram normalizados, enquanto 94,3% trazem alguma variável defeituosa em relação ao

exigido pela norma da ABNT, revelando-se, então, um dos elementos menos normalizados da análise.

O sumário expõe a organização e a grafia do conteúdo do documento, facilitando a visualização da estrutura e a sua consulta. Uma correta apresentação das divisões dos capítulos e das diversas seções do trabalho acadêmico tornam a consulta mais rápida e eficiente para o pesquisador, fazendo com que ele aproveite o tempo, ocupando-se da leitura de trabalhos realmente pertinentes aos seus projetos.

4.1.7 Referências

A NBR 6023/2002 é a norma específica de elaboração de referências, que define este elemento como a listagem das publicações citadas no trabalho, podendo ser organizada alfabeticamente ou pelo sistema numérico (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002b). Todos os documentos citados no trabalho acadêmico devem obrigatoriamente constar em uma lista denominada REFERÊNCIAS, que deve iniciar em folha distinta, após os elementos textuais.

De acordo com a NBR 6023/2002, a apresentação de cada referência que compreende a lista deve ser composta de elementos essenciais e complementares, quais sejam: autoria, título, edição, local de publicação, editora, data, descrição física, séries e coleções e notas especiais. Dependendo do tipo de documento, esses elementos podem ser essenciais ou complementares.

Em virtude da grande diversidade de documentos e, portanto, de orientações da NBR 6023/2002, foram elaboradas as seguintes variáveis para analisar as referências das teses e dissertações: existência das referências; localização correta da lista de referências; conformidade com a norma, que representa a forma de entrada e presença dos elementos essenciais, na ordem, grafia e pontuação corretas; e alinhamento e espaçamento certos. A Tabela 10 apresenta o resultado detalhado, exibindo ao final o índice de normalização encontrado.

Tabela 10 – Análise detalhada da normalização das referências

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	f	%
Existem referências	87	100,0	0	0,0	87	100,0
Localização correta da lista de referências	83	95,4	4	4,6	87	100,0
Referências conforme a norma	14	16,1	73	83,9	87	100,0
Alinhamento correto	14	16,1	73	83,9	87	100,0
Espacejamento correto	50	57,5	37	42,5	87	100,0
Índice de normalização	5	5,7	82	94,3	87	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

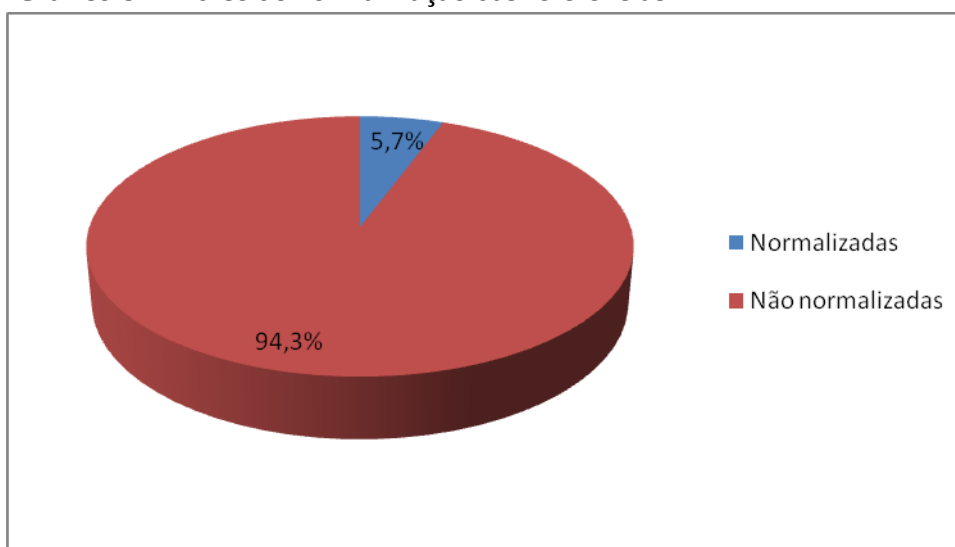
Conforme a Tabela 10, todas as teses e dissertações exibem lista de referências, as quais estão localizadas corretamente em 95,4% dos casos. Na variável que verificou a conformidade das referências com a NBR 6023, constatou-se que 83,9% trazem falhas. Somente 16,1% estão conforme as normas.

Os equívocos mais frequentes são a ausência de elementos essenciais e sua ordem e grafia incorretas. A omissão de elementos essenciais pode impossibilitar a localização de uma obra citada por outros pesquisadores que dela necessitem. A imprecisão na ordem dos elementos da referência leva estudiosos e pesquisadores que desconheçam o idioma à incerteza do que seja o título ou a editora, por exemplo. Os erros de grafia também podem incidir nestas mesmas dificuldades.

Em relação à variável alinhamento, 83,9% das referências estão incorretas, ou seja, justificadas. Apenas 16,1% seguem a orientação estabelecida pela NBR 6023, encontrando-se alinhadas à esquerda. Já o espaçamento, em 57,5% das referências mostrou-se correto – espaço simples, como requer a norma –, enquanto 42,5% se mostram com espaçamento 1,5 ou 2,0, os quais são adversos à norma.

As lacunas na normalização das referências dizem muito da qualidade dos trabalhos acadêmicos, pois privam o mérito e a credibilidade do autor do texto consultado e ainda impossibilitam a localização e utilização por outros pesquisadores. Já a omissão da referência de uma obra citada incorre em plágio, segundo o Código de Direito do Autor (BRASIL, 1998). O índice de normalização mostrou-se baixo, como demonstra o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Índice de normalização das referências



Fonte: elaborado pela autora.

Pode-se, ainda, garantir que somente 5,7% das referências das teses e dissertações analisadas se conformam à NBR 6023. Esse resultado sinaliza para a existência de dificuldade dos autores no uso das normas da ABNT e desconhecimento dos serviços de orientação disponibilizados pelo Sistema de Bibliotecas. Sugere, também, falta de atenção por parte dos autores, responsáveis pela correta apresentação das referências dos trabalhos citados, conduta que nenhum deles gostaria que fosse adotada quando seus trabalhos fossem citados.

Segundo França e Vasconcellos (2007), entre outras relevâncias da correta apresentação das referências está a que permite aos demais pesquisadores conhecer outros trabalhos publicados na área, auxiliando no processo da comunicação científica.

As referências revelaram-se um dos elementos menos normalizados das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC. Sabe-se que a tarefa de elaborar referência não é das mais prazerosas e que, muitas vezes, as publicações que tratam deste tema são insuficientes para dissipar as dúvidas que surgem em virtude da diversidade de documentos, porém, o uso do “Guia de normalização da UFC” e do “Mecanismo *on-line* para elaboração de referências bibliográficas” (More) é bastante esclarecedor e, juntamente com serviços de correção de referências das bibliotecas, são capazes elevar o índice da normalização deste elemento.

4.1.8 Apresentação gráfica

A apresentação gráfica do documento é de responsabilidade do autor. Para proceder à análise deste elemento, foram considerados somente formato, margem e espaçamento. Para a apresentação gráfica a NBR 14.724 Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005) define as seguintes diretrizes:

- a) formato – fonte 12 para o texto e menor para citação de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legenda das ilustrações e das tabelas. Deve-se utilizar a tonalidade preta para o texto. Outras exigências como papel A4 branco e digitação no anverso da folha não foram consideradas em virtude do formato eletrônico;
- b) margens – 3cm esquerda e superior e 2cm direita e inferior;
- c) espaçamento – 1,5 para o texto e espaço simples para natureza do trabalho, objetivo, instituição, área de concentração (nas folhas pré-textuais), citações longas, legendas de ilustrações e tabelas, notas de rodapé e referências.

A análise da normalização deste elemento foi realizada segundo as variáveis: formato correto, espaçamento dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais e suas margens, as quais representam as exigências da NBR 14724 referentes à apresentação gráfica das teses e dissertações. A variável “formato correto” verificou a utilização do tamanho da fonte para o texto, citação de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legenda das ilustrações e das tabelas.

A Tabela 11 demonstra o resultado, exibindo ao final o índice de normalização, lembrando-se que é obtido por meio do atendimento a todas as variáveis.

Tabela 11 – Análise detalhada da normalização da apresentação gráfica

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	F	%
Formato correto (fontes)	28	32,2	59	67,8	87	100,0
Espacramento elementos pré-textuais	24	27,6	63	72,4	87	100,0
Espacramento elementos textuais	74	85,1	13	14,9	87	100,0
Espacramento elementos pós-textuais	47	54,0	40	46,0	87	100,0
Margens corretas	59	67,8	28	32,2	87	100,0
Índice de normalização	2	2,3	85	97,7	87	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

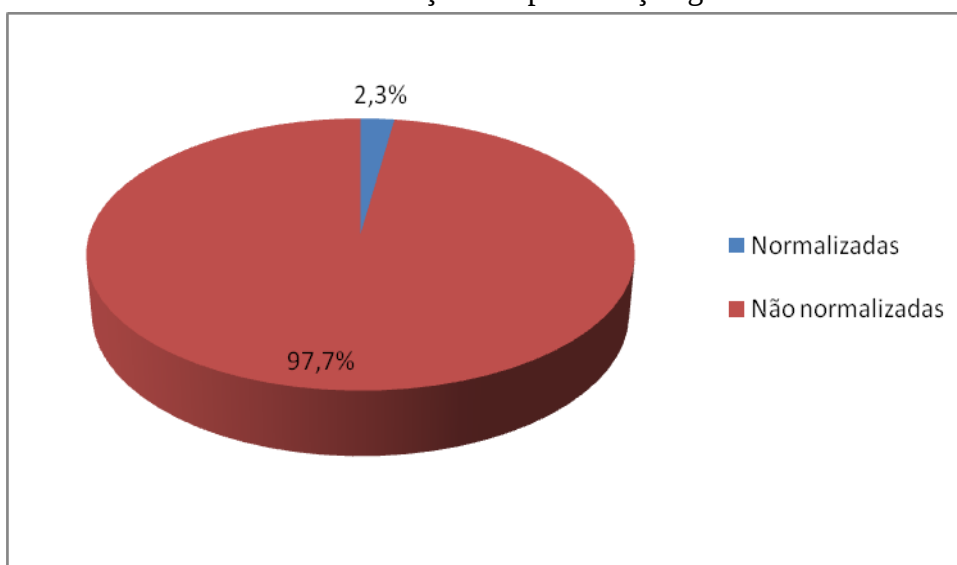
As fontes encontram-se corretas em 32,2% das teses e dissertações e em 67,8%, incorretas. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005) estabelece que a fonte deve ter tamanho 12 no texto. Essa exigência proporciona um padrão de qualidade na apresentação gráfica dos trabalhos acadêmicos.

Verifica-se, em relação à análise do espaçamento, que 27,6% dos elementos pré-textuais estão de acordo com a norma, enquanto os textuais 85,1% assim se apresentam. Já os elementos pós-textuais, 54,0% contemplam as exigências da NBR 14724. O resultado revela um cuidado especial com a parte textual dos trabalhos.

As margens em 67,8% das teses e dissertações analisadas encontram-se corretas, ou seja, com 3 cm na margem superior e direita e 2 cm na esquerda e inferior, conforme estabelece a NBR 14.724.

A análise revelou um índice baixo de normalização da apresentação gráfica, conforme demonstra o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Índice de normalização da apresentação gráfica



Fonte: elaborado pela autora.

Pode-se afirmar que somente 2,3% da apresentação gráfica estão conforme às normas da ABNT, constituindo-se o elemento menos normalizado entre os propostos para análise das teses e dissertações da BDTD/UFC.

A apresentação gráfica do trabalho acadêmico obediente às normas proporciona aparência padronizada que sobressai de modo mais contundente nas publicações em suporte eletrônico. O uso indevido do tamanho da fonte, de margens e espaçamento inadequados sugere um artifício intencional adotado para aumentar o volume do documento, que vem a ser uma característica das teses e dissertações que influenciam o meio acadêmico, esquecendo-se de que a qualidade do conteúdo independe do volume de páginas.

4.1.9 Paginação

A paginação dos trabalhos acadêmicos é instituída pela NBR 14724/2005, que estabelece:

- a) todas as folhas, desde a folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, mas grafadas numericamente apenas a partir da primeira folha dos elementos textuais;
- b) devem ser grafadas em algarismos arábicos com fonte menor do que a do texto;
- c) devem estar localizadas no canto superior direito da folha;

d) os elementos pós-textuais (referências, apêndices, anexos...) devem ter suas folhas numeradas de maneira contínua, dando seguimento à paginação do texto principal (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005).

Para avaliar o elemento, foram atribuídas as seguintes variáveis: existência da paginação, localização correta e paginação certa, as quais representam as diretrizes da norma. A variável paginação correta compreende as exigências: não-aparecimento da paginação nas folhas pré-textuais, aparecimento nas textuais e a sua continuação nas pós-textuais. O resultado da análise e o índice de normalização estão demonstrados na Tabela 12.

Tabela 12 – Análise detalhada da normalização da paginação

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	f	%
Existe paginação	77	88,5	10	11,5	87	100,0
Localização correta	63	72,4	24	27,6	87	100,0
Paginação correta	35	40,2	52	59,8	87	100,0
Índice de normalização	34	39,1	53	60,9	87	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

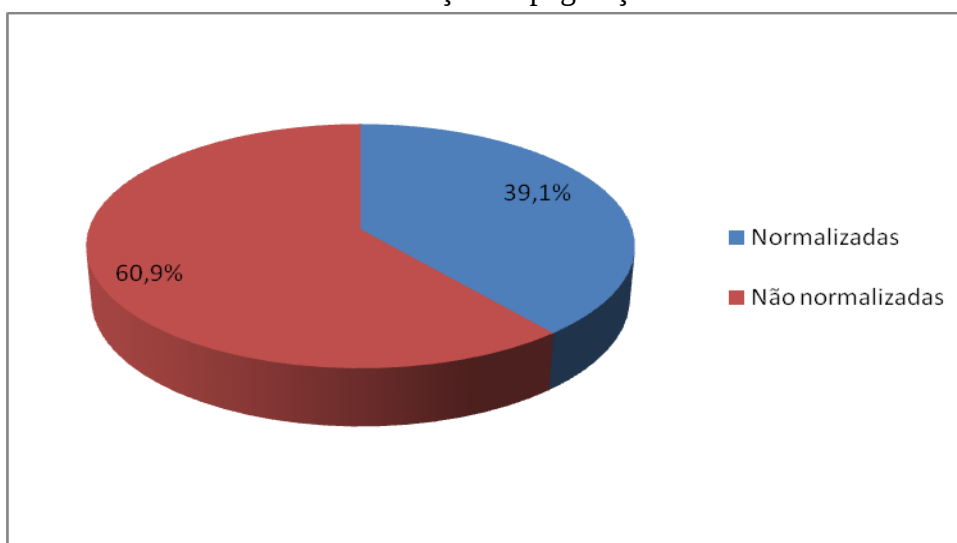
A análise demonstrou que em 11,5% das teses e dissertações não existia paginação, fato que dificulta sua consulta. Neste caso, o sumário e o índice perdem a função a que se destinam – remeter o leitor para as seções do documento. Parte desse percentual corresponde aos trabalhos que não apresentaram sumário (6,9), como revela a Tabela 9.

Das teses e dissertações que apresentavam a paginação, 27,6% não se encontram obedientes à norma, ou seja, com a indicação da paginação no canto superior direito da página. Essa exigência decorre de questões práticas com intuito de facilitar no momento de folhear um documento.

A variável paginação correta mostrou que 59,8% não estão em conformidade com as normas, pois alguns trabalhos grafam o número da página nas folhas pré-textuais e outros as omitem das pós-textuais, como referências, apêndices e anexos.

O índice de normalização obtido pela observação às variáveis propostas encontra-se representado pelo Gráfico 10.

Gráfico 10 – Índice de normalização da paginação



Fonte: elaborado pela autora.

Verificou-se que 60,9% das teses e dissertações analisadas encontram-se fora das normas da ABNT no tocante à paginação (GRÁFICO 10), fato que dificulta a localização de uma seção ou parte do documento por meio de sumários ou índices.

Os trabalhos que não apresentam a paginação impossibilitam sua citação de forma direta, visto que a informação relativa à localização da parte citada é exigida, conforme a NBR 10520.

O resultado revela o desconhecimento da norma ou falta de atenção, considerando-se que as instruções relativas à página se mostram simples e não demandam nenhuma interpretação que dificulte o atendimento às exigências.

4.1.10 Numeração progressiva

A NBR 6024 é a norma que estabelece o sistema de numeração progressiva das seções de documentos escritos, de modo a expor numa sequência lógica o inter-relacionamento da matéria e a permitir a sua localização (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003a). Seu uso correto pressupõe:

- a) emprego de algarismos arábicos;
- b) alinhamento na margem esquerda;
- c) limite até a seção quinária;
- d) não-utilização de qualquer sinal separando o indicativo numérico do título; e
- e) destaque gradativo das seções (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003a).

As exigências das normas para a numeração progressiva das seções foram representadas pelas seguintes variáveis: existência da numeração nas seções; sua localização; e indicativo correto das seções, que reúne emprego de algarismos arábicos, a não-utilização de sinais separando o indicativo do título e o destaque gradativo das seções. O elemento é considerado normalizado quando todas estas variáveis são atendidas. A análise detalhada encontra-se explanada na Tabela 13, que exhibe no final o índice de normalização encontrado.

Tabela 13 – Análise detalhada da normalização da numeração progressiva

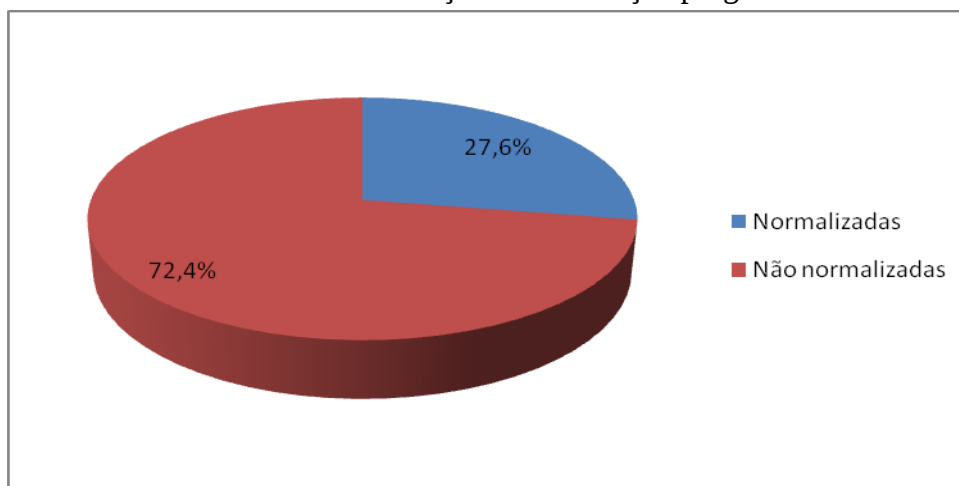
Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	F	%
Existe numeração progressiva	87	100,0	0	0,0	87	100,0
Localização correta	67	77,0	20	23,0	87	100,0
Indicativo correto das seções	27	31,0	60	69,0	87	100,0
Índice de normalização	24	27,6	63	72,4	87	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

A análise mostrou que em todas as teses e dissertações existe a numeração progressiva nas seções em que é exigida. Em 77,0%, a numeração progressiva está localizada conforme orienta a NBR 6024 – alinhada à margem esquerda –, enquanto 23,0%, apresentam-na de forma adversa à norma, ou seja, centralizada e, em outros, obedecendo o recuo do parágrafo.

A variável que analisou a forma correta de apresentar os indicativos das seções apontou que 31,0% dos trabalhos analisados não obedecem à orientação de numerar os elementos textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e de não numerar os elementos pré-textuais e os pós-textuais (referências, apêndices, anexos). O fato de não se apresentarem da forma correta, levou a um índice baixo de normalização, como apresenta o Gráfico 11, a seguir.

Gráfico 11 – Índice de normalização da numeração progressiva



Fonte: elaborado pela autora.

Como observado no Gráfico 11, somente 27,6% atendem às exigências das normas. A deficiência de normalização da numeração progressiva de um trabalho acadêmico provoca implicações no encadeamento e inter-relacionamento das ideias, além de tornar difícil a localização das seções ou assuntos no documento.

4.1.11 Citações

Citação é a “Menção de uma informação extraída de outra fonte.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002a, p. 1). Para França e Vasconcellos (2007), as citações são trechos transcritos ou informações retiradas das publicações consultadas para a realização do trabalho.

A NBR 10520 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002c) é a norma que especifica as características exigíveis para apresentação de citações em documentos. São várias as regras que estabelecem a normalização das citações, entretanto todas encontram suporte nos seguintes pontos:

- a) forma de apresentação, conforme o tipo de citação – direta, indireta ou citação de citação;
- b) chamada – conforme o sistema numérico ou autor-data –, deve ser uniforme e obedecer às regras.

As regras estabelecidas pela norma foram representadas pelas seguintes variáveis: existência de citações; citações corretas, variável que examina a forma de apresentação das citações; e chamadas das citações corretas, verificando as regras relacionadas à entrada, ou seja, como citar um documento com um autor, com vários autores ou, ainda, sem autoria comprovada. Na Tabela 14, pode-se visualizar a análise detalhada da normalização e o índice de normalização encontrado.

Tabela 14 – Análise detalhada da normalização das citações

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	f	%
Existem citações	87	100,0	0	0,0	87	100,0
Citações corretas	30	34,5	57	65,5	87	100,0
Chamadas corretas	24	27,6	63	72,4	87	100,0
Índice de normalização	21	75,9	66	24,1	87	100,0

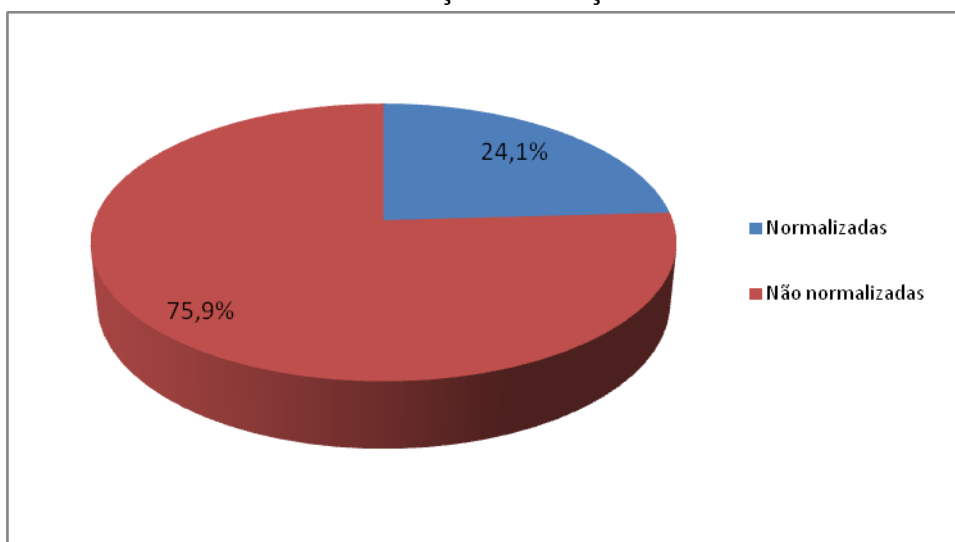
Fonte: elaborada pela autora.

Em todas as teses e dissertações analisadas, foram encontradas citações. Na variável apresentação das citações conforme a norma, 65,5% não se encontram como as normas exigem. Dentre as falhas, pode-se verificar o emprego de aspas, negrito ou itálico nas citações que apresentam mais de quatro linhas, o uso de itálico ou negrito nas citações curtas no lugar de aspas e a falta da paginação em citações diretas, entre outras.

A variável que examinou a chamada das citações apurou que 72,4% não atenderam às exigências da NBR 10520, a saber, 27,6% atenderam. Aqui foram analisados os trabalhos que apresentavam citações com sistema numérico e autor-data, porém, em alguns casos, pode-se observar a tentativa de utilização dos dois sistemas simultaneamente, o que incorre em erro.

O resultado apresentado compromete a credibilidade das teses e dissertações analisadas. A citação é um elemento de apoio de fundamental importância para o trabalho acadêmico, sua normalização, segundo o manual da Universidade Federal do Paraná (2007), visa a garantir ao documento a fidelidade da literatura científica, a preservação dos direitos autorais e a divulgação e circulação do conhecimento científico. O resultado da análise encontra-se representado no Gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 – Índice de normalização das citações



Fonte: elaborado pela autora.

As citações dos trabalhos analisados obedecem às normas da ABNT em 24,1% dos casos, enquanto 75,9% conduzem inconsistências ou seguem outras orientações normativas.

Entende-se que este índice de normalização das citações é prejudicial à transferência da informação, pois, de acordo com Bentes Pinto, Mota e Queiroz (2003), quando um pesquisador faz uma citação, sem perceber passa a fazer parte de uma rede de difusão da informação juntamente com o autor citado e o leitor. Acrescentam, também, que as citações são indicativo de credibilidade dos autores em face de outros pesquisadores e contribuem para o fortalecimento e criação de grupos de pesquisa.

Confirmando o pensamento dos autores, França e Vasconcellos (2007) afirmam que citar corretamente as fontes bibliográficas, ressaltando os pensamentos originais e/ou suas interpretações, exige maior rigor na aplicação das normas quando se trata de publicações técnico-científicas, pois a correta forma de citar os autores que embasaram sua pesquisa interfere diretamente na efetivação da comunicação científica.

As citações são recursos necessários para corroborar opiniões e enriquecer os textos, possibilitando análises e sínteses. Citar serve, ainda, para avaliar a produção científica de um autor e o processo de desenvolvimento científico e tecnológico de uma área. A citação, segundo Mello (1996), é um importante indicador de desempenho científico. Dessa forma, ao citar parte de um texto, bem como ideias e sugestões de um autor, torna-se obrigatório indicar completa e corretamente a fonte consultada. O uso das normas é importante para esse fim.

4.1.12 Ilustrações

As ilustrações são desenhos, gravuras e imagens que acompanham o texto. A NBR 14724 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005) orienta o uso de ilustrações nos trabalhos acadêmicos e estabelece que:

- a) a identificação das ilustrações deve aparecer na sua parte inferior, ou seja, a palavra designativa seguida do seu número de ordem de ocorrência no texto (ex. Figura 1 –), do título, da legenda (quando houver) e da fonte (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005).

Considerando essas exigências, decidiu-se elaborar as seguintes variáveis para analisar a normalização das ilustrações: existência de ilustrações, títulos das ilustrações corretos, fontes e legendas corretas e numeração correta.

O resultado detalhado da análise das ilustrações encontra-se resumido na Tabela 15, exibindo no final o índice de normalização encontrado.

Tabela 15 – Análise detalhada da normalização das ilustrações

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	f	%
Existem ilustrações	82	94,3	5	5,7	87	100,0
Títulos corretos	57	69,5	25	30,5	82	100,0
Fontes e legendas corretas	46	56,1	36	43,9	82	100,0
Numeração correta	62	67,1	20	32,9	82	100,0
Índice de normalização	36	43,9	51	56,1	82	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

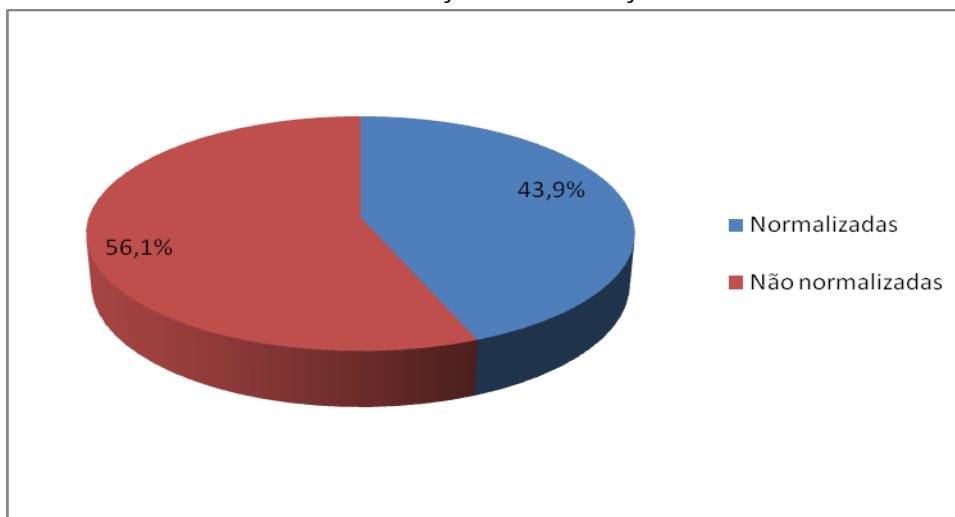
Observou-se que há ilustrações em 94,3% das teses e dissertações analisadas. O fato de 5,7% não apresentarem ilustrações evidencia as peculiaridades das áreas do saber. A inexistência de ilustrações não significa que o documento esteja em desacordo relativo às normas, logo, foram analisados somente os trabalhos que apresentaram o elemento.

A variável relacionada ao título das ilustrações apontou que 69,5% os trazem de forma correta, ou seja, na parte inferior da ilustração. Em 30,5%, apresentam o título na parte superior.

As fontes e legendas estão corretas em 56,1% das ilustrações, enquanto em 43,9% se observou a localização ou a omissão de informação, pois as ilustrações que já tenham sido publicadas devem conter a fonte de onde foi extraída, incluindo autor, data e página, conforme especifica a lei de direitos autorais (BRASIL, 1998).

A numeração está correta em 67,1% das ilustrações. Os 32,9% incorretos apresentam equívocos, como o recomeço da numeração em capítulos diferentes ou até mesmo a ausência da numeração, mesmo quando existe mais de uma. A análise das variáveis levou ao índice de normalização demonstrado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Índice de normalização das ilustrações



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme demonstra o Gráfico 13, pode-se concluir que, em 43,9% das teses e dissertações, as ilustrações estão de acordo com o que orienta a NBR 14724, portanto, 56,1% estão em desacordo.

Decidiu-se analisar este elemento porque é muito comum o uso de ilustrações em alguns campos do conhecimento. Os trabalhos produzidos nas áreas da saúde geralmente utilizam este recurso, portanto, faz-se imperativa uma apresentação normalizada que vise a sua identificação, composta pelo título, fonte que indica a autoria da ilustração e a legenda, quando necessária. A normalização das imagens também tem a finalidade de assegurar os direitos autorais, especialmente quando se trata de trabalhos disponibilizados *on-line*.

Consoante Barbosa (2001), o uso de ilustrações oferece leveza gráfica ao trabalho, atraindo a atenção do leitor e transmitindo informação de forma fácil e concisa, criando impacto interessante para a pesquisa. Com efeito, representam expressivo instrumento de comunicação de conhecimento quando utilizadas de forma adequada.

As orientações referentes à normalização das ilustrações são reduzidas. A NBR 14724 estabelece em um parágrafo de cinco linhas todas as exigências relativas às ilustrações. Deve-se considerar que podem surgir problemas, pois nem sempre as normas são claras e abrangentes, em especial para quem não as utiliza com frequência.

4.1.13 Tabelas

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1993), a tabela é a forma não discursiva de apresentar informações, na qual o dado numérico se destaca como informação central. A NBR 14274 orienta que a apresentação de tabelas nos trabalhos acadêmicos deve seguir as *Normas de apresentação tabular* do IBGE, cujo objetivo é fornecer elementos que assegurem a padronização e racionalização da apresentação de dados numéricos em tabelas. Assim sendo, estabelece a utilização de:

- a) numeração individualizada em algarismos arábicos;
- b) título no topo;
- c) moldura sem linhas verticais nas extremidades e com linhas horizontais apenas nas extremidades e separando o cabeçalho, única parte que pode ser separada também por linhas verticais;
- d) rodapé com fonte e notas gerais, como legenda (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1993).

As tabelas foram analisadas segundo as variáveis: existência da tabelas, títulos corretos, linhas de grade corretas, fontes e legendas corretas e numeração correta, que representam as exigências do IBGE, lembrando que o elemento é considerado normalizado quando todas as variáveis são atendidas. O resultado da análise encontra-se representado na Tabela 16.

Tabela 16 – Análise detalhada da normalização das tabelas

Variáveis	Sim		Não		Total	
	f	%	f	%	F	%
Existem tabelas	75	86,2	12	13,8	87	100,0
Títulos corretos	56	74,7	19	25,3	75	100,0
Linhas de grades corretas	38	50,7	37	49,3	75	100,0
Fontes e legendas corretas	64	85,3	11	14,7	75	100,0
Numeração correta	72	96,0	3	4,0	75	100,0
Índice de normalização	34	45,3	41	54,7	75	100,0

Fonte: elaborada pela autora.

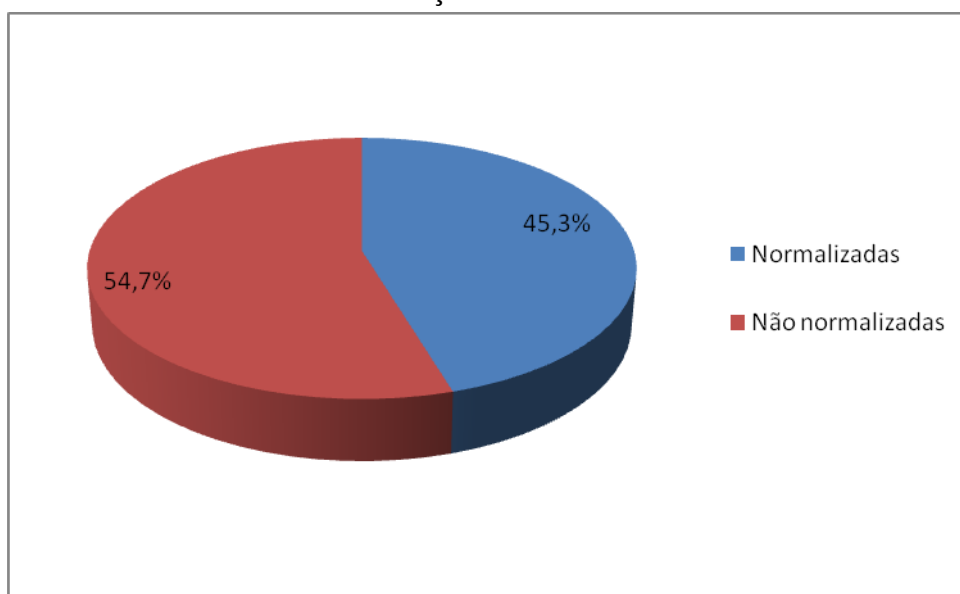
Em 13,8% das teses e dissertações não havia tabelas, resultado decorrente de particularidades de cada área do conhecimento. Aqui, assim como na análise das ilustrações, a ausência do elemento não significa estar fora das normas, portanto, só foram avaliados os trabalhos que apresentaram o elemento.

Os títulos das tabelas encontram-se conforme as *Normas de apresentação tabular* do IBGE em 74,7% dos trabalhos analisados. Assim, em 25,3% encontram-se incorretos, ou seja, alguns na parte inferior da tabela, outros sem as informações necessárias, entre outras opções que desobedecem às normas.

As linhas de grade ou molduras não se coadunam com a orientação do IBGE em 49,3% dos documentos analisados, pois aparecem linhas horizontais e verticais também no corpo das tabelas e, em algumas, até nas laterais.

Em relação às fontes e legendas, observa-se que 14,7% não se encontram em conformidade com a norma. O índice da normalização das tabelas encontra-se representado no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Índice da normalização das tabelas



Fonte: elaborado pela autora.

Concluiu-se que as tabelas apresentaram um índice de 45,3% de atendimento às exigências das normas. Este resultado pode ser decorrente da omissão da NBR 14724 em relação às tabelas, quando apenas especifica que as informações tratadas estatisticamente devem apresentar-se conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1993). Procedimento idêntico é adotado no *Guia de normalização da UFC*, entretanto, o Sistema de Bibliotecas não atentou para a necessidade de tornar disponível este documento para a comunidade acadêmica.

As tabelas são um recurso muito utilizado nos trabalhos acadêmicos para apresentação de dados numéricos e valores comparativos, principalmente quando em grande quantidade. Barbosa (2001) considera que elas podem mostrar com maior clareza, dados de vários fatores que poderiam ficar complicados quando expostos em um gráfico.

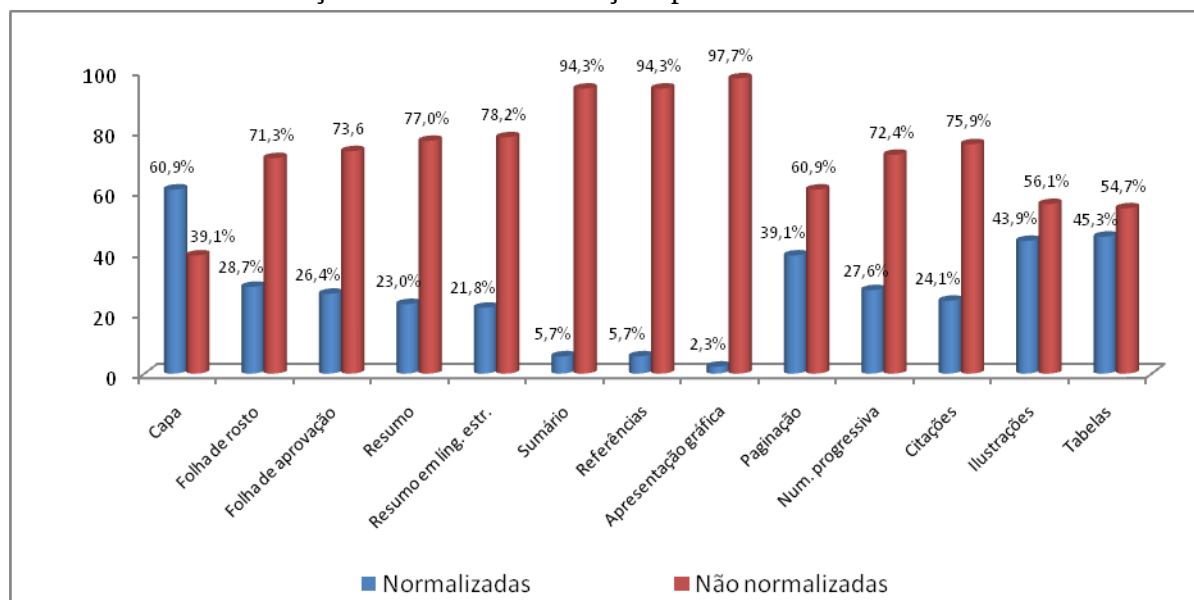
Dessa forma, as tabelas necessitam de atenção do autor para atingir os objetivos a que se propõem. Os elementos representados pelas variáveis são indispensáveis às tabelas, pois é ressaltado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1993) que a informação central de uma tabela é o dado numérico e todos os outros elementos que a compõem têm a função de complementá-lo e explicá-lo.

4.1.14 Síntese da análise da normalização

O índice de normalização das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC foi obtido pela média do índice alcançado em cada um dos elementos analisados, porém, antes

de apresentá-lo, sentiu-se a necessidade de tecer algumas considerações que ajudam na compreensão desse resultado. Dessa forma, com o objetivo de visualizar a normalização dos elementos para efeito de comparação, apresenta-se a síntese no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Normalização das teses e dissertações por elementos analisados



Fonte: elaborado pela autora.

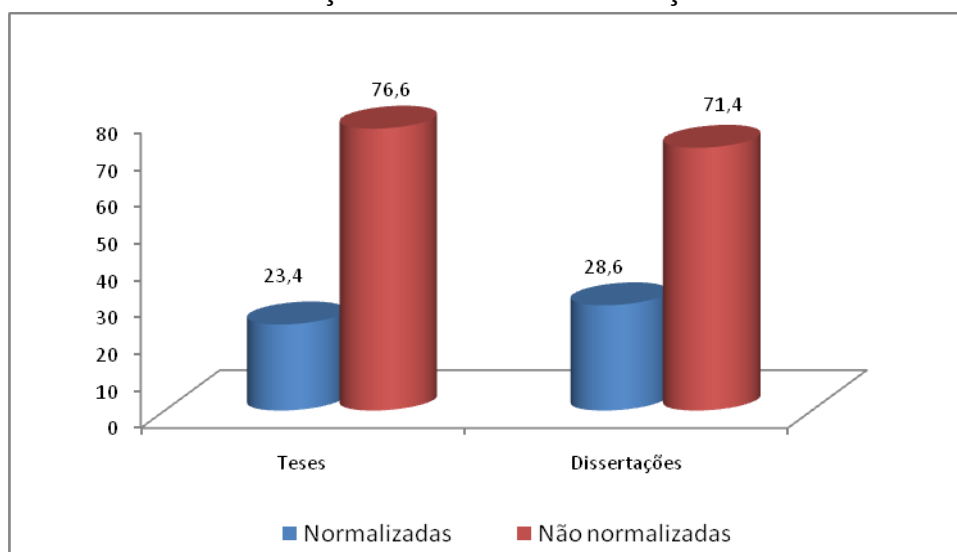
A análise dos elementos revelou que:

- a) os elementos que apresentaram menor índice de normalização foram a apresentação gráfica, com 2,3%, sumário e referências, ambas com 5,7%;
- b) os elementos capa e tabelas apresentaram maior índice de normalização: 60,9 e 45,3%, respectivamente.

Em todos os elementos, sem exceção, a origem dos equívocos na normalização é derivada do não-uso das normas ou de erros na sua interpretação. Nesse sentido, Rodrigues, Lima e Garcia (1998) alertam para a baixa penetração das normas junto à comunidade acadêmica.

Considerando que o estudo analisou 25 teses e 62 dissertações (TABELA 3), procurou-se comparar a normalização destes documentos individualmente, com o objetivo de verificar ao longo de sua vivência com pesquisa, se houve algum aprendizado relativo à normalização. O Gráfico 16 expõe o resultado.

Gráfico 16 – Normalização das teses e das dissertações

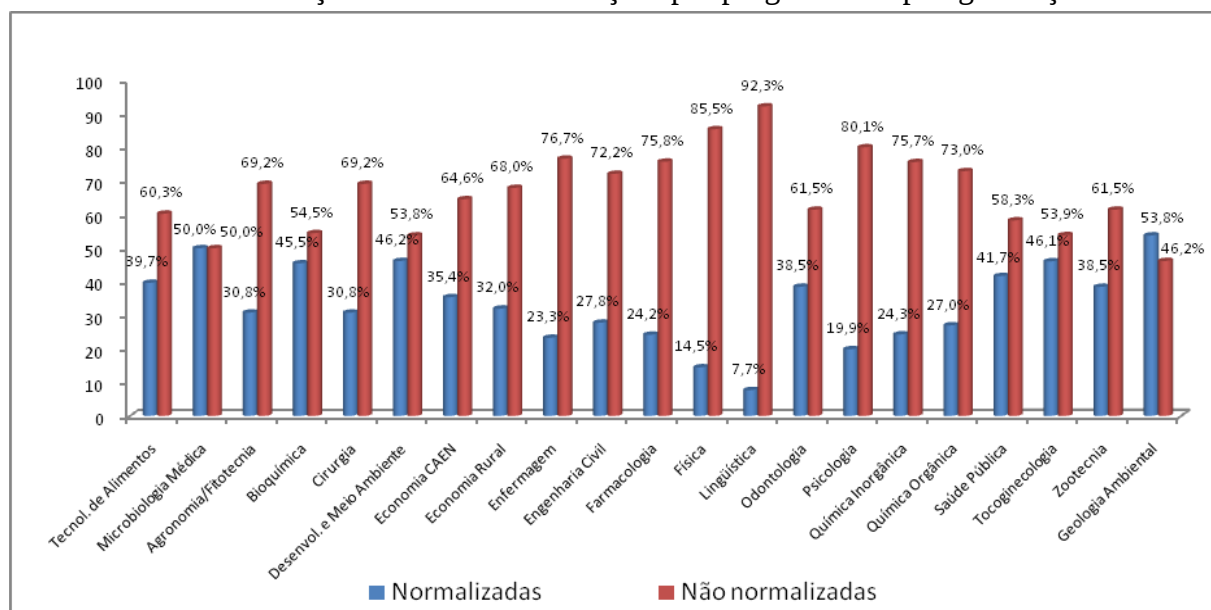


Fonte: elaborado pela autora.

As dissertações apresentaram maior índice de atendimento às recomendações da NBR 14724 do que as teses, pois 28,6% estão normalizadas, enquanto, nas teses, o percentual foi de apenas 23,4%. O resultado sugere que a experiência com pesquisa não influi na normalização do trabalho acadêmico, ao contrário, uma das prováveis razões pode estar relacionada ao cuidado dispensado às primeiras pesquisas.

Os resultados da primeira etapa forneceram subsídios para identificar o nível de normalização das teses e dissertações por programa de pós-graduação (TABELA 3), revelando a preocupação que dispensam à produção científica (GRÁFICO 17).

Gráfico 17 – Normalização das teses e dissertações por programas de pós-graduação



Fonte: elaborado pela autora.

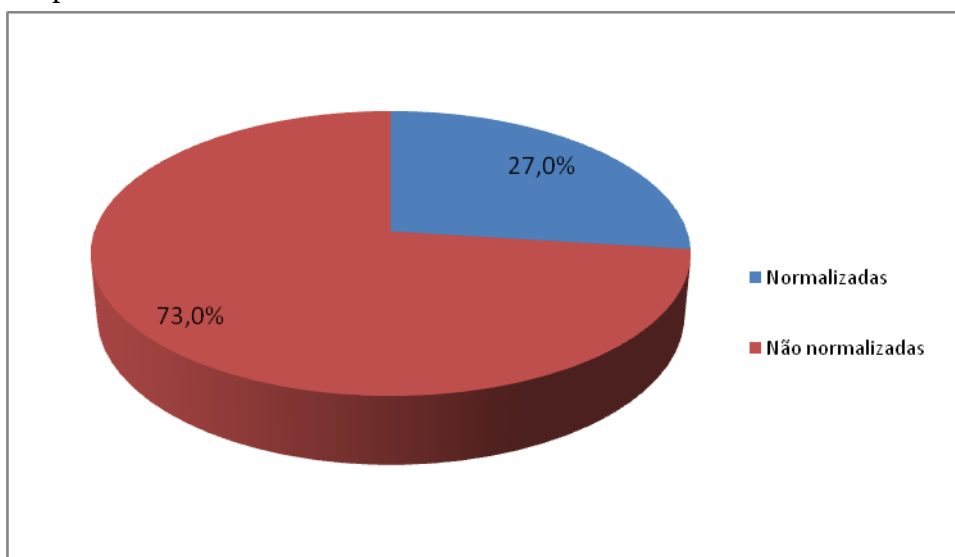
Os programas de pós-graduação em Geologia Ambiental, Microbiologia Médica e Desenvolvimento e Meio Ambiente apresentam maior índice de atendimento às normas, indicando o percentual de 53,8, 50,0 e 46,2%, respectivamente.

As maiores fragilidades relativas à normalização foram identificadas nos programas de pós-graduação em Linguística, com apenas 7,7%, Física, com 14,5%, e Psicologia, com 19,9% de obediência às normas.

Este resultado indica ausência de uso do *Guia de normalização da UFC* em caráter oficial, dando margem para os programas de pós-graduação basearem-se em quaisquer orientações, como manuais de outras instituições, ou fazendo adaptações de normas que se destinam a outros fins, como as de Vancouver, que estabelece diretrizes para publicação de artigos de periódicos.

Em conclusão à primeira etapa deste estudo, o índice de normalização das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC, estabelecido pela média do índice dos elementos analisados, como já relatado, se encontra ilustrado no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Índice de normalização das teses e dissertações disponibilizadas da BDTD/UFC



Fonte: elaborado pela autora.

O índice de normalização das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC é de 27,0%, ou seja, 73,0% não estão de acordo com as normas. Esse percentual é preocupante e induz à reflexão acerca dos fatores que influenciaram esse resultado e da efetividade dos serviços de apoio ao trabalho acadêmico disponibilizados pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará.

Entre outros motivos para preocupar-se com a normalização dos trabalhos acadêmicos, encontra-se a visibilidade proporcionada pela BDTD, que levou as instituições de ensino e pesquisa à necessidade de cada vez mais se adaptarem aos padrões internacionais. Assim sendo, o resultado da normalização das teses e dissertações justifica uma investigação dos fatores que nela influenciam ou interferem, a qual foi desenvolvida na segunda etapa deste estudo.

4.2 Análise dos fatores que influenciam ou interferem na normalização das teses e dissertações na BDTD/UFC

Para identificar os fatores que levaram as teses e dissertações da BDTD/UFC ao índice de normalização apresentado, 73,0% (GRÁFICO 18), foram aplicados questionários aos respectivos autores e orientadores.

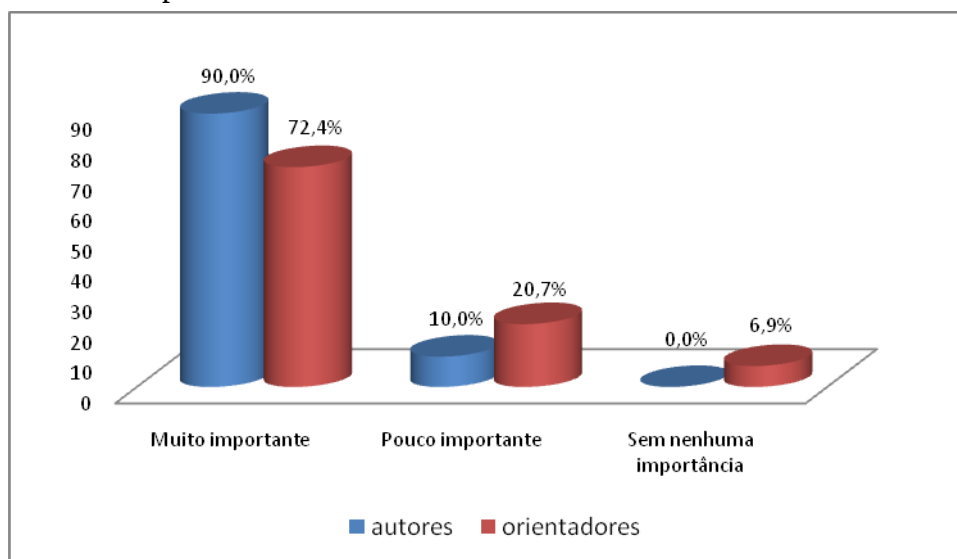
O objetivo desta etapa é colher dados para esclarecimento dos motivos que ensejaram as falhas na normalização das teses e dissertações da BDTD/UFC e da não-utilização das normas da ABNT, ou mesmo dos serviços de apoio ao trabalho acadêmico da Universidade e do *Guia de normalização da UFC*.

Foram analisadas 87 teses e dissertações, entretanto, pelo fato de que as orientações se repetirem, observou-se que 12 professores orientaram dois trabalhos e dois orientaram três, resultando em 87 autores e 71 orientadores. Apesar de os questionários terem sido enviados a todos eles, foram respondidos por 80 autores (92,0%) e 59 orientadores (83,1%). Os demais não foram localizados em virtude de mudança de *e-mail*.

O questionário aplicado aos autores compõe-se de oito perguntas, enquanto o instrumento empregado para os orientadores, de cinco (APÊNDICES B e C). Algumas perguntas foram elaboradas com o mesmo objetivo para os dois grupos, de sorte que, seus resultados foram analisados simultaneamente e demonstrados no mesmo gráfico para possibilitar a comparação.

O objetivo da primeira pergunta dos dois questionários é verificar a importância que autores e orientadores atribuem à normalização do trabalho acadêmico. As opções oferecidas foram: muito importante, pouco importante e sem nenhuma importância, para ambos os grupos. O Gráfico 19 apresenta os resultados encontrados.

Gráfico 19 – Grau de importância atribuído à normalização do trabalho acadêmico pelos autores e orientadores



Fonte: elaborado pela autora.

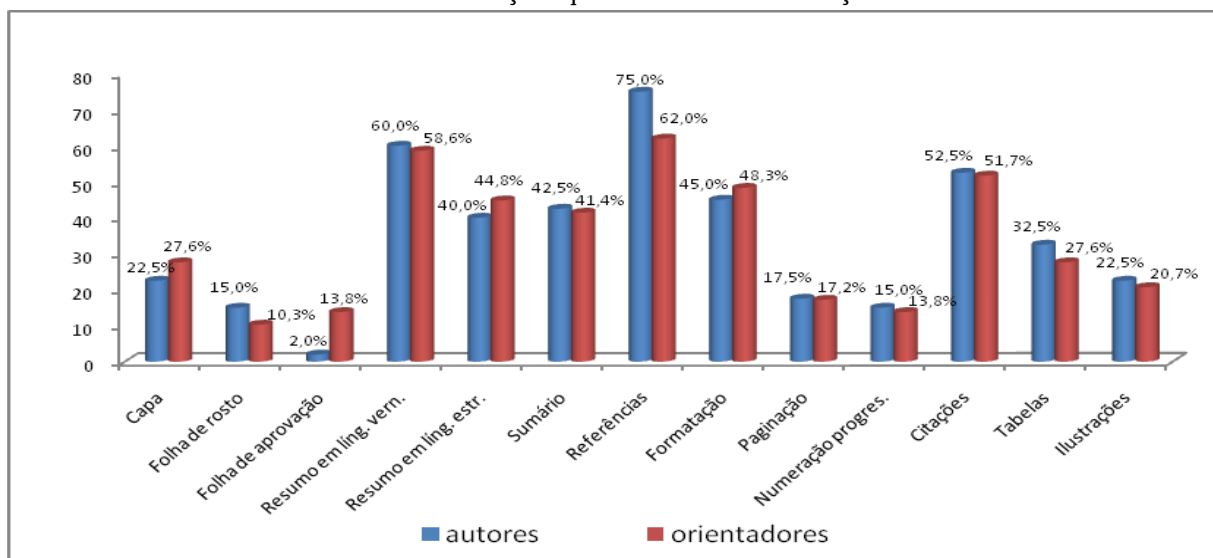
Os autores assim se manifestaram em relação à normalização: 90,0% a consideram muito importante; 10,0% pouco importante. Já o posicionamento dos orientadores resultou nos seguintes percentuais: 72,4% muito importante, 20,7% pouco importante e 6,9% sem nenhuma importância.

A normalização foi considerada mais importante pelos autores do que pelos orientadores (GRÁFICO 19). É inquietante perceber que os pesquisadores da UFC, com alto nível de publicações científicas (PRODUÇÃO..., 2007), atribuam pouca importância à apresentação padronizada do trabalho científico.

Os periódicos científicos exigem rigor na normalização de seus artigos, o que pressupõe um hábito, para quem neles publica seus trabalhos, preocupar-se com essas normas. Dentre os problemas da ausência da aplicação das normas, ressaltam-se o plágio e as dificuldades para a comunicação, disseminação e uso da informação.

A segunda proposição de ambos os questionários examina quais os elementos da apresentação do relatório final da dissertação ou tese são merecedores de maior atenção. As opções propostas compreenderam: capa, folha de rosto, folha de aprovação, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira, sumário, referências, apresentação gráfica, paginação, numeração progressiva, citações, ilustrações e tabelas. O Gráfico 20 apresenta os resultados.

Gráfico 20 – Elementos das teses ou dissertações que merecem maior atenção dos autores e orientadores



Fonte: elaborado pela autora.

Como exposto no Gráfico 20, 75,0% dos autores consideraram as referências o elemento merecedor de maior atenção, seguidos de 60,0% que entenderam que era o resumo em língua vernácula e 52,5%, as citações. A folha de aprovação foi o elemento considerado menos importante pelos autores, 2,0% apenas.

Da mesma forma entenderam os orientadores. As referências foram consideradas importantes por 62,0% deles. O resumo em língua vernácula foi mencionado por 58,6% e as citações por 51,7%. O elemento considerado menos importante foi a folha de rosto, citada por apenas 10,3% dos orientadores (GRÁFICO 20).

Observou-se sintonia entre o posicionamento dos autores e orientadores em relação às referências, contudo este foi um dos elementos menos normalizados (5,7%), como observado no Gráfico 15. Houve divergência em relação ao elemento considerado menos importante, pois a folha de aprovação foi havida pelos autores e a folha de rosto pelos orientadores.

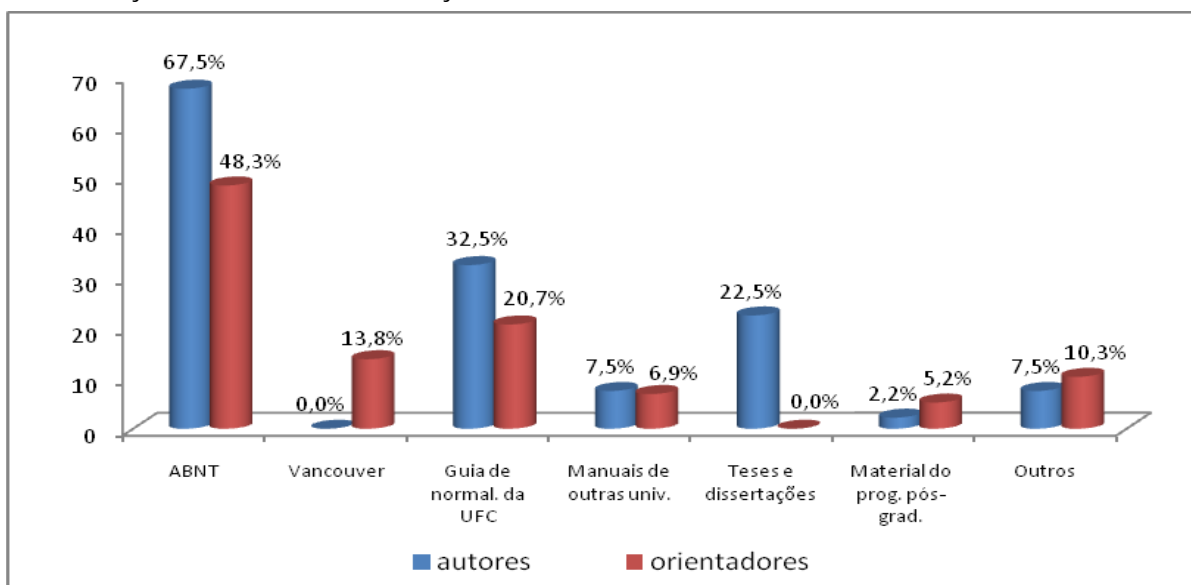
Isso sugere que o nível de normalização das teses e dissertações da UFC depende de um contexto que envolve o posicionamento dos programas de pós-graduação no estabelecimento dos instrumentos orientadores e do uso dos serviços oferecidos pelo Sistema de Bibliotecas.

Procurou-se identificar quais os instrumentos utilizados pelos autores na normalização dos trabalhos, enquanto dos orientadores interrogou-se que instrumentos eles indicam aos seus orientandos.

As opções apresentadas para ambos os grupos foram: ABNT, normas de Vancouver, *Guia de normalização da UFC*, manuais de normalização de outras

universidades, outras teses e dissertações, material distribuído pelos programas de pós-graduação e outros para representar os demais instrumentos de normalização utilizados ou indicados. As opções “manuais de outras universidades” e “outros” ofereciam espaço para citar quais. Os respondentes poderiam marcar mais de uma opção. O Gráfico 21 apresenta os resultados.

Gráfico 21 – Instrumentos utilizados pelos autores e indicados pelos orientadores para normalização das teses ou dissertações



Fonte: elaborado pela autora.

As normas da ABNT foram o instrumento mais citado pelos autores, tendo sido apontadas por 67,5%, seguido do *Guia de normalização da UFC*, com 32,5%. Outras teses ou dissertações foram o terceiro instrumento mais utilizado (22,5%). Os manuais de normalização de outras universidades foram utilizados por 7,5%, que citaram os manuais da USP, UECE e UNIFESP e 7,5% dos autores disseram ter utilizados outros instrumentos, fazendo referência às normas da APA no comentário.

Os instrumentos de normalização mais indicados pelos orientadores também foram as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (48,3%) e o *Guia de normalização da UFC* (20,7%). 13,8% afirmaram recomendar as normas de Vancouver. Apenas 6,9% relataram indicar manuais de outras universidades (GRÁFICO 21). A parcela que disse utilizar manuais de outras universidades fez referência ao da USP, enquanto os que informam apontar outros instrumentos mencionaram as normas da APA, *The ACS Style Guide: a manual for authors and editors*, além do comentário de um participante: “Normas de periódicos internacionais de grande impacto, que são concisas e claras, com poucas vírgulas, pontos, evitando palavras que são desnecessárias.” (ORIENTADOR 5).

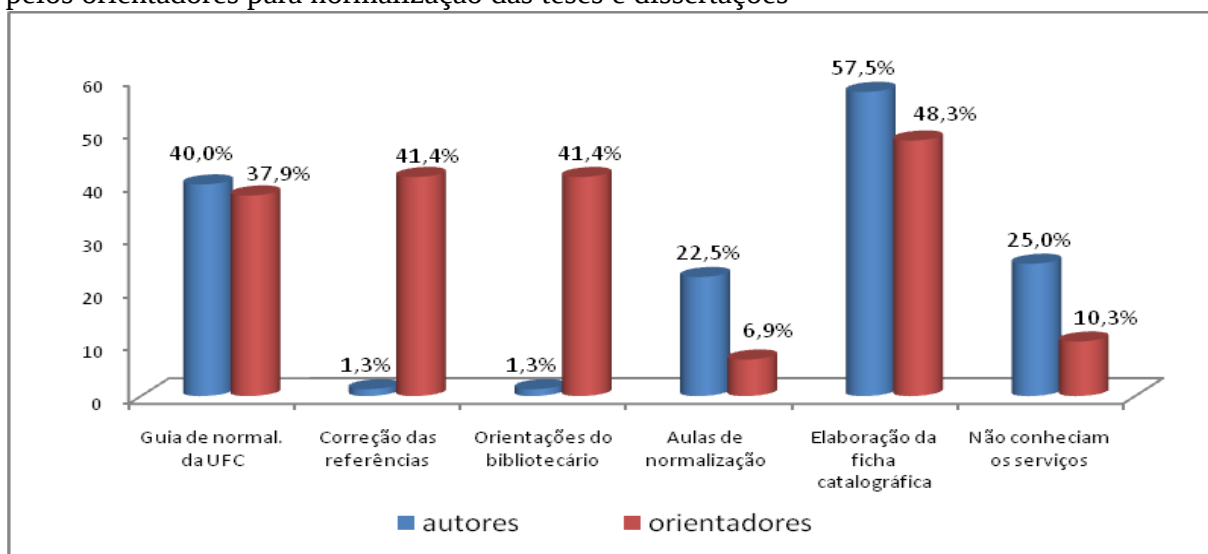
A utilização das normas da ABNT para proceder à normalização dos trabalhos acadêmicos, demonstra ser uma escolha acertada. As várias percepções nos diferentes campos do saber, geralmente, levam à escolha de métodos próprios ou ao uso de referenciais diferentes no momento da elaboração e publicação dos trabalhos científicos. Essas escolhas muitas vezes conduzem o autor a dúvidas.

A busca da normalização na fonte geradora é mais segura, entretanto, os resultados da análise das teses e dissertações indicam que, se as normas estão sendo usadas, deve ser de maneira inadequada. Isto pode ocorrer em virtude da diversidade de tipos de documentos que conduzem o usuário inexperiente a cometer equívocos. Por esse motivo, as instituições criam seus manuais.

A menção de manuais de outras universidades para proceder à normalização, tanto pelos autores como pelos orientadores, ocorre geralmente porque, em alguma oportunidade, estas orientações foram exigidas em suas pesquisas, motivo que os faz considerá-las eficientes.

Procurou-se verificar quais recursos de normalização de trabalhos científicos disponibilizados pela Universidade os autores já utilizaram. No caso dos orientadores, a questão verificou quais recursos estes costumam recomendar aos seus orientandos. As opções foram: o *Guia de normalização da UFC*, correção das referências pelo bibliotecário, orientações do bibliotecário, aulas de normalização ofertadas pelo Sistema de Bibliotecas e elaboração da ficha catalográfica. Neste caso, o respondente também poderia marcar mais de uma opção. O Gráfico 22 apresenta o resultado.

Gráfico 22 – Recursos disponibilizados pela UFC utilizados pelos autores e recomendados pelos orientadores para normalização das teses e dissertações



Fonte: elaborado pela autora.

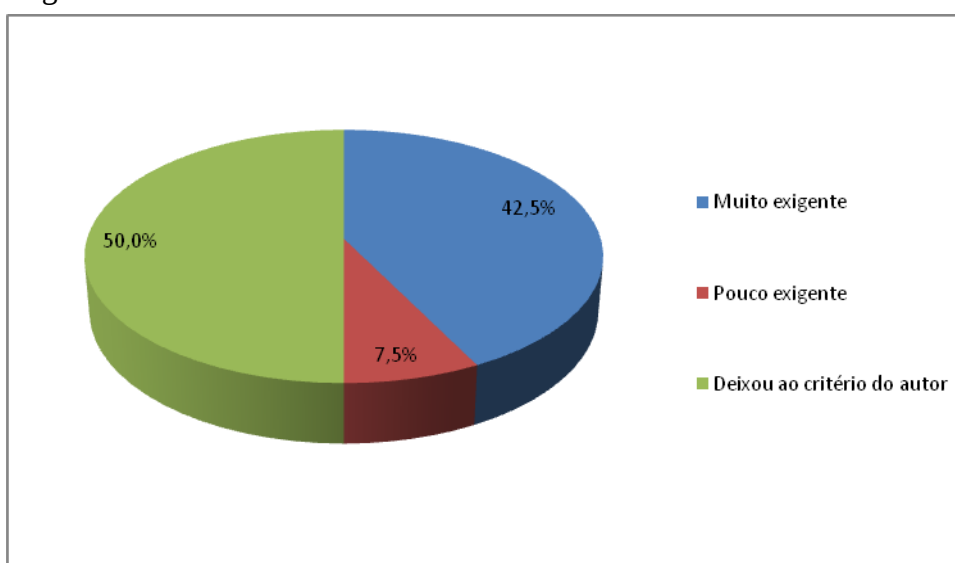
Os recursos mais utilizados pelos autores foram a elaboração da ficha catalográfica (57,5%) e o *Guia de normalização da UFC* (40,0%). As aulas de normalização foram citadas por 22,5% dos respondentes. Apenas 1,3% fez uso do serviço de correção das referências e das orientações do bibliotecário, porém, 25,0% disseram não conhecer os serviços, portanto nunca o utilizaram (GRÁFICO 22).

Os resultados referentes aos orientadores mostram que o recurso mais indicado é a elaboração da ficha catalográfica, citada por 48,3%. A correção das referências e as orientações do bibliotecário aparecem em seguida, ambos com 41,4%. o *Guia de normalização da UFC* foi apontado por 37,9%. Nos comentários, apurou-se que 10,3% dos orientadores não conhecem os recursos oferecidos pelas bibliotecas.

Apesar de a elaboração da ficha catalográfica ter aparecido como o serviço mais utilizado pelos autores e o mais indicado pelos orientadores, 55,2% das teses e dissertações analisadas nesta pesquisa não possuem este item (TABELA 5). Esse resultado denota deficiência na divulgação dos serviços de apoio ao trabalho acadêmico disponíveis nas bibliotecas.

A quinta pergunta dos dois questionários foi analisada separadamente, porque apresenta opções diferentes para os dois grupos. Assim, dos autores foi solicitado o posicionamento de seu orientador em relação à normalização. Apresentaram-se as opções: muito exigente, pouco exigente e deixou ao seu critério. O resultado resta demonstrado no Gráfico 23.

Gráfico 23 – Posicionamento do orientador em relação à normalização, segundo os autores

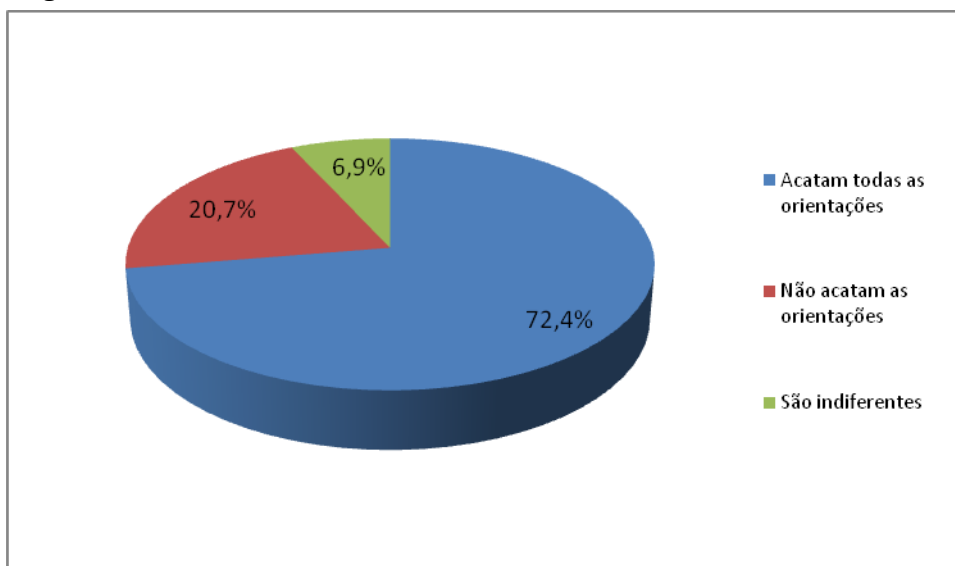


Fonte: elaborado pela autora.

Como demonstra a representação gráfica, 50,0% dos autores responderam que o orientador tinha deixado ao seu critério, 42,5% informaram que o orientador tinha sido muito exigente e 7,5% pouco exigente.

No que concerne aos orientadores, procurou-se conferir o posicionamento dos orientandos em relação à normalização. As opções apresentadas foram: acatam todas as orientações, não acatam as orientações e são indiferentes. O resultado está demonstrado no Gráfico 24.

Gráfico 24 – Posicionamento dos orientandos em relação a normalização, segundo os orientadores



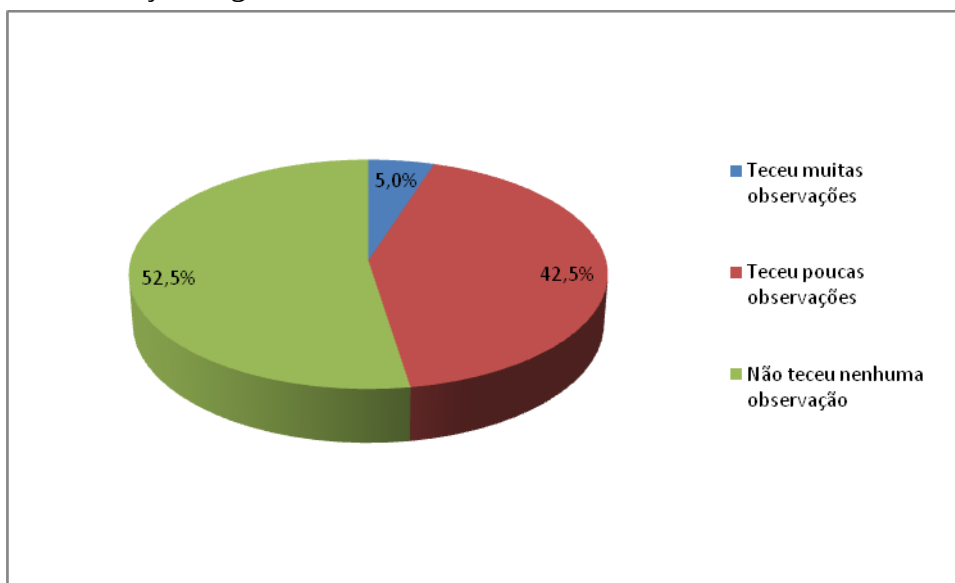
Fonte: elaborado pela autora.

A maioria dos orientadores, 72,4%, respondeu que os autores acatam todas as orientações, 20,7% disseram que não acatam as orientações e 6,9% são indiferentes, conforme mostra o Gráfico 24.

Esse resultado denota um descaso relativamente à normalização. O uso das normas precisa ser visto pela comunidade acadêmica como instrumento facilitador e não como um empecilho. Rodrigues, Lima e Garcia (1998) chamam atenção para a responsabilidade da universidade para com a normalização da sua produção científica. Deste modo, as orientações neste sentido devem ser repassadas para os autores pelos orientadores, pois a economia de esforços no tratamento da informação e a facilidade na sua troca e circulação proporcionadas pela normalização devem ser consideradas por todos os que “fazem” a Instituição.

A sexta pergunta, destinada somente aos autores, averiguou como a banca examinadora se posiciona em relação à normalização no momento da defesa. As opções oferecidas foram: teceu muitas observações, teceu poucas observações e não teceu nenhuma observação. O Gráfico 25 confirma o resultado.

Gráfico 25 – Posicionamento da banca examinadora em relação à normalização, segundo os autores



Fonte: elaborado pela autora.

Com base no Gráfico 25, 52,5% dos autores responderam que a banca não teceu nenhuma observação, 42,5% disseram que teceu poucas observações e apenas 5,0% relataram que teceu muitas observações.

A maioria das bancas examinadoras (52,%) não comentou a normalização dos trabalhos, entretanto, reunindo-se os resultados das opções “teceu muitas observações” e “teceu poucas observações”, pode-se afirmar que 47,5% das bancas examinadoras fizeram algum comentário acerca da normalização. A banca examinadora representa a instituição, a comunidade científica da área e até a própria sociedade. Neste momento, seus membros atestam a contribuição trazida pelo trabalho acadêmico e podem incorporar subsídios para aprimorá-lo, que podem ser tanto relativos ao conteúdo quanto à forma.

Quando perguntado aos autores quais as observações feitas pela banca examinadora, a maior parte mencionou as referências. Foram citadas também a diferença entre anexo e apêndice, notas de rodapé e numeração progressiva, como apontam as citações a seguir.

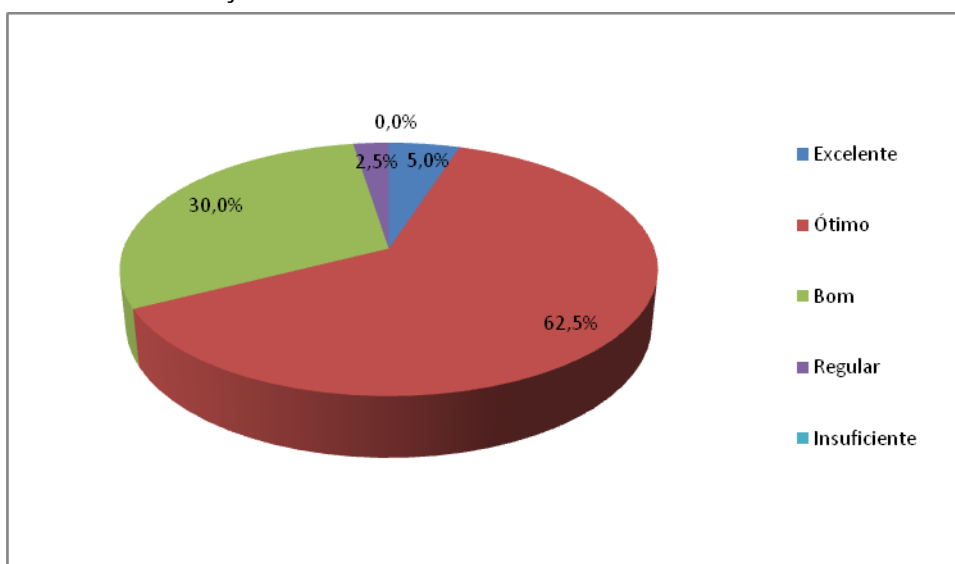
⁽¹⁾ Sobre a normalização das referências. (AUTOR 5).

⁽²⁾ Divisão de capítulos e partes. (AUTOR 17).

⁽³⁾ A banca exigiu uma posterior correção da normalização. (AUTOR 34).

Com o objetivo de verificar a conscientização dos autores em relação à qualidade da normalização de seus trabalhos, indagou-se, então, qual avaliação atribuiriam à normalização das suas teses ou dissertações. As opções foram: excelente, ótimo, bom, regular e insuficiente. No Gráfico 26, estão representados os resultados.

Gráfico 26 – Avaliação dos autores em relação à normalização das suas teses ou dissertações



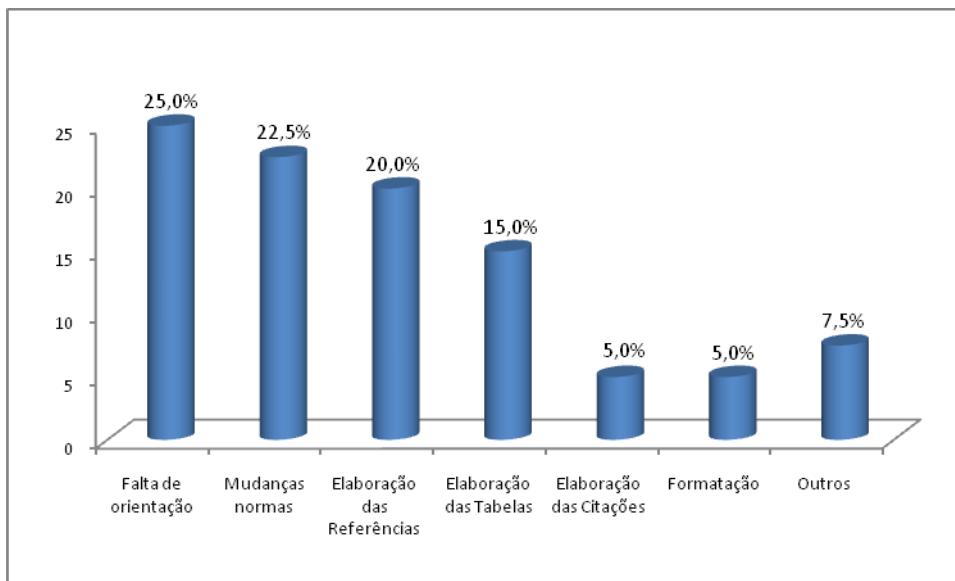
Fonte: elaborado pela autora.

O percentual de 62,5% atribuiu um conceito ótimo à normalização de suas teses ou dissertações. 30,0% consideraram bom, 5,0% excelente e 2,5% regular. Ninguém considerou a normalização insuficiente.

Este resultado diverge totalmente da análise quantitativa da normalização das teses e dissertações, pois comprovou-se que 73,0% estão desobedientes às normas da ABNT (GRÁFICO 18). Diante de tal contexto, conclui-se que há a necessidade de desenvolver um trabalho de conscientização junto à comunidade acadêmica da UFC para a relevância da adoção de padrões universais na apresentação dos resultados de suas pesquisas.

Questionou-se os autores a respeito das suas maiores dificuldades para a normalização dos trabalhos. O resultado foi tabulado e representado pelo Gráfico 27.

Gráfico 27 – Dificuldades encontradas pelos autores para normalização de suas teses ou dissertações



Fonte: elaborado pela autora.

As dificuldades mais citadas pelos autores foram: falta de orientações relativas à normalização (25,0%), mudanças constantes das normas (22,5%), elaboração das referências (20,0%), das tabelas (15,0%), das citações e apresentação gráfica, (5,0% ambas). As demais dificuldades que foram citadas representaram 7,5%.

Os autores consideraram que o maior problema na normalização dos seus trabalhos se refere à falta de orientação da norma a seguir e atribuíram esse problema à Instituição, ou seja, a alguma deficiência do *Guia de normalização da UFC*, à falta de definição por parte dos programas de pós-graduação, cursos e orientadores ou à falta de profissionais – no caso de bibliotecários – para procederem às orientações relativas à normalização, fato que se revela nos discursos a seguir.

- (4) Não encontrei no guia da UFC um modo seguro para citar diversas citações que eram de uma mesma fonte, e de um mesmo ano (AUTOR 2).
- (5) Normalizações diferentes e algumas vezes contraditórias, mesmo entre os orientadores não havia um consenso. (AUTOR 4).
- (6) A UFC não deixa claro qual é o modelo aqui empregado. Um bom exemplo de como deveria ser uma política de normatização é o Manual de Normatização da USP. Caso a UFC não tome uma postura em relação a esse tema seus alunos cada vez mais vão se guiar de maneira isolada e difusa catando em cada canto o que acham conveniente. (AUTOR 24).
- (7) A UFC não dispõe de profissional para orientar nesse sentido, haja vista se trabalhar com produções científicas e sem nenhuma perspectiva de saber quem são as pessoas e onde encontrá-la, principalmente sendo os alunos de fora do Estado. (AUTOR 30).

- ⁽⁸⁾ Definição por parte do programa. No período de confecção da dissertação a coordenação do programa, capitaneada pelo professor X, não definiu de maneira clara qual norma seguir. Falava que era da ABNT e em outros momentos falava que eram as normas definidas pela biblioteca da universidade. No fim o que se revelou foi um indeterminismo por parte da coordenação, fruto, acredito, do pouco tempo do programa e da falta de experiência de coordenação do referido professor. (AUTOR 33).
- ⁽⁹⁾ Encontrar uma literatura que explicasse de maneira clara, objetiva e de fácil acesso a normalização da tese. (AUTOR 76).

Os autores expressaram ansiedade em relação ao contexto atual e manifestaram a necessidade do estabelecimento claro e objetivo dos padrões ou normas que devem orientar a elaboração dos trabalhos acadêmicos na Universidade. A manifestação do autor 3 – “Não encontrei dificuldades, pois não tinha tal critério como orientação principal” – demonstra que a normalização não é vista como prioridade no desenvolvimento de um trabalho acadêmico.

Em relação às mudanças constantes das normas da ABNT, os autores assim se pronunciaram:

- ⁽¹⁰⁾ A quase constante modificação das orientações para normalização. (AUTOR 20).
- ⁽¹¹⁾ Essa coisa absurda da ABNT mudar as normas constantemente, e a cada ano. Parece até brincadeira de gato e rato. (AUTOR 27).
- ⁽¹²⁾ Que as regras mudaram COMPLETAMENTE em menos de 5 anos. Acho que algo tão simples poderia ser definido, até de modo nacional, pela CAPES, de maneira definitiva. Não precisa ficar modificando detalhes a todo o momento. (AUTOR 54).
- ⁽¹³⁾ Encontrar material de consulta atualizado devido às constantes modificações nas regras. (AUTOR 69).

As normas, segundo Dantas Filho (1995) devem ser permanentemente adaptadas para acompanhar a evolução da tecnologia. As normas fixas podem ser consideradas um freio à inovação, daí a necessidade das revisões periódicas.

No tocante às referências, os autores alegam a dificuldade de elaboração, muitas vezes justificada pela diversidade de tipos de documentos, o que requer uma consulta mais profunda das normas. Os comentários dos autores a este respeito foram:

- ⁽¹⁴⁾ A dificuldade maior foi em relação as normalização das referências bibliográficas. (AUTOR 5).
- ⁽¹⁵⁾ Em alguns itens as normas não são claras, o que dificulta o trabalho. O mais complicado são as referências, pois existem muitas formas para fazer, por exemplo, de artigo revista é de um jeito, de congresso é de outro, de livro de outro e assim vai. (AUTOR 8).
- ⁽¹⁶⁾ A maior dificuldade deveu-se às referências, as citações e a formatação. (AUTOR 61).

A referência de uma monografia com os elementos essenciais – autor, título, local, editora e data – pode ser elaborada por qualquer pessoa, entretanto, à medida que os documentos vão se diversificando, as dificuldades aparecem.

Com a definição das normas que devem ser seguidas e o acesso a elas, as dificuldades diminuem, facilitando o desenvolvimento do trabalho acadêmico, como revelam alguns discursos.

⁽¹⁷⁾ Não tive dificuldade, pois tive acesso ao material de normas de tese e dissertações. (AUTOR 4).

⁽¹⁸⁾ Considerando que desde o início da realização do trabalho procurei colocar dentro das normas exigidas para evitar problemas no final da elaboração da dissertação, poucos problemas surgiram. (AUTOR 49).

⁽¹⁹⁾ Confesso que foi encontrar um padrão único para a elaboração, pois peguei diversas teses e dissertações e vi muitas diferenças entre elas. Isso me deixou confusa e cheia de dúvidas, até que decidi utilizar o Guia da UFC como único padrão. (AUTOR 10).

⁽²⁰⁾ Nenhuma, utilizei a ABNT. (AUTOR 51).

A elaboração das tabelas foi mencionada como uma das maiores dificuldades encontradas por 15,0% dos autores (GRÁFICO 27), que assim se pronunciaram:

⁽²¹⁾ Fazer as tabelas. (AUTOR 13).

⁽²²⁾ As tabelas, não encontrei nas normas como fazê-las. (AUTOR 19).

⁽²³⁾ O guia da UFC não ensina a elaborar as tabelas. (AUTOR 42).

Essa dificuldade confirma a omissão do *Guia de normalização da UFC* que segue o mesmo procedimento da norma da NBR 14724, remetendo o usuário para as *Normas de apresentação tabular* do IBGE, sem disponibilizá-las para os usuários.

Os autores citaram como solução para seus problemas contratar um profissional para proceder à correção da normalização de seus trabalhos, como mostra essa citação:

⁽²⁴⁾ Contratei profissional especializado por julgar importante a correta normalização. (AUTOR 15).

⁽²⁵⁾ Paguei uma pessoa para fazer. (AUTOR 21)

⁽²⁶⁾ Não tive nenhuma dificuldade, pois paguei alguém para fazê-lo. (AUTOR 56).

Essa poderia ser uma opção, entretanto, não para todos os pesquisadores, alguns poderiam não dispor dessa condição financeira. A solução deverá surgir dos serviços de apoio ao trabalho acadêmico oferecidos pela UFC.

Em síntese, a pesquisa revelou baixo índice de normalização das teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC – 27,0% apenas. A capa e as tabelas apresentaram-se como os elementos mais normalizados, enquanto a apresentação gráfica, o sumário e as referências foram os menos normalizados. A consequência deste resultado pressupõe trabalhos com aparências as mais variadas, facilitando a percepção das falhas da normalização, e tal fato motivou a realização desta pesquisa.

As normas da ABNT foram citadas como o instrumento mais utilizado por autores e orientadores, seguido pelo *Guia de normalização da UFC*, porém, contraditoriamente, esse resultado não se coaduna com o índice de normalização encontrado, indicando o uso inadequado destes instrumentos. Confirmando desconhecimento das normas, 62,5% dos orientadores atribuíram um conceito ótimo à normalização de seus trabalhos.

Foram mencionadas, ainda, outras normas como as de Vancouver e da APA, trabalhos de terceiros e até manuais de outras universidades para proceder à normalização, o que pressupõe falta de consenso por parte dos programas de pós-graduação e dissonância entre os setores da Universidade.

Verificou-se que, dos serviços disponibilizados pelo Sistema de Biblioteca, o mais utilizado pelos autores e o mais indicado pelos orientadores foi a elaboração da ficha catalográfica, contudo, a maioria dos trabalhos analisados não porta a ficha catalográfica. Ficou comprovado, igualmente, que 25,0% dos autores e 10,3% dos orientadores sequer sabiam da existência destes serviços, o que demonstra mais uma vez a necessidade da divulgação desses serviços por parte do Sistema de Bibliotecas da UFC.

A normalização foi considerada importante, mais pelos autores do que pelos orientadores. Neste sentido, ao se reportarem ao posicionamento de seu orientador em relação à normalização, 50,0% dos autores responderam que havia sido deixado ao seu critério, demonstrando indiferença por parte dos orientadores, confirmada pela afirmação dos autores de que as maiores dificuldades encontradas para normalização de seus trabalhos foi a falta de orientações relativas à norma a ser seguida. Vale ressaltar que 72,4% dos orientandos asseguraram que os autores acatam todas as orientações relativas à normalização.

Averiguou-se que a maioria das bancas examinadoras da UFC não se posiciona em relação à normalização, perdendo, assim, a última oportunidade de correção na normalização destes trabalhos, pois, logo em seguida, serão disponibilizadas na BDTD/UFC e, mesmo que o bibliotecário perceba alguma inconsistência, não tem autoridade para interferir e, geralmente, o autor não se encontra disposto a retomar algo que considera terminado.

5 CONCLUSÕES

É, entre outras, função das instituições de ensino superior criar e produzir conhecimento. Os resultados de suas pesquisas, todavia, devem ser repassados para a sociedade, conseqüentemente é imperativo viabilizar o fluxo da informação.

Com o advento da BDTD, as teses e dissertações alcançaram grande visibilidade, proporcionando aos pesquisadores fontes de pesquisa atualizadas e de fácil acesso, pois são disponibilizadas para o mundo inteiro e em tempo real.

Os trabalhos encontram espaço de destaque extraordinário, no entanto, com esse privilégio tornam-se passíveis de constante julgamento, o que demanda maior atenção dos envolvidos, tanto no tocante à qualidade do conteúdo como da apresentação.

A qualidade da apresentação só é alcançada por meio da normalização, que equilibra a padronização e a simplificação no ato de elaborar o trabalho científico, além de facilitar o processo de comunicação e o intercâmbio da informação, proporcionando uma visão uniforme da produção científica que se traduz em qualidade, especialmente quando se trata de documentos em suporte eletrônico.

Diante do exposto, procurou-se com esta pesquisa, responder aos seguintes questionamentos: Por que as teses e dissertações desenvolvidas nos programas de pós-graduação da UFC não se encontram de acordo com as orientações de normalização de trabalhos acadêmicos da instituição? Quais os fatores que influenciam ou interferem na falta de normalização das teses e dissertações no âmbito da UFC?

Assim, embora não se encontre explícita, foi considerada a hipótese de as teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC não estarem normalizadas, a qual restou comprovada quando na análise se observou que 73,0% dos trabalhos não se encontram de acordo com o que preceituam as normas da ABNT.

Em relação os fatores que interferem e influenciam na normalização das teses e dissertações, concluiu-se que:

- a) as teses e dissertações disponibilizadas na BDTD/UFC apresentam baixo índice de normalização;
- b) não há consenso por parte dos programas de pós-graduação sobre as normas que devem ser utilizadas na normalização dos trabalhos acadêmicos;
- c) O *Guia de normalização da UFC* e os serviços de orientação ao trabalho acadêmico disponibilizados pelo Sistema de Bibliotecas da UFC são pouco utilizados;

- d) há pouca utilização do *Guia de normalização da UFC* e dos serviços de orientação ao trabalho acadêmico desenvolvidos pelo Sistema de Bibliotecas da UFC; e
- e) ainda não está assente por parte dos programas de pós-graduação da UFC, real conhecimento das implicações da visibilidade proporcionada pela BDTD aos trabalhos ali disponibilizados.

Esse resultado denota um descaso com a normalização, mostrando que o uso das normas precisa ser visto pela comunidade acadêmica como instrumento facilitador e não como um empecilho para a elaboração do trabalho científico. As ferramentas e serviços existentes na UFC são eficazes para normalização do trabalho científico, o que implica convicção de que urge divulgar esses serviços e uniformizar a normalização.

Considera-se, pois, que os objetivos da pesquisa foram alcançados e para minimizar os problemas encontrados na normalização da produção científica da Universidade Federal do Ceará, sugerem-se as seguintes ações:

- a) divulgação dos serviços de orientação ao trabalho acadêmico desenvolvidos pelas bibliotecas;
- b) integração dos programas de pós-graduação com o Sistema de Bibliotecas; e
- c) regulamentação do uso das normas da ABNT na normalização dos trabalhos de conclusão de cursos.

Por fim, espera-se ter contribuído para o melhor entendimento da importância do uso das normas na apresentação das teses e dissertações, especialmente em virtude do meio em que é atualmente divulgada e para provocar discussões em torno do tema, pois como foi constatado na literatura, a normalização promove a disseminação e recuperação da informação, facilitando a comunicação científica.

Em continuidade a esta pesquisa, sugerem-se trabalhos futuros acerca da viabilidade da regulamentação do uso das normas na apresentação do trabalho científico nas instituições de ensino superior e, ainda, do impacto da visibilidade alcançada pelas teses e dissertações com o advento da BDTD, por meio das citações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Bernadete Martins; SOUZA, Guilherme Corrêa de. **More: mecanismo on-line** para elaboração de referências bibliográficas. Florianópolis, 2008. Disponível em: <www.rexlab.ufsc.br>. Acesso em: 3 jan. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT ISO/IEC Guia 2:** normalização e atividades relacionadas – vocabulário geral. Rio de Janeiro: 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520:** informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12225:** títulos de lombada. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724:** trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023:** referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024:** numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2003a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027:** sumário. Rio de Janeiro, 2003b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028:** resumos. Rio de Janeiro, 2003c.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **O que é normalização.** Rio de Janeiro, 2008a. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

BARBOSA, Arnaldo Parente Leite. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UECE, 2001.

BENTES PINTO, Virgínia; MOTA, Francisca Rosaline Leite; QUEIROZ, Nirlange Pessoa de Queiroz. A representação do conhecimento através da análise de citações: o caso da UFC. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

BERTO, Rosa Maria Villares de Souza. Novas práticas de comunicação e produção de publicações científicas. 2003. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. 1 CD-ROM.

BRASIL. Lei no 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Altera e atualiza a legislação sobre os direitos autorais e dá outras providências. **Diário [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 30 abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de educação superior**. Brasília, DF, 2007.

BUFREM, Leilah Santiago. Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para reformulação na prática. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 19-39, jan./jun. 1992.

BUNGE, Mario. **Ciência e desenvolvimento**. São Paulo: Itatiaia, 1980.

CAFÉ, Lígia. Provedores de dados, provedores de serviços e periódicos em ciência da informação, biblioteconomia e áreas afins. **Enc. Bibli: r. eletr. bibliotecon. ci. inf.**, Florianópolis, n. esp., p. 59-76, 2007.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valdares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

CAMPETTI SOBRINHO, Geraldo. **Normalização técnica e acesso à informação**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2000.

CÔRTEZ, Pedro Luiz. A importância da literatura cinzenta disponível na internet para as áreas de ciências contábeis e administração de empresas. **RBGN**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 13-22, jan./abr. 2006.

CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. Normalização de originais. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 59-63, 1973.

CUNHA, Murilo Bastos da; MCCARTHY, Estado atual das bibliotecas digitais no Brasil. In: MARCONDES, Carlos H.; KURAMOTO, Hélio; TOUTAIN, Lúcia Brandão; SAYÃO; Luís (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: UFBA: IBICT, 2006. p. 25-54.

CURTY, Marlene Gonçalves; BOCCATO, Vera Regina Casari. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 94-107, jan./jun. 2005.

CYSNE, Fátima Portela. **Normalização de dissertações e teses: critério para divulgação**. Fortaleza, 2001. Trabalho apresentado ao Fórum Nacional de Padronização e Divulgação da Produção Científica, Fortaleza, 2001.

DANTAS FILHO, João Frutuoso. **Noções básicas de normalização técnica**. Belém: Ed. UFPA, 1995.

DAY, Robert A. **Como escrever e publicar um artigo científico**. 5. ed. São Paulo: Santos, 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, Cláudia Augusto. **Comunicação científica**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://www.geocities.com/claudiaad/comunica.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

DIAS, Maria Matilde Kronka. Normas técnicas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valdares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 137-152.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FUJINO, Asa; HYODO, Tatiana. Produção e difusão do conhecimento: o potencial de contribuição da biblioteca universitária para na formação de redes acadêmicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/nucleos/pc/artigo/FUJINO%20e%20HYODO.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

FUNDAÇÃO CERTI. **O que é normalização**. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/sebraetib/hp/conceitos/normalizacao/meiocertif.html>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Ministro Fernando Haddad abre Coletiva sobre Ranking da Produção Científica**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2008.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006**. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓIS, Maria Josineide Silva. **Guia para submissão de tese e dissertação na BDTD/UFC**. Fortaleza, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. Rio de Janeiro, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://bdtd2.ibict.br/>>. Acesso em: 21 maio 2008.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. Requisitos uniformes para manuscritos submetidos a revistas biomédicas: escrever e editar para publicação biomédica. **Rev. Port. Clin. Geral**, Lisboa, v. 23, p. 778-798, 2007.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Normas ISO**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

KNIGHT, Jane. Un modelo de internacionalización: respuestas a nuevas realidades y retos. In: WIT, Hans de; JARAMILLO, Cristina; GACEL-ÁVILA, Jocelyne; KNIGHT, Jane (Ed.). **Educación superior en América Latina: la dimensión internacional**. Colombia: Mayol, 2005. p. 1-38.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 22-38, 2006.

LEMONS, Antonio Briquet. **Periódicos eletrônicos: problema ou solução**. São Pedro, 2005. Palestra pronunciada no 10º Encontro Nacional de Editores Científicos, São Pedro, 2005. Disponível em: <<http://www.briquetdelemons.com.br>>. Acesso em: 18 nov. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MEADOWS, A. J. Avaliando o desenvolvimento da comunicação eletrônica. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima (Org.). **Comunicação científica**. Brasília, DF: UnB, 2000. p. 23-34.

MEADOWS, A. J. Os periódicos científicos e a transição do meio impresso para o eletrônico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 25, n. 1, p. 5-14 jan./jun. 2001.

MELLO, Paula Maria Abrantes Cotta de. Citação bibliográfica no contexto da comunicação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 2, 5, n. 3, p. 115-122, 1996.

MENDES, Isabel Amélia Costa; MARZIALE, Maria Helena Palucci. As novas exigências da comunicação científica na era do conhecimento. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, p. 259-260, 2002.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. 2006. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valdares;

KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 21-34.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima (Org.). **Comunicação científica**. Brasília, DF: UnB, 2000.

MUGNAINI, Rogério. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional**. 2006. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NORONHA, Daisy Pires. Análise das citações de mestrado e teses de doutorado em saúde pública (1990-1994): estudo exploratório. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 66-75, 1998.

OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi; NORONHA, Daisy Pires. A comunicação científica e o meio digital. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 73-92, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, José Gerardo Beserra; LIMA, José A. Albérsio; LIMA, Almerly Cordeiro. **Manual de normas para redação e apresentação de teses, dissertações ou monografias**. Fortaleza: Ed. UFC, 1981.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Tendências da educação superior para o século XXI. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1., 1998, Paris. **Anais...** Brasília, DF, 1999. p. 25-180.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar; NORONHA, Miranda, Daisy Pires. Produção das ciências “branca” e “cinzenta” pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 98-106, 2002.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar; NORONHA, Miranda, Daisy Pires; CURRÁS, Emilia. Literatura cinzenta versus literatura branca. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p.1-10, 1995.

PRODUÇÃO científica da UFC cresce 410%. **UFC Notícias**, Fortaleza, n. 522, p. 1, 2007.

RAMALHO, F. A. *et al.* Produção científica: um enfoque centrado nas dissertações de mestrado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002. 1 CD-ROM.

RAMOS, Marcos Gonçalves. Modelos de comunicação e divulgação científicas: uma revisão de perspectivas. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 340-348, set./dez. 1994.

RIBEIRO, Célia Maria. **Da produção acadêmica à comunicação científica**: padronização como instrumento de socialização do conhecimento. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

RIBEIRO, Célia Maria; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Produtividade científica: impactos da normalização na comunicação científica. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 104-121, dez. 2006.

ROCHA, M. Q. Programa de apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos: a contribuição da biblioteca universitária na produção do conhecimento (experiência do centro universitário). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. 1 CD-ROM.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 147-156, jul./dez. 1998.

RUSSELL, Jane M. Tecnologias eletrônicas de comunicação: bônus ou ônus para os cientistas dos países em desenvolvimento? *In*: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima (Org.). **Comunicação científica**. Brasília, DF: UnB, 2000. p. 35-49.

RUSSO, Mariza; SANTOS, Eliana Taborda Garcia; SANTOS, Maria José Veloso da Costa. **Produção científica brasileira**: da comunicação à recuperação via WEB. Fortaleza, 2001. Trabalho apresentado no Fórum Nacional de Padronização e Divulgação da Produção Científica, Fortaleza, 2001.

SANTOS, G. C.; PASSOS, R. **Gerenciamento e estruturação de periódicos eletrônicos**: a experiência do periódico ETD – Educação Temática Digital da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/52.a.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Normalização de documentos institucionais. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 26, n. 3, p. 327-328, set./dez. 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TARGINO, Maria da Graças. **Comunicação científica**: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro de pós-graduação. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1998.

TARGINO, Maria da Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Apoio à elaboração do trabalho acadêmico**. Fortaleza, 2008a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufc.br/servicos.html#apoio>>. Acesso em: 20 set 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, 2008b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufc.br/servicos.html#apoio>>. Acesso em: 20 set. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Sistema de publicação eletrônica de teses e dissertações**. Fortaleza, 2008c. Disponível em: <www.ted.ufc.br>. Acesso em: 2 ago. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007. 9 v.

VICENTINI, Luiz Atilio. Gestão em bibliotecas digitais. *In*: MARCONDES, Carlos H.; KURAMOTO, Hélio; TOUTAIN, Lúdia Brandão; SAYÃO; Luís (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: UFBA: IBICT, 2006. p. 239-257.

VIEIRA, Luis Renato. Padronização, base da qualidade. **EngWhere**, São Tomás de Aquino, n. 19, 2008. Disponível em: <[HTTP://qualidadereal.com.br](http://qualidadereal.com.br)>. Acesso em: 12 jan. 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Princípios para a redação de uma dissertação ou tese**. São Paulo: USP, 2004.

VOGT, Carlos (Org.). **Cultura científica: desafios**. São Paulo: Edusp, 2006.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Publicação científica**. Botucatu: Santana, 2002.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Trabalho Nº: _____ Tipo de trabalho: Tese () Dissert ()
 Programa: _____

1 Capa			
Variáveis		Sim	Não
1	Existe capa		
2	Contém informações exigidas		
3	Correta disposição das informações		
4	Contém somente informações exigidas		
Resultado			

2 Folha de rosto			
Variáveis		Sim	Não
1	Existe folha de rosto		
2	Localização correta da folha de rosto		
3	Contém informações exigidas		
4	Correta disposição das informações		
5	Contém somente informações exigidas		
6	Existe ficha catalográfica		
Resultado			

3 Folha de aprovação			
Variáveis		Sim	Não
1	Existe folha de aprovação		
2	Localização correta da folha de aprovação		
3	Contém informações exigidas		
4	Correta disposição das informações		
5	Contém somente informações exigidas		
Resultado			

4 Resumo em língua vernácula			
Variáveis		Sim	Não
1	Existe resumo		
2	Localização correta do resumo		
3	Contém informações exigidas		
4	Contém de 150 a 500 palavras		
5	Contém palavras-chave		
6	Espacejamento correto		
7	Contém somente informações exigidas		
Resultado			

5 Resumo em língua estrangeira			
Variáveis		Sim	Não
1	Existe resumo em língua estrangeira		
2	Localização correta do resumo		
3	Contém informações exigidas		
4	Contém de 150 a 500 palavras		
5	Contém palavras-chave		
6	Espacejamento correto		
7	Contém somente informações exigidas		
Resultado			

6 Sumário			
Variáveis		Sim	Não
1	Existe sumário		
2	Localização correta do sumário		
3	Contém informações exigidas		
4	Disposição correta das informações		
5	Contém somente informações exigidas		
Resultado			

7 Referências			
Variáveis		Sim	Não
1	Existem referências		
2	Localização correta da lista de referências		
3	Referências conforme a norma		
4	Alinhamento correto		
5	Espacejamento correto		
Resultado			

8 Apresentação Gráfica			
Variáveis		Sim	Não
1	Formato correto (Fontes)		
2	Espacejamento elementos pré-textuais		
3	Espacejamento elementos textuais		
4	Espacejamento elementos pós-textuais		
5	Margens corretas		
Resultado			

9 Paginação			
Variáveis		Sim	Não
1	Existe paginação		
2	Localização correta		
3	Paginação correta		
Resultado			

10 Numeração progressiva			
Variáveis		Sim	Não
1	Existe numeração progressiva		
2	Localização correta		
3	Indicativo correto das seções		
Resultado			

11 Citações			
Variáveis		Sim	Não
1	Existe citação		
2	Citações corretas		
3	Chamadas corretas		
Resultado			

12 Ilustrações			
Variáveis		Sim	Não
1	Existem ilustrações		
2	Títulos corretos		
3	Fontes e legendas corretas		
4	Numeração correta		
Resultado			

13 Tabelas			
Variáveis		Sim	Não
1	Existem tabelas		
2	Títulos corretos		
3	Linhas de grades corretas		
4	Fontes e legendas corretas		
5	Numeração correta		
Resultado			

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AUTORES

QUESTIONÁRIO

1) Que grau de importância o senhor(a) atribui à normalização do trabalho acadêmico?

Muito importante () Pouco importante () Sem nenhuma importância ()

Comentários _____

2) Dos elementos descritos abaixo, quais mereceram maior atenção no momento da preparação da apresentação final da sua tese/dissertação?

- | | |
|--------------------------------------|------------------------------|
| () Capa | () Apresentação gráfica |
| () Folha de rosto | () Paginação |
| () Folha de Aprovação | () Numeração progressiva |
| () Resumo em língua vernácula | () Citações |
| () Resumo em língua estrangeiras | () Tabelas |
| () Sumário | () Ilustrações |
| () Referências | |

Comentários _____

3) Que instrumentos (normas, manuais, guias...) o senhor(a) utilizou para normalizar sua tese/dissertação?

ABNT ()

Vancouver ()

Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC ()

Manuais de normalização de outras universidades () Qual? _____

Outras teses e dissertações ()

Material fornecido pelo programa de pós-graduação ()

Outros () Quais? _____

Comentários _____

4) Que tipo de recursos disponibilizados pela UFC o senhor(a) utilizou para a normalização da sua tese/dissertação?

Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC ()

Correção das referências pelo bibliotecário ()

Orientações do bibliotecário ()

Aulas de normalização ofertadas pela biblioteca ()

Elaboração da ficha catalográfica ()

Comentários _____

5) Qual a posicionamento do seu orientador em relação a normalização da sua tese/dissertação?

Muito exigente () Pouco exigente () Deixou a seu critério ()

Comentários _____

6) Como a banca examinadora se posicionou em relação à normalização da sua tese/dissertação?

Teceu muitas observações ()

Teceu poucas observações ()

Não teceu nenhuma observação ()

O senhor(a) poderia citar pelo menos uma dessas observações?

7) Como o senhor(a) avalia a normalização da sua tese/dissertação?

Excelente () Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente ()

Comentários _____

8) Qual a maior dificuldade que o senhor(a) encontrou para normalizar a sua tese/dissertação?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ORIENTADORES

QUESTIONÁRIO

1) Que grau de importância o(a) senhor(a) atribui à normalização das teses e dissertações?

Muito importante () Pouco importante () Sem nenhuma importância ()

Comentários _____

2) Dos elementos descritos abaixo, quais o(a) senhor(a) considera mais importante na apresentação de teses e dissertações?

- | | |
|--------------------------------------|------------------------------|
| () Capa | () Apresentação gráfica |
| () Folha de rosto | () Paginação |
| () Folha de Aprovação | () Numeração progressiva |
| () Resumo em língua vernácula | () Citações |
| () Resumo em língua estrangeiras | () Tabelas |
| () Sumário | () Ilustrações |
| () Referências | |

Comentários _____

3) Que instrumentos (normas, manuais, guias...) o(a) senhor(a) indica para normalização das teses/dissertações de seus orientandos?

ABNT ()

Vancouver ()

Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC ()

Manuais de normalização de outras universidades () Qual? _____

Outras teses e dissertações ()

Material fornecido pelo programa de pós-graduação ()

Outros () Quais? _____

Comentários _____

4) Quais recursos disponibilizados pelas bibliotecas da UFC, o(a) senhor(a) costuma recomendar para seus orientandos?

Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC ()

Correção das referências pelo bibliotecário ()

Orientações do bibliotecário ()

Aulas de normalização ofertadas pela biblioteca ()

Elaboração da ficha catalográfica ()

Comentários _____

5) Em geral qual o posicionamento dos seus orientandos em relação à normalização?

Acatam todas as orientações ()

Não acatam as orientações ()

São indiferentes ()

Comentários _____

APÊNDICE D – TABELA GERAL DE NORMALIZAÇÃO

Teses e dissertações	Programa de Pós-graduação	Tipo	Capa	Folha de rosto	Folha de aprovação	Resumo	Resumo ling. estr.	Sumário	Referências	Apresentação gráfica	Paginação	Numeração progressiva	Citações	Ilustrações	Tabelas	Normalizadas	Não normalizadas	Norm. %	Não %
1	Tecnol. de Alimentos	Dissert.	1	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0		5	7	41,7	58,3
2	Tecnol. de Alimentos	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	11	15,4	84,6
3	Tecnol. de Alimentos	Dissert.	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	7	6	53,8	46,2
4	Tecnol. de Alimentos	Dissert.	1	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	6	7	46,2	53,8
5	Tecnol. de Alimentos	Dissert.	1	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	8	5	61,5	38,5
6	Tecnol. de Alimentos	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	5	8	38,5	61,5
7	Tecnol. de Alimentos	Dissert.	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	5	8	38,5	61,5
8	Tecnol. de Alimentos	Dissert.	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	4	9	30,8	69,2
9	Tecnol. de Alimentos	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	4	9	30,8	69,2
10	Microbiologia	Dissert.	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	4	9	30,8	69,2
11	Microbiologia	Dissert.	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	9	4	69,2	30,8
12	Agronomia/Fitotecnia																		
13	Agronomia/Fitotecnia	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	4	9	30,8	69,2
14	Bioquímica	Tese	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1			5	6	45,5	54,5
15	Cirurgia	Tese	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	5	8	38,5	61,5
16	Cirurgia	Dissert.	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	10	23,1	76,9
17	Des.e Meio Ambiente	Dissert.	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	6	7	46,2	53,8
18	Economia	Dissert.	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	7	6	53,8	46,2
19	Economia	Dissert.	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	10	23,1	76,9
20	Economia	Dissert.	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	4	9	30,8	69,2
21	Economia	Dissert.	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	11	15,4	84,6
22	Economia	Dissert.	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	7	6	53,8	46,2
23	Economia Rural	Dissert.	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	5	8	38,5	61,5
24	Economia Rural	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	6	7	46,2	53,8
25	Economia Rural	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	11	15,4	84,6
26	Economia Rural	Dissert.	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	7	6	53,8	46,2
27	Economia Rural	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	12	7,7	92,3
28	Economia Rural	Dissert.	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	9	4	69,2	30,8
29	Enfermagem	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	100
30	Enfermagem	Dissert.	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	5	8	38,5	61,5
31	Enfermagem	Tese	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	11	15,4	84,6
32	Enfermagem	Tese	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	11	15,4	84,6
33	Enfermagem																		
34	Enfermagem	Dissert.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		2	10	16,7	83,3
35	Enfermagem	Tese	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	5	8	38,5	61,5
36	Enfermagem	Tese	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	5	8	38,5	61,5
37	Enfermagem	Dissert.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	10	23,1	76,9
38	Engenharia Civil	Dissert.	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3	10	23,1	76,9
39	Engenharia Civil	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	12	7,7	92,3
40	Engenharia Civil	Dissert.	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	5	8	38,5	61,5
41	Engenharia Civil	Dissert.	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	10	23,1	76,9
42	Engenharia Civil	Tese	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	11	15,4	84,6
43	Engenharia Civil	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	11	15,4	84,6
44	Engenharia Civil	Dissert.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	10	23,1	76,9
45	Engenharia Civil	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		1	11	8,3	91,7
46	Engenharia Civil	Dissert.	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	10	23,1	76,9
47	Engenharia Civil	Tese	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	6	7	46,2	53,8
48	Farmacologia	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	12	7,7	92,3
49	Farmacologia	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	11	15,4	84,6
50	Farmacologia	Tese	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	10	23,1	76,9

TABELA GERAL DE NORMALIZAÇÃO cont.

Teses e dissertações	Programa	Tipo	Capa	Folha de rosto	Folha de aprovação	Resumo	Resumo ling. estr.	Sumário	Referências	Apresentação gráfica	Paginação	Numeração progressiva	Citações	Ilustrações	Tabelas	Normalizadas	Não normalizadas	%	%
51	Farmacologia	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	10	23,1	76,9
52	Farmacologia	Tese	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	12	7,7	92,3
53	Farmacologia	Tese	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	4	9	30,8	69,2
54	Farmacologia	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11	8,3	91,7
55	Farmacologia	Tese	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	100
56	Farmacologia	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	4	9	30,8	69,2
57	Farmacologia	Tese	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	11	15,4	84,6
58	Farmacologia	Dissert.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	11	15,4	84,6
59	Farmacologia	Tese	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	10	23,1	76,9
60	Farmacologia	Tese	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	11	15,4	84,6
61	Farmacologia	Tese	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	11	15,4	84,6
62	Física	Dissert.	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	11	15,4	84,6
63	Física	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	100
64	Física	Tese	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3	10	23,1	76,9
65	Física	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	100
66	Física	Tese	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	3	10	23,1	76,9
67	Física	Dissert.	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	10	23,1	76,9
68	Física	Tese	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	10	16,7	83,3
69	Física	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	11	15,4	84,6
70	Física	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	3	10	23,1	76,9
71	Linguística	Tese	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	12	7,7	92,3
72	Odontologia	Dissert.	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	5	8	38,5	61,5
73	Psicologia	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	100
74	Psicologia	Dissert.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	10	16,7	83,3
75	Psicologia	Dissert.	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	10	23,1	76,9
76	Psicologia	Dissert.	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4	8	33,3	66,7
77	Psicologia	Dissert.	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	9	25	75
78	Psicologia																		
79	Psicologia	Dissert.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	9	18,2	81,8
80	Química Inorgânica	Tese	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	11	15,4	84,6
81	Química Inorgânica	Tese	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	10	16,7	83,3
82	Química Inorgânica	Tese	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	3	10	23,1	76,9
83	Química Inorgânica	Tese	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	6	7	46,2	53,8
84	Química Inorgânica	Dissert.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	3	10	23,1	76,9
85	Química Orgânica	Tese	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	11	15,4	84,6
86	Química Orgânica	Tese	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	5	8	38,5	61,5
87	Saúde Pública	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	4	7	36,4	63,6
88	Tocoginecologia	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	6	7	46,2	53,8
89	Zootecnia	Dissert.	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	5	8	38,5	61,5
90	Geologia Ambiental	Dissert.	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	7	6	53,8	46,2
Normalizadas			53	25	23	20	19	5	5	2	34	24	21	36	34	301	813	27,0	73,0

Sim = 1 / Não = 0

APÊNDICE E – TABELAS DA ANÁLISE DOS ELEMENTOS

1 CAPA

Teses e dissertações	Existe capa	Contém informações exigidas	Correta disposição das informações	Contém somente inform. necessárias	Normalizada
1	1	1	1	1	1
2	1	1	0	1	0
3	1	1	1	1	1
4	1	1	1	1	1
5	1	1	1	1	1
6	1	1	1	1	1
7	1	1	1	1	1
8	1	1	1	1	1
9	1	1	1	1	1
10	1	1	1	1	1
11	1	1	1	1	1
12					
13	1	1	1	1	1
14	1	1	1	1	1
15	1	1	1	1	1
16	1	1	1	1	1
17	1	1	1	0	0
18	1	1	1	1	1
19	1	1	1	1	1
20	1	1	1	1	1
21	1	1	0	1	0
22	1	1	1	1	1
23	1	1	0	0	0
24	1	1	1	1	1
25	1	1	0	1	0
26	1	1	1	1	1
27	1	1	1	0	0
28	1	1	1	1	1
29	1	1	0	0	0
30	1	1	1	1	1
31	1	1	0	1	0
32	1	1	1	1	1
33					
34	1	1	1	1	1
35	1	1	1	1	1
36	1	1	1	1	1
37	1	1	0	1	1
38	1	1	0	1	0
39	1	1	0	1	0
40	1	1	1	1	1
41	1	1	1	1	1
42	1	1	0	1	0
43	1	1	0	1	0
44	1	1	1	1	1
45	1	1	0	1	0
46	1	1	1	1	1
47	1	1	1	1	1
48	1	1	0	1	0
49	1	1	1	1	1
50	1	1	0	1	0
51	1	1	1	1	1
52	1	1	1	0	0
53	1	1	1	1	1
54	1	1	0	1	0
55	1	1	1	0	0
56	1	1	1	1	1
57	0	0	0	0	0
58	1	1	1	1	1
59	1	1	1	1	1
60	1	1	1	1	1
61	1	1	1	1	1
62	1	1	0	0	0
63	1	1	1	0	0
64	1	1	1	1	1
65	1	1	1	0	0
66	1	1	1	0	0
67	1	1	1	1	1
68	1	1	0	0	0
69	1	1	1	0	0
70	1	1	1	0	0
71	1	1	0	0	0
72	1	1	1	1	1
73	1	1	0	0	0
74	1	1	1	1	1
75	1	1	1	1	1
76	1	1	1	1	1
77	1	1	1	1	1
78					
79	1	1	1	1	1
80	1	1	0	0	0
81	0	0	0	0	0
82	1	1	0	0	0
83	1	1	1	1	1
84	1	1	0	1	0
85	1	1	0	1	0
86	1	1	0	0	0
87	1	1	1	0	1
88	1	1	1	0	1
89	1	1	1	0	1
90	1	1	1	0	1
Total normalizado	85	85	61	63	53

Sim = 1 / Não = 0

2 FOLHA DE ROSTO

Trabalho	Existe folha de rosto	Localização correta Da folha de rosto	Contém inform. exigidas	Correta disposição informações	Contém somente inform. necessárias	Existe ficha catalográfica	Normalizada
1	1	1	1	1	1	1	1
2	1	1	1	0	1	0	0
3	1	1	1	1	1	0	1
4	1	1	1	1	1	1	1
5	1	0	1	1	1	0	0
6	1	1	1	1	1	1	1
7	1	1	1	1	1	0	0
8	1	1	1	1	1	0	0
9	1	1	1	1	1	1	1
10	1	1	1	1	1	0	0
11	1	1	1	1	1	0	0
12							
13	1	1	1	1	1	1	1
14	1	1	1	1	1	0	0
15	1	1	1	1	1	1	1
16	1	1	0	1	1	1	0
17	1	1	1	0	1	1	0
18	1	1	1	1	1	0	0
19	1	1	1	1	1	0	0
20	1	1	1	1	1	0	0
21	1	1	1	0	0	0	0
22	1	1	1	1	1	0	0
23	1	1	1	1	1	1	1
24	1	1	1	1	1	1	1
25	1	1	1	0	1	0	0
26	1	1	1	1	1	1	1
27	1	1	1	1	0	1	0
28	1	1	1	1	1	1	1
29	1	1	1	0	0	1	0
30	1	1	1	1	1	0	0
31	1	1	1	1	0	0	0
32	1	1	1	1	1	1	1
33							
34	1	1	1	1	1	0	0
35	1	1	1	1	1	1	1
36	1	1	0	1	1	1	0
37	1	1	1	0	0	1	0
38	1	1	1	1	1	0	0
39	1	1	1	0	0	0	0
40	1	1	1	1	1	0	0
41	1	1	1	1	1	0	0
42	1	1	1	0	1	0	0
43	1	1	1	0	1	0	0
44	1	1	1	1	1	0	0
45	1	1	1	0	0	0	0
46	1	1	1	1	1	0	0
47	1	1	1	1	1	0	0
48	1	1	0	0	1	0	0
49	1	1	1	1	1	1	1
50	1	1	1	1	1	1	1
51	1	1	1	1	1	1	1
52	1	1	1	1	0	0	0
53	1	0	1	1	1	1	0
54	1	1	1	1	1	0	0
55	1	1	1	0	0	1	0
56	1	1	1	1	1	1	1
57	1	1	0	0	1	1	0
58	1	1	1	0	1	0	0
59	1	1	1	1	1	1	1
60	1	1	1	1	1	0	0
61	1	1	1	1	1	0	0
62	1	1	1	0	0	0	0
63	1	1	1	0	0	0	0
64	1	1	1	1	1	0	0
65	1	1	1	0	0	0	0
66	1	0	1	0	0	1	0
67	1	1	1	0	1	1	0
68	1	1	1	0	0	0	0
69	1	1	1	0	0	0	0
70	1	1	1	0	0	0	0
71	1	1	1	0	1	0	0
72	1	1	1	1	1	1	1
73	1	1	1	0	0	1	0
74	1	1	1	1	1	0	0
75	1	1	1	1	1	0	0
76	1	1	1	0	1	0	0
77	1	1	1	1	1	0	0
78							
79	1	1	1	1	0	0	0
80	1	1	1	0	0	1	0
81	1	1	1	0	0	0	0
82	1	1	0	0	1	1	0
83	1	1	1	1	1	1	1
84	1	1	1	0	0	0	0
85	1	1	1	1	1	1	1
86	1	1	1	0	0	1	0
87	1	1	1	1	1	1	1
88	1	1	1	1	1	1	1
89	1	1	1	1	1	1	1
90	1	1	1	1	1	1	1
Total normalizado	87	84	82	57	65	39	25

Sim = 1 / Não = 0

3 FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese ou dissertação	Existe folha de rosto	Localização correta da folha de aprovação	Contém informações exigidas	Correta disposição das informações	Contém somente inform. necessárias	Normalizada
1	1	1	1	0	1	0
2	1	1	1	0	0	0
3	1	1	0	0	1	0
4	1	1	1	1	1	1
5	1	1	1	0	0	0
6	1	1	1	0	0	0
7	1	1	1	1	1	1
8	1	1	0	0	0	0
9	1	1	1	0	0	0
10	1	1	1	1	1	1
11	1	1	1	1	1	1
12						
13	1	1	1	0	1	0
14	1	1	1	1	1	1
15	1	1	1	0	1	0
16	1	1	1	1	1	1
17	1	1	1	0	0	0
18	1	1	1	1	1	1
19	1	1	1	1	1	1
20	1	1	1	0	0	0
21	1	1	0	0	1	0
22	1	1	1	1	1	1
23	1	1	1	1	1	1
24	1	1	1	0	1	0
25	1	1	0	0	1	0
26	1	1	1	0	1	0
27	1	1	1	0	0	0
28	1	1	1	1	1	1
29	1	1	0	0	1	0
30	1	1	1	1	1	1
31	1	1	1	1	0	0
32	1	1	0	0	1	0
33						
34	1	1	1	0	1	0
35	1	1	1	1	1	1
36	1	1	1	0	1	0
37	1	1	0	0	1	0
38	1	1	1	0	1	0
39	1	1	1	0	0	0
40	1	1	1	1	1	1
41	0	0	0	0	0	0
42	1	1	0	0	1	0
43	1	1	1	0	0	0
44	1	1	0	0	1	0
45	1	1	0	0	0	0
46	1	1	1	1	1	1
47	1	1	1	0	1	0
48	1	1	1	0	0	0
49	1	1	1	0	1	0
50	1	1	1	1	1	1
51	1	1	1	0	0	0
52	1	1	1	0	1	0
53	1	1	1	1	1	1
54	1	1	1	1	0	0
55	1	1	0	0	1	0
56	1	1	1	0	1	0
57	1	1	1	1	1	1
58	1	1	1	0	1	0
59	1	1	1	0	0	0
60	1	1	1	0	1	0
61	1	1	1	0	1	0
62	1	1	1	1	1	1
63	1	1	0	0	1	0
64	0	0	0	0	0	0
65	1	1	0	0	1	0
66	1	1	0	0	1	0
67	1	1	1	1	1	1
68	1	1	0	0	1	0
69	1	1	0	0	1	0
70	1	1	1	1	0	0
71	1	1	0	0	0	0
72	0	0	0	0	0	0
73	1	1	0	0	1	0
74	1	1	0	1	1	0
75	1	1	1	1	1	1
76	1	1	1	1	1	1
77	1	1	0	0	0	0
78						
79	1	1	0	0	0	0
80	0	0	0	0	0	0
81	1	1	0	0	0	0
82	0	0	0	0	0	0
83	1	1	1	0	0	0
84	1	1	0	0	0	0
85	0	0	0	0	0	0
86	1	1	1	1	1	1
87	1	1	1	0	1	0
88	1	1	1	0	1	0
89	0	0	0	0	0	0
90	1	1	1	0	1	0
Total normalizado	80	80	57	27	57	23

Sim=1 / Não=0

4 RESUMO EM LÍNGUA VERNÁCULA

Tese ou dissertação	Existe resumo	Localização correta do resumo	Contém inform. exigidas	Contém de 150 a 500 palavras	Palavras-chaves	Espacejamento correto	Contém somente inform. necessárias	Normalizado
1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	1	0	1	1	1	1	1	0
3	1	1	1	1	1	1	1	1
4	1	0	1	1	1	0	0	0
5	1	1	1	1	1	1	1	1
6	1	1	1	1	1	0	1	0
7	1	1	1	0	1	1	1	0
8	1	1	1	0	1	0	1	0
9	1	1	1	1	1	0	1	0
10	1	1	1	1	1	0	1	0
11	1	1	1	1	1	1	1	1
12								
13	1	1	1	1	1	0	1	0
14	1	1	1	1	1	1	1	1
15	1	1	1	1	1	0	1	1
16	1	1	1	1	1	0	0	0
17	1	1	1	1	1	0	1	0
18	1	1	1	1	1	1	1	1
19	1	1	1	1	1	0	1	0
20	1	1	1	1	1	1	1	1
21	1	1	1	1	1	1	1	1
22	1	1	1	1	1	0	1	0
23	1	1	1	1	1	0	1	0
24	1	1	1	1	1	0	1	0
25	1	0	1	1	1	1	1	0
26	1	1	1	1	1	0	1	0
27	1	1	1	1	1	0	1	0
28	1	1	1	1	1	1	1	1
29	1	1	1	1	1	0	1	0
30	1	1	1	0	1	0	1	0
31	1	1	1	0	1	1	0	0
32	1	1	1	1	1	0	0	0
33								
34	1	0	1	1	1	0	1	0
35	1	1	1	1	1	0	1	0
36	1	1	1	1	1	0	1	0
37	1	1	1	1	1	0	0	0
38	1	1	1	1	1	1	1	1
39	1	0	0	1	0	1	1	0
40	1	1	1	1	1	0	1	0
41	1	1	1	1	1	1	1	1
42	1	1	1	1	1	1	1	1
43	1	0	0	1	0	1	1	0
44	1	1	1	1	1	0	1	0
45	1	1	1	1	1	0	1	0
46	1	1	1	1	1	0	1	0
47	1	1	1	1	1	1	1	1
48	1	0	1	1	1	1	0	0
49	1	1	1	1	1	0	1	0
50	1	0	0	1	1	0	0	0
51	1	1	1	1	1	0	0	0
52	1	1	1	1	0	0	1	0
53	1	1	1	1	1	1	0	0
54	1	1	1	0	1	1	0	0
55	1	0	1	0	1	1	1	0
56	1	1	1	1	1	0	1	0
57	1	0	1	1	0	0	0	0
58	1	1	1	1	1	0	0	0
59	1	1	0	0	0	0	0	0
60	1	1	0	1	1	0	0	0
61	1	1	1	1	1	0	0	0
62	1	1	1	1	0	0	1	0
63	1	1	1	1	0	0	0	0
64	1	1	1	1	1	0	1	0
65	1	1	0	1	0	0	1	0
66	1	1	0	0	0	0	1	0
67	1	1	0	1	0	0	1	0
68	1	1	1	0	0	0	1	0
69	1	1	0	1	0	0	1	0
70	1	1	1	1	0	0	1	0
71	1	0	1	1	1	1	1	0
72	1	1	1	1	1	1	1	1
73	1	0	1	1	1	0	1	0
74	1	1	1	1	1	0	1	0
75	1	1	1	0	0	0	1	0
76	1	1	1	1	1	1	1	1
77	1	1	1	1	1	1	1	1
78								
79	1	1	1	1	1	0	1	0
80	1	0	0	0	0	1	1	0
81	1	1	0	1	0	1	1	0
82	1	1	1	1	1	1	1	1
83	1	1	1	1	1	1	1	1
84	1	0	0	1	0	0	1	0
85	1	0	0	1	0	1	1	0
86	1	0	0	1	0	1	1	0
87	1	1	1	1	1	0	1	0
88	1	1	1	1	1	0	1	0
89	1	1	1	1	1	1	0	0
90	1	1	1	1	1	1	1	1
Total normalizado	87	71	73	76	67	36	70	20

Sim = 1 / Não = 0

5 RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Tese ou dissertação	Existe resumo em língua estrangeira	Localização correta do resumo	Contém inform. exigidas	Contém de 150 a 500 palavras	Contém palavras-chave	Espaçamento correto	Contém somente inform. necessárias	Normalizado
1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	1	0	1	1	1	1	1	0
3	1	1	1	1	1	1	1	1
4	1	0	1	1	1	0	0	0
5	1	1	1	1	1	1	1	1
6	1	1	1	1	1	0	1	0
7	1	1	1	0	1	1	1	0
8	1	1	1	0	1	0	1	0
9	1	1	1	1	1	0	1	0
10	1	1	1	1	1	0	1	0
11	1	1	1	1	1	1	1	1
12								
13	1	1	1	1	1	0	1	0
14	1	1	1	1	1	1	1	1
15	1	1	1	1	1	0	1	1
16	1	1	1	1	1	0	0	0
17	1	1	1	1	1	0	1	0
18	1	1	1	1	1	1	1	1
19	1	1	1	1	1	0	1	0
20	1	1	1	1	1	1	1	1
21	1	1	1	1	1	1	1	1
22	1	1	1	1	1	0	1	0
23	1	1	1	1	1	0	1	0
24	1	1	1	1	1	0	1	0
25	1	0	1	1	1	1	1	0
26	1	1	1	1	1	0	1	0
27	1	1	1	1	1	0	1	0
28	1	1	1	1	1	1	1	1
29	1	1	1	1	1	0	1	0
30	1	1	1	0	1	0	1	0
31	1	1	1	0	1	1	0	0
32	1	1	1	1	1	0	0	0
33								
34	1	0	1	1	1	0	1	0
35	1	1	1	1	1	0	1	0
36	1	1	1	1	1	0	1	0
37	1	1	1	1	1	0	0	0
38	1	1	1	1	1	1	1	1
39	1	0	0	1	0	1	1	0
40	1	1	1	1	1	0	1	0
41	1	1	1	1	1	1	1	1
42	1	1	1	1	0	1	1	0
43	1	0	0	1	0	1	1	0
44	1	1	1	1	1	0	1	0
45	1	1	1	1	0	1	1	0
46	1	1	1	1	1	0	1	0
47	1	1	1	1	1	1	1	1
48	1	0	1	1	1	1	0	0
49	1	1	1	1	1	0	1	0
50	1	0	0	1	1	0	0	0
51	1	1	1	1	1	0	0	0
52	1	1	1	1	0	0	1	0
53	1	1	1	1	1	1	0	0
54	1	1	1	0	1	1	0	0
55	1	0	1	0	1	1	1	0
56	1	1	1	1	1	0	1	0
57	1	0	1	1	0	0	0	0
58	1	1	1	1	1	0	0	0
59	1	1	0	0	0	0	0	0
60	1	1	0	1	1	0	0	0
61	1	1	1	1	1	0	0	0
62	1	1	1	1	0	0	1	0
63	1	1	1	1	0	0	0	0
64	1	1	1	1	1	0	1	0
65	1	1	0	1	0	0	1	0
66	1	1	0	0	0	0	1	0
67	1	1	0	1	0	0	1	0
68	1	1	1	0	0	0	1	0
69	1	1	0	1	0	0	1	0
70	1	1	1	1	0	0	1	0
71	1	0	1	1	1	1	1	0
72	1	1	1	1	1	1	1	1
73	1	0	1	1	1	0	1	0
74	1	1	1	0	1	0	1	0
75	1	1	1	0	0	0	1	0
76	1	1	1	1	1	1	1	1
77	1	1	1	1	1	1	1	1
78								
79	1	1	1	1	1	0	1	0
80	1	0	0	0	0	1	1	0
81	1	1	0	1	0	1	1	0
82	1	1	1	1	1	1	1	1
83	1	1	1	1	1	1	1	1
84	1	0	0	1	0	0	1	0
85	1	0	0	1	0	1	1	0
86	1	0	0	1	0	1	1	0
87	1	1	1	1	1	0	1	0
88	1	1	1	1	1	0	1	0
89	1	1	1	1	1	1	0	0
90	1	1	1	1	1	1	1	1
Total normalizado	87	71	73	76	66	36	70	19

Sim = 1 / Não = 0

6 SUMÁRIO

Tese ou dissertação	Existe sumário	Localização correta do sumário	Contém informações exigidas	Disposição correta das informações	Contém somente inform. necessárias	Normalizado
1	1	1	1	1	0	0
2	1	0	1	0	0	0
3	1	0	1	0	1	0
4	1	0	1	0	0	0
5	1	1	1	1	1	1
6	1	1	1	0	1	0
7	1	1	1	0	1	0
8	1	1	1	1	1	1
9	1	1	1	0	1	0
10	1	1	1	0	1	0
11	0	0	0	0	0	0
12						
13	1	1	1	0	1	0
14	1	1	1	0	0	0
15	1	1	1	0	0	0
16	1	1	1	0	0	0
17	1	1	1	1	1	1
18	1	1	1	0	1	0
19	1	1	1	0	1	0
20	1	1	1	0	1	0
21	1	1	1	0	0	0
22	1	1	1	0	1	0
23	1	1	1	0	1	0
24	1	1	1	0	0	0
25	1	0	1	0	0	0
26	1	1	1	1	1	1
27	1	1	1	0	1	0
28	1	1	1	1	1	1
29	1	1	1	0	0	0
30	1	1	1	0	1	0
31	1	1	1	0	0	0
32	1	1	0	0	1	0
33						
34	1	0	0	0	1	0
35	1	1	1	0	1	0
36	1	1	1	0	1	0
37	1	1	1	0	1	0
38	1	1	1	0	0	0
39	1	0	0	1	1	0
40	1	1	1	0	1	0
41	1	1	1	0	1	0
42	1	0	1	0	1	0
43	1	0	1	1	0	0
44	1	0	1	0	1	0
45	1	1	1	0	1	0
46	1	1	1	0	0	0
47	0	0	0	0	0	0
48	1	0	1	0	0	0
49	1	1	1	0	0	0
50	0	0	0	0	0	0
51	1	1	1	0	1	0
52	1	1	1	0	1	0
53	1	1	1	0	1	0
54	1	1	1	0	1	0
55	0	0	0	0	0	0
56	1	1	1	0	1	0
57	1	0	1	0	0	0
58	1	1	1	0	0	0
59	1	1	1	0	1	0
60	1	1	1	0	1	0
61	1	1	1	0	1	0
62	1	1	1	0	0	0
63	1	0	1	0	0	0
64	1	1	1	0	1	0
65	1	0	1	0	0	0
66	1	0	1	0	0	0
67	0	0	0	0	0	0
68	1	0	1	0	0	0
69	1	0	1	0	0	0
70	1	1	1	0	0	0
71	1	0	1	0	0	0
72	1	1	0	0	1	0
73	1	0	1	0	0	0
74	1	1	1	0	1	0
75	1	1	1	0	1	0
76	1	1	1	0	1	0
77	1	1	1	0	1	0
78						
79	1	1	1	0	1	0
80	1	1	1	0	1	0
81	0	0	0	0	0	0
82	1	0	1	0	0	0
83	1	1	1	0	0	0
84	1	1	1	0	1	0
85	1	0	1	0	0	0
86	1	0	1	0	0	0
87	1	1	1	0	1	0
88	1	1	1	0	1	0
89	1	1	1	0	0	0
90	1	1	1	1	0	0
Total normalizado	81	60	77	9	48	5

Sim = 1 / Não = 0

7 REFERÊNCIAS

Teses e dissertações	Existem referências	Localização correta da lista de referências	Referências de conformem a norma	Alinhamento correto	Espacejamento correto	Normalizadas
1	1	1	1	0	1	0
2	1	1	0	0	0	0
3	1	1	0	1	1	0
4	1	1	1	1	1	1
5	1	1	1	1	1	1
6	1	1	0	0	1	0
7	1	1	0	0	0	0
8	1	1	0	1	1	0
9	1	1	0	0	1	0
10	1	1	1	1	1	1
11	1	1	0	0	1	0
12						
13	1	1	0	0	0	0
14	1	0	1	0	0	0
15	1	1	1	1	0	0
16	1	1	1	0	1	0
17	1	1	0	1	0	0
18	1	1	0	0	1	0
19	1	1	0	0	0	0
20	1	1	0	0	1	0
21	1	1	0	0	0	0
22	1	1	0	0	1	0
23	1	1	0	0	0	0
24	1	1	0	0	1	0
25	1	1	0	0	0	0
26	1	1	0	0	1	0
27	1	1	0	0	0	0
28	1	1	0	0	0	0
29	1	1	0	0	0	0
30	1	1	0	0	1	0
31	1	1	0	0	0	0
32	1	1	0	0	1	0
33						
34	1	1	1	0	1	0
35	1	1	1	0	1	0
36	1	1	0	0	1	0
37	1	1	0	0	1	0
38	1	1	0	0	1	0
39	1	1	0	0	1	0
40	1	1	0	0	1	0
41	1	1	0	0	0	0
42	1	1	0	1	1	0
43	1	1	0	0	0	0
44	1	1	0	0	1	0
45	1	1	0	0	1	0
46	1	1	0	0	1	0
47	1	1	0	0	1	0
48	1	1	0	0	0	0
49	1	1	0	0	1	0
50	1	1	0	0	0	0
51	1	1	0	0	0	0
52	1	1	0	0	0	0
53	1	1	0	0	0	0
54	1	1	0	0	0	0
55	1	1	0	0	0	0
56	1	1	0	0	0	0
57	1	1	0	0	1	0
58	1	1	0	0	0	0
59	1	1	0	0	0	0
60	1	1	0	0	1	0
61	1	1	1	1	1	1
62	1	1	0	1	1	0
63	1	0	0	0	1	0
64	1	1	0	0	1	0
65	1	1	0	0	1	0
66	1	1	0	0	1	0
67	1	1	0	0	0	0
68	1	1	0	0	1	0
69	1	1	0	1	0	0
70	1	0	0	0	1	0
71	1	1	0	0	1	0
72	1	1	1	0	0	0
73	1	1	0	1	1	0
74	1	1	0	0	0	0
75	1	1	0	0	0	0
76	1	1	0	0	0	0
77	1	1	0	0	1	0
78						
79	1	1	0	0	1	0
80	1	0	0	0	1	0
81	1	1	0	0	0	0
82	1	1	0	0	0	0
83	1	1	0	0	0	0
84	1	1	0	0	0	0
85	1	1	0	0	0	0
86	1	1	1	1	1	1
87	1	1	1	0	1	0
88	1	1	1	0	1	0
89	1	1	0	0	1	0
90	1	1	0	1	1	0
Total normalizado	87	83	14	14	50	5

Sim = 1 / Não = 0

8 APRESENTAÇÃO GRÁFICA

Tese ou dissertação	Formato correto (Fontes)	Espacejamento dos elem. pré-textuais correto	Espacejamento dos elem. textuais correto	Espacejamento dos elem. pós-textuais correto	Margens corretas	Normalizada
1	1	1	1	1	1	1
2	0	0	1	1	1	0
3	1	0	1	1	0	0
4	1	0	1	1	1	0
5	1	0	1	1	1	0
6	1	0	1	1	1	0
7	1	1	1	0	1	0
8	1	0	1	0	1	0
9	1	0	0	1	1	0
10	0	0	0	1	1	0
11	1	1	1	1	1	1
12						
13	1	0	1	0	1	0
14	0	1	1	0	1	0
15	0	1	1	1	0	0
16	0	0	1	1	1	0
17	1	0	1	0	1	0
18	1	1	0	0	1	0
19	1	0	1	0	1	0
20	0	1	1	0	0	0
21	0	0	1	0	0	0
22	0	0	1	1	1	0
23	0	0	1	0	1	0
24	1	0	1	1	1	0
25	1	1	1	0	1	0
26	1	0	1	1	1	0
27	1	0	1	0	1	0
28	1	1	1	0	0	0
29	0	0	1	0	1	0
30	0	0	1	1	1	0
31	0	1	1	0	1	0
32	0	0	0	1	0	0
33						
34	0	0	1	1	1	0
35	0	0	1	1	1	0
36	0	0	1	1	1	0
37	0	0	1	1	0	0
38	0	0	1	1	0	0
39	0	0	0	0	0	0
40	0	0	1	1	1	0
41	1	1	1	0	1	0
42	1	1	1	1	0	0
43	1	0	1	0	1	0
44	1	0	1	1	1	0
45	1	0	1	1	0	0
46	1	0	1	1	1	0
47	0	0	1	1	1	0
48	0	0	0	0	0	0
49	0	1	0	1	1	0
50	0	1	1	1	0	0
51	0	0	1	0	1	0
52	0	0	0	0	0	0
53	0	1	1	1	0	0
54	0	0	1	0	1	0
55	0	0	1	0	1	0
56	0	0	0	1	1	0
57	1	0	1	1	1	0
58	1	0	0	0	0	0
59	0	0	0	0	1	0
60	0	0	1	0	0	0
61	0	0	1	1	0	0
62	0	0	1	1	1	0
63	0	1	0	1	1	0
64	0	0	1	1	1	0
65	0	0	1	1	1	0
66	0	0	1	1	1	0
67	0	0	1	0	0	0
68	0	0	1	1	1	0
69	0	0	1	1	1	0
70	0	0	1	0	1	0
71	0	1	1	0	1	0
72	0	1	1	0	1	0
73	0	0	1	0	0	0
74	0	0	0	0	0	0
75	0	0	1	1	1	0
76	0	1	1	0	1	0
77	0	1	1	0	1	0
78						
79	0	0	1	1	0	0
80	0	1	1	1	0	0
81	1	1	1	0	0	0
82	0	0	1	1	0	0
83	1	0	1	0	1	0
84	0	1	1	0	0	0
85	0	0	1	0	1	0
86	0	1	1	0	0	0
87	0	0	1	1	1	0
88	0	0	1	1	1	0
89	0	0	1	1	0	0
90	0	0	1	0	1	0
Total Normalizadas	28	24	74	47	59	2

Sim = 1 / Não = 0

9 PAGINAÇÃO

Tese ou dissertação	Existe paginação	Localização correta	Paginação correta	Normalizada
1	1	0	0	0
2	1	0	0	0
3	1	1	1	1
4	1	1	1	1
5	1	1	1	1
6	1	1	1	1
7	1	1	1	1
8	1	1	0	0
9	1	1	0	0
10	0	0	0	0
11	1	1	1	1
12				
13	1	1	1	1
14	0	0	0	0
15	1	1	0	0
16	0	0	0	0
17	1	1	1	1
18	1	1	1	1
19	0	0	0	0
20	1	1	0	0
21	1	0	0	0
22	1	1	1	1
23	1	1	1	1
24	1	1	1	1
25	0	0	0	0
26	1	1	1	1
27	1	0	1	0
28	1	1	0	0
29	0	0	0	0
30	1	1	1	1
31	1	1	0	0
32	1	1	0	0
33				
34	1	1	0	0
35	1	1	0	0
36	1	1	1	1
37	1	1	0	0
38	1	0	0	0
39	1	1	0	0
40	1	1	1	1
41	1	1	0	0
42	1	1	1	1
43	1	1	0	0
44	1	1	0	0
45	1	1	0	0
46	1	1	0	0
47	1	1	0	0
48	1	1	1	1
49	1	1	0	0
50	1	0	0	0
51	1	1	1	1
52	1	1	1	1
53	1	1	1	1
54	1	1	1	1
55	1	0	0	0
56	1	1	1	1
57	1	1	0	0
58	1	1	0	0
59	0	0	0	0
60	1	1	0	0
61	1	1	0	0
62	1	1	1	1
63	1	1	0	0
64	1	1	1	1
65	1	1	0	0
66	1	1	1	1
67	1	0	0	0
68	1	1	1	1
69	1	1	1	1
70	1	1	1	1
71	1	0	0	0
72	1	1	0	0
73	1	0	0	0
74	0	0	0	0
75	1	0	0	0
76	0	0	0	0
77	0	0	0	0
78				
79	1	1	0	0
80	1	1	0	0
81	1	1	0	0
82	1	0	0	0
83	1	0	0	0
84	1	0	0	0
85	1	1	0	0
86	1	1	1	1
87	1	1	1	1
88	1	1	1	1
89	1	1	1	1
90	1	1	1	1
Total normalizado	77	63	35	34

Sim=1 / Não=0

10 NUMERAÇÃO PROGRESSIVA

Tese ou dissertação	Existe numeração progressiva	Localização correta	Indicativo correto das seções	Normalizada
1	1	1	0	0
2	1	0	0	0
3	1	1	0	0
4	1	1	0	0
5	1	1	0	0
6	1	1	0	0
7	1	1	0	0
8	1	1	0	0
9	1	1	0	0
10	1	1	1	1
11	1	1	1	1
12				
13	1	1	0	0
14	1	0	0	0
15	1	1	0	0
16	1	1	0	0
17	1	1	1	1
18	1	1	0	0
19	1	1	1	1
20	1	1	0	0
21	1	0	0	0
22	1	1	1	1
23	1	0	0	0
24	1	1	1	1
25	1	1	0	0
26	1	1	1	1
27	1	0	1	0
28	1	1	1	1
29	1	0	0	0
30	1	1	1	1
31	1	1	0	0
32	1	1	0	0
33				
34	1	0	0	0
35	1	1	1	1
36	1	1	1	1
37	1	1	0	0
38	1	1	0	0
39	1	1	1	1
40	1	1	1	1
41	1	1	0	0
42	1	1	0	0
43	1	1	0	0
44	1	1	0	0
45	1	1	0	0
46	1	1	0	0
47	1	1	1	1
48	1	1	0	0
49	1	1	0	0
50	1	1	0	0
51	1	0	0	0
52	1	0	0	0
53	1	0	0	0
54	1	1	0	0
55	1	0	0	0
56	1	1	1	1
57	1	1	0	0
58	1	0	0	0
59	1	1	0	0
60	1	1	0	0
61	1	1	0	0
62	1	0	0	0
63	1	1	0	0
64	1	1	1	1
65	1	1	0	0
66	1	1	0	0
67	1	1	1	1
68	1	1	1	1
69	1	1	0	0
70	1	1	0	0
71	1	0	0	0
72	1	1	1	1
73	1	0	1	0
74	1	1	0	0
75	1	1	0	0
76	1	0	0	0
77	1	1	0	0
78				
79	1	1	1	1
80	1	1	0	0
81	1	0	0	0
82	1	1	0	0
83	1	0	0	0
84	1	1	1	1
85	1	0	0	0
86	1	1	1	1
87	1	1	1	1
88	1	1	1	1
89	1	1	0	0
90	1	0	1	0
Total normalizado	87	67	27	24

Sim = 1 / Não = 0

11 CITAÇÕES

Tese e dissertações	Existem citações	Citações corretas	Chamadas corretas	Normalizadas
1	1	1	0	0
2	1	0	0	0
3	1	0	0	0
4	1	1	0	0
5	1	1	0	0
6	1	0	0	0
7	1	0	0	0
8	1	1	0	0
9	1	1	0	0
10	1	1	0	0
11	1	1	1	1
12				
13	1	1	0	0
14	1	1	1	1
15	1	0	0	0
16	1	1	0	0
17	1	1	1	1
18	1			0
19	1	0	0	0
20	1	0	0	0
21	1	0	0	0
22	1	1	1	1
23	1	1	1	1
24	1	0	0	0
25	1	0	0	0
26	1	0	0	0
27	1	0	0	0
28	1	1	1	1
29	1	0	0	0
30	1	0	0	0
31	1	0	0	0
32	1	0	0	0
33				
34	1	1	1	1
35	1	1	1	1
36	1	1	1	1
37	1	0	1	0
38	1	0	1	0
39	1	0	1	0
40	1	0	0	0
41	1	0	0	0
42	1	0	0	0
43	1	0	0	0
44	1	0	0	0
45	1	1	1	1
46	1	0	0	0
47	1	0	0	0
48	1	0	0	0
49	1	0	0	0
50	1	0	0	0
51	1	0	0	0
52	1	0	0	0
53	1	0	0	0
54	1	0	0	0
55	1	0	0	0
56	1	0	0	0
57	1	0	0	0
58	1	1	1	1
59	1	0	0	0
60	1	0	0	0
61	1	0	0	0
62	1	0	0	0
63	1	0	0	0
64	1	0	0	0
65	1	0	0	0
66	1	1	1	1
67	1	0	0	0
68	1	0	0	0
69	1	1	1	1
70	1	0	0	0
71	1	0	0	0
72	1	0	0	0
73	1	0	0	0
74	1	0	0	0
75	1	1	1	1
76	1	0	0	0
77	1	0	0	0
78				
79	1	1	0	0
80	1	1	1	1
81	1	1	1	1
82	1	1	1	1
83	1	1	1	1
84	1	1	1	1
85	1	1	1	1
86	1	0	0	0
87	1	0	0	0
88	1	0	0	0
89	1	0	0	0
90	1	1	1	1
Total normalizado	87	30	24	21

Sim = 1 / Não = 0

12 ILUSTRAÇÕES

Trabalho	Existem figuras	Títulos conforme as normas	Fontes e legendas corretas	Numeração correta	Normalizada
1	1	1	0	0	0
2	1	1	1	1	1
3	1	1	1	1	1
4	1	1	1	1	1
5	1	1	1	1	1
6	1	1	1	1	1
7	1	1	1	1	1
8	1	1	1	1	1
9	1	1	1	1	1
10	1	1	0	0	0
11	1	1	1	1	1
12					
13	1	1	1	1	1
14	0				
15	1	1	0	1	0
16	1	0	0	0	0
17	1	1	1	1	1
18	1	1	1	1	1
19	1	1	0	0	0
20	1	1	1	1	1
21	1	0	1	1	0
22	1	1	1	1	1
23	1	1	0	1	0
24	1	1	1	1	1
25	1	1	1	1	1
26	1	1	1	1	1
27	1	0	1	1	0
28	1	1	1	1	1
29	1	0	1	0	0
30	1	1	1	1	1
31	1	1	1	1	1
32	1	0	0	1	0
33					
34	1	0	0	0	0
35	1	1	0	1	0
36	1	1	0	1	0
37	1	1	1	1	1
38	1	1	0	1	0
39	1	1	0	1	0
40	1	1	1	1	1
41	1	0	1	1	0
42	1	1	0	1	0
43	1	1	1	1	1
44	1	1	1	1	1
45	1	0	1	1	0
46	1	1	0	1	0
47	1	1	1	1	1
48	1	0	0	0	0
49	1	0	0	0	0
50	1	0	1	0	0
51	1	0	0	0	0
52	1	0	0	0	0
53	1	1	1	1	1
54	1	1	0	0	0
55	1	0	0	0	0
56	1	1	0	0	0
57	1	0	0	0	0
58	1	0	0	0	0
59	1	1	1	1	1
60	1	1	1	1	1
61	1	0	0	0	0
62	1	1	0	0	0
63	1	1	0	0	0
64	1	1	0	0	0
65	1	0	0	0	0
66	1	0	0	0	0
67	1	1	0	0	0
68	1	0	0	0	0
69	1	1	0	1	0
70	1	1	1	1	1
71	1	1	1	1	1
72	1	0	1	1	0
73	0				
74	1	1	1	1	1
75	1	0	1	1	0
76	0				
77	1	0	0	0	0
78					
79	0				
80	1	1	1	1	1
81	1	1	1	1	1
82	1	1	0	0	0
83	1	0	1	0	0
84	1	1	0	1	0
85	1	0	1	1	0
86	1	1	0	1	0
87	0				
88	1	1	1	1	1
89	1	1	1	1	1
90	1	1	1	1	1
Total normalizado	82	57	46	55	36

Sim = 1 / Não = 0

13 TABELAS

Tese ou dissertação	Existem tabelas	Títulos corretos	Linhas de grades corretas	Fontes e legendas corretas	Numeração correta	Normalizada
1	0					
2	1	1	1	1	1	1
3	1	1	1	1	1	1
4	1	1	0	1	1	0
5	1	1	1	1	1	1
6	1	1	1	1	1	1
7	1	1	1	1	1	1
8	1	1	1	1	1	1
9	1	1	1	1	1	1
10	1	1	0	1	1	0
11	1	1	0	0	1	0
12						
13	1	0	1	1	1	0
14	0					
15	1	1	1	1	1	1
16	1	1	1	1	1	1
17	1	1	1	1	1	1
18	1	1	1	1	1	1
19	1	1	0	1	1	0
20	1	0	0	1	1	0
21	1	1	0	1	1	0
22	1	1	1	1	1	1
23	1	1	1	1	1	1
24	1	1	1	1	1	1
25	1	1	1	1	1	1
26	1	1	1	1	1	1
27	1	1	1	1	1	1
28	1	1	0	1	1	0
29	1	0	0	0	1	0
30	1	1	0	0	1	0
31	1	1	1	1	1	1
32	1	1	0	0	1	0
33						
34	0					
35	1	1	0	1	0	0
36	1	1	1	1	1	1
37	1	1	1	1	1	1
38	1	1	1	1	1	1
39	1	0	0	1	0	0
40	1	1	0	1	1	0
41	1	0	0	1	1	0
42	1	1	0	1	1	0
43	1	1	1	1	1	1
44	1	1	1	1	1	1
45	0					
46	1	1	1	1	1	1
47	1	1	1	1	1	1
48	1	0	0	1	1	0
49	1	1	0	0	1	0
50	1	1	1	1	1	1
51	1	0	0	1	1	0
52	1	0	0	0	1	0
53	1	1	0	1	1	0
54	0					
55	1	0	0	0	1	0
56	1	1	0	1	1	0
57	1	1	1	1	1	1
58	1	0	0	0	1	0
59	1	1	0	1	1	0
60	1	0	1	1	1	0
61	1	0	1	1	1	0
62	1	1	0	1	1	0
63	1	1	0	0	1	0
64	1	1	0	1	1	0
65	1	0	0	1	1	0
66	1	1	1	1	1	1
67	1	1	0	1	1	0
68	0					
69	1	1	0	1	1	0
70	0					
71	1	0	0	0	0	0
72	1	1	1	1	1	0
73	0					
74	0					
75	1	0	0	1	1	0
76	1	0	0	0	1	0
77	0					
78						
79	0					
80	1	0	0	1	1	0
81	0					
82	1	0	0	1	1	0
83	1	1	1	1	1	1
84	1	1	1	1	1	1
85	1	0	0	1	1	0
86	1	1	1	1	1	1
87	1	1	1	1	1	1
88	1	1	1	1	1	1
89	1	1	1	1	1	1
90	1	1	0	1	1	0
Total normalizado	75	56	38	64	72	34

Sim = 1 / Não = 0

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE REVISÃO ESTILÍSTICA E GRAMATICAL

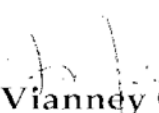
Vianney Mesquita (Reg. Prof. 14.000.850-0)

Revisão Gramatical e Estilística de Textos
Docente da Universidade Federal do Ceará
Acad. Titular (Cad. nº 37) da Acad. Cearense de Língua Portuguesa

DECLARAÇÃO

Declaro, para constituir prova junto ao (à)
Mestrado em Letras e Ciências da Linguagem
do(a) Universidade Federal do Ceará,
que procedi ao trabalho de revisão estilística e gramatical do(a)
Dissertação intitulado(a) Normalização
das Teses e Dissertações no Contexto da
Biblioteca Digital,
da
autoria de Elisane Maria Vieira de Sousa,
orientado(a) pelo(a) Prof. Dra. Maria Elias Nader,
pelo que assino a presente.

Fortaleza, 16 de abril de 2008


Prof. João Vianney Campos de Mesquita
Universidade Federal do Ceará e Academia Cearense da
Língua Portuguesa

Válida somente com a carta anexa.

Vianney Mesquita (Reg. Prof. nº 12.004.0005)

Revisão Gramatical e Estilística de Textos
Docente da Universidade Federal do Ceará
Acad. Titular (Cad. nº 37) da Acad. Cearense de Língua Portuguesa

Fortaleza, 12 de maio de 2009

À atenção de
consulentes, membros de bancas examinadoras,
orientadores, editores e coordenadores de cursos
de pós-graduação

Senhoras/Senhores

Antes de analisarem e criticarem as correções procedidas pelos revisores de texto, solicito a gentileza de atentarem para os pontos a seguir alistados.

1. É recomendável, sempre, proceder-se à segunda revisão, máxime se o texto contiver grande quantidade de erros. As impropriedades maiores detectadas na primeira revista, normalmente, escondem as menores, vistas somente após efetuadas as emendas recomendadas pelo revedor. As boas editoras fazem de quatro a oito revisões.

2. Há possibilidade de o estudante de pós-graduação, ou autor qualquer, não proceder às emendas sugeridas a grafite, deixando de fazê-las, por desídia ou mesmo por não aceitá-las, de modo a permanecerem as incorreções indicadas.

3. Podem ocorrer modificações em parte do escrito revisado, a instâncias do orientador ou mesmo ao talante do autor, sem a audiência do revisor, o que o exime — é claro — da responsabilidade sobre a porção alterada.

4. Frequentemente, pessoas envolvidas com o texto (autor, orientador etc) fazem referência a erros “deixados” pelo revisor, porém, em geral, não os indicam. Neste caso, é de bom alvitre a leitura destes pontos, bem como é necessário que apontem claramente ao dono do escrito onde se encontram os defeitos, para que, existindo, sejam sanados.

5. Também é muito recorrente acontecer de o “erro” apontado não se tratar realmente de erro, restando equivocado quem o “encontrou”. É preciso entender-se que o Português é uma língua bastante escorregadia – porque riquíssima – e nem todos conhecem seus meandros nem se utilizam dos seus quase ilimitados recursos. A língua culta, em que é vazado o escrito didático-científico, é bem diversa da fala coloquial. Assim, por exemplo, não se há de empregar termos e expressões do jargão popular, admissíveis noutros contextos de fala que não a comunicação científica (estágio, que é treinamento, em vez de estádio, fase, período, quadra); ao invés, que significa ao reverso, ao contrário, ao revés, no lugar de em vez; ótica, palavra vinculada a audição, trocada por óptica, perspectiva, visão, modo de enxergar etc. etc.). Recomendo a leitura de *A Escrita Acadêmica: acertos e desacertos* (BARRETO, J. A. Esmeraldo & MESQUITA, Vianney. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1997).

Certifique-se, pois, se existe, na verdade, o erro, se está absolutamente certo do erro indigitado. Manda a prudência: na dúvida, não afirme. Assim, não estará abalando, em vão e desassissadamente, a idoneidade pública do profissional de revisão textual.

6. Muitas vezes, o trabalho chega incompleto para ser revisado, faltando elementos pré e pós-textuais (sumário, resumo, referências bibliográficas etc), de crucial relevância para o acerto do todo, e partes muito passíveis da ocorrência de enganos. Então, acontece de o autor aprestá-los, *a posteriori*, contendo desacertos, imputando-se o agravo ao revisor inculpe.



Vianney Mesquita (Rev. Prof. nº CEI 04893P)

Revisão Gramatical e Estilística de Textos
 Docente da Universidade Federal do Ceará
 Acad. Titular (Cad nº 37) da Acad. Cearense de Língua Portuguesa

7. Convém atentar para o importante fato de que não impende ao revisor, via de regra, abonar conceitos ou falseá-los. Se ele for portador do preparo suficiente para fazê-lo, não há dúvidas de que é excelente auxílio para o autor. Caso não o faça, porém, não se há de inculpá-lo pelos enganos de quem escreveu, pois não tem essa obrigação. Desse modo, chamo à atenção dos produtores de texto, a fim de que procurem, para corrigir seus ensaios e outros escritos, pessoas com a devida prontidão intelectual para opinar desfavoravelmente no tocante a conceitos equivocados, tendo-se sempre em conta a noção de que a responsabilidade total e final sobre a propriedade ou ideação falaciosa é, evidentemente, de quem assinou o texto, bem como de seus orientadores.

8. O revisor não pode ser responsabilizado pela correção das normas técnicas nem pela propriedade das notações bibliotécnicas (referências, classificação, catalogação na fonte, numeração progressiva etc.), porquanto, legalmente, é defeso a ele fazer este trabalho, privativo que é do profissional bibliotecário; a não ser que ele o seja.

9. As citações, embora, evidentemente, o revedor seja obrigado a ler (para entender o contexto do escrito e cotejar os dados da menção com os das referências bibliográficas), ele não pode modificar. Sucede, porém, de, não em raras ocasiões, o profissional ser chamado à responsabilidade pelos deslizos dos autores citados, mesmo que, nas mais das vezes, não sejam realmente deslizos. É muito comum, ainda, atribuírem-lhe os erros dos discursos orais — gravados e transcritos — dos sujeitos da pesquisa, o que é um despropósito, mas serve para desabilitar o revisor.

10. Os revisores textuais, salvo pacto diverso entre estes e os autores, não podem responder por palavras, expressões nem citações maiores expressas em língua estrangeira.

11. No meu caso (professor Vianney Mesquita), as indicações de emenda são procedidas a grafite, principalmente para oferecer oportunidade de o consulente aceitá-las de pronto ou delas discordar, no momento em que se faz necessária uma audiência dos dois, um *tête-à-tête* para explicação e debate das modificações efetivadas. O conserto direto no disquete ou cd dificulta grandemente este entendimento.

12. Há mais de vinte anos elaborando trabalhos de correção de textos acadêmicos e outros escritos, tenho por costume justificar minhas intervenções no verso da página escrita, de sorte que, nos ensaios futuros, o consulente possa espelhar-se nessas indicações para conformar seus discursos.

13. Faço remissão ao item 11 e sugiro, em casos mais comentados e controversos, que o estudante terminal de pós-graduação *lato e stricto sensu*, ou qualquer outra pessoa, seja instado a conduzir a versão corrigida a grafite, a fim de suprimir dúvidas, pois ali estão aduzidos os motivos das correções procedidas.

14. Expresso, por fim, a probabilidade ampla de o revisor (humano, mortal e imperfeito) falhar nos seus cuidados e deixar, ilesos de conserto, erros e mais erros, do que estão eivadas a vida e a ciência, na visão de que, porém, não se há de fechar a porta a todos os erros sob pena de a verdade também ficar de fora, conforme lembra o poeta indiano Rabindranath Tagore.

Espero que, após a leitura desses catorze pontos, sejam reduzidos os embaraços e objeções relativos ao assunto, exatamente pela falta deste entendimento.

Obrigado pela atenção.

Vianney Mesquita